



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS ARACAJU
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

CASSIANA NASCIMENTO MATOS

**ALÉM DO VER E ESCUTAR: VOZES ESTUDANTIS NOS CONSELHOS DE
CLASSE DO IFS - CAMPUS LAGARTO**

Aracaju

2021

CASSIANA NASCIMENTO MATOS

**ALÉM DO VER E ESCUTAR: VOZES ESTUDANTIS NOS CONSELHOS DE
CLASSE DO IFS - CAMPUS LAGARTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo campus Instituto Federal de Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Franco de Azevedo

Aracaju

2021

M433a Matos, Cassiana Nascimento.
Além do ver e escutar : vozes estudantis nos Conselhos de classe do
IFS – Campus Lagarto. / Cassiana Nascimento Matos; Orientador José
Franco de Azevedo. – Aracaju, 2021.
127f.: il.

ISBN:

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica –
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientador: Prof. Dr. José Franco de Azevedo.

1. Participação estudantil. 2. Conselho de classe. 3. Educação
Profissional e Tecnológica. I. Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Azevedo, José Franco de. III. Título.

CDU: 377

CASSIANA NASCIMENTO MATOS

**ALÉM DO VER E ESCUTAR: VOZES ESTUDANTIS NOS CONSELHOS DE
CLASSE DO IFS - CAMPUS LAGARTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 17 de dezembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

José Franco de Azevedo

Prof. Dr. José Franco de Azevedo
Instituto Federal de Sergipe
Orientador

Documento assinado digitalmente



ELZA FERREIRA SANTOS

Data: 11/02/2022 20:15:28-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.ª Dra. Prof.ª Dr.ª Elza Ferreira Santos
Instituto Federal de Sergipe

José Osman dos Santos

Prof. Dr. José Osman dos Santos
Instituto Federal de Sergipe

Pablo Boaventura S. Sales

Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales
Universidade Federal de Sergipe

CASSIANA NASCIMENTO MATOS

**ALÉM DO VER E ESCUTAR: VOZES ESTUDANTIS NOS CONSELHOS DE
CLASSE DO IFS - CAMPUS LAGARTO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 17 de dezembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

José Franco de Azevedo

Prof. Dr. José Franco de Azevedo
Instituto Federal de Sergipe
Orientador

Documento assinado digitalmente

gov.br ELZA FERREIRA SANTOS
Data: 11/02/2022 20:17:48-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Prof.^a Dr.^a. Elza Ferreira Santos
Instituto Federal de Sergipe

José Osman dos Santos
Prof. Dr. José Osman dos Santos
Instituto Federal de Sergipe

Pablo Boaventura S. Sales

Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales
Universidade Federal de Sergipe

Dedico esse trabalho a Victor, Yasmin e Tarcísio, fontes de inspiração e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conduzir a minha vida sendo a força espiritual que me impulsiona chegar até aqui, não me deixando fraquejar nos momentos de angústia e incerteza;

Aos meus pais, que mesmo na distância física sempre estiveram ao meu lado vibrando a cada conquista. Suas orações, amor e aconchego me fortalecem a cada dia;

Ao meu esposo Victor, meus filhos Yasmin e Tarcísio, por todo amor, apoio, incentivo, cuidado e paciência, sempre me fazendo acreditar que daria certo;

À minha irmã pelos diálogos, incentivos e aconselhamentos. Obrigada pela leitura dos meus textos e sugestões;

Ao meu orientador Dr. José Franco, pelas sugestões e recomendações apresentadas durante o trabalho;

Aos membros da banca de qualificação pelos importantes apontamentos;

Ao professor Dr. Pablo Boaventura, pelas contribuições dadas ao trabalho;

Aos meus amigos e colegas de trabalho Fábio, Ana Paula Leite, Ana Paula Gama e Mayra, por todo carinho, apoio e contribuição;

Aos colegas de mestrado pelas partilhas, em especial ao amigo Adelson pelas escutas e aconselhamentos.

RESUMO

O Conselho de Classe é um órgão colegiado existente na escola que integra o processo avaliativo para análise e discussão conjunta sobre o trabalho pedagógico realizado durante o bimestre letivo e a aprendizagem dos estudantes, levando em consideração, sobretudo, os aspectos qualitativos. Considerando a natureza desse colegiado, a presente pesquisa pretendeu analisar a participação dos estudantes no Conselho de Classe e sua contribuição para a formação integral dos estudantes, tendo em vista a construção de um Roteiro de formação. Para alcançar esse objetivo buscou-se explorar os aspectos formativos subjacentes às ações reflexivas e avaliativas realizadas por meio do Conselho de Classe, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integrada ao Ensino Médio, para, posteriormente, a partir do trabalho investigativo, descortinar as contribuições que a participação dos estudantes no conselho trazem para a sua formação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que utilizará como estratégia metodológica o estudo de caso. Foram utilizados como procedimentos metodológicos e técnica de coleta de dados as Pesquisas Bibliográfica e Documental, aplicação de questionário aos estudantes das turmas dos 3º anos dos cursos integrados do Campus Lagarto, entrevista aos docentes coordenadores dos cursos e Grupo focal para avaliação do Produto Educacional. A partir do referencial teórico e dos dados coletados foi produzido um “Roteiro para atividade de orientação aos estudantes acerca do Conselho de Classe”, a fim de contribuir para participação crítica e propositiva de estudantes em espaços colegiados como conselhos de classe. Os resultados da pesquisa, obtidos por meio da análise de conteúdo da Bardin (2016), apontam para um caráter formativo dos estudantes existente na prática do Conselho de Classe, apesar de ainda haver a necessidade de se avançar no acolhimento das vozes estudantis presentes nesse espaço.

Palavras-Chave: Participação estudantil. Conselho de Classe. Formação dos estudantes. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

The Class Council is a collegiate body existing in the school that integrates the evaluation process for joint analysis and discussion on the pedagogical work carried out during the academic two-month period and students' learning, considering, above all, the qualitative aspects. Given the nature of this collegiate body, this research entitled "Beyond seeing and hearing: students' voices in the Class Councils of the IFS Campus of Lagarto" intended to analyze the participation of students in the Class Council and its contribution to the integral formation of students, in the view of the construction of a training guide. In order to achieve this goal, we sought to explore the formative aspects underlying the reflective and evaluative actions carried out through the Class Council, in the context of Professional and Technological Education (EPT) integrated with High School, and, subsequently, based on the investigative work, unveil the contributions that the participation of students in the council can bring to their education. This is a research with a qualitative approach that will use the case study as a methodological strategy. The methodological procedures and data collection techniques used were Bibliographic and Documentary Research, a questionnaire applied to students in the 3rd-year classes of the integrated courses at Campus of Lagarto, an interview with the coordinating professors of the courses and a focal group for the evaluation of the Educational Product. Based on the theoretical framework and the collected data, a "Guide for guidance activity to students about the Class Council" was produced in order to contribute to the critical and purposeful participation of students in collegiate spaces such as class councils. The research results, obtained through the content analysis of Bardin (2016), point to a formative character of students existing in the practice of the Class Council, although there is still a need to advance in the reception of students' voices present in this space .

Keywords: Students' participation. Class council. Training of students. Professional and Technological Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Formas de participação.....	27
Figura 2: Categorização da análise.....	43
Figura 3: Print da gravação do 1º encontro.....	72
Figura 4: Print da gravação do 2º encontro.....	73
Figura 5: Print da gravação do 3º encontro.....	74
Gráfico 1: Meio usado pelos estudantes para participar do Conselho.....	60
Gráfico 2: Aspectos formativos pela ação participativa no Conselho de Classe	64
Gráfico 3: Grau de conhecimento dos estudantes sobre o Conselho de Classe antes do ingresso no IFS.....	71
Quadro 1: Temas centrais das Dissertações e Teses.....	15
Quadro 2: Quantitativo de discentes matriculados nas turmas dos 3º anos dos cursos integrados do <i>Campus Lagarto</i> no ano letivo de 2020.....	40
Quadro 3: Etapas do Conselho de Classe.....	47
Quadro 4: Categorias elaboradas a priori para análise do grupo focal	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDE - Associação Nacional de Educação

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade

CF - Constituição Federal

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

IFS - Instituto Federal de Sergipe

MEC - Ministério da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PE - Produto Educacional

PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional

ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

ROD - Regulamento da Organização Didática

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSELHO DE CLASSE: CONCEPÇÕES E CONTEXTOS	19
2.1 PERCURSOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	19
2.1.1 Educação profissional e a formação integral dos sujeitos	22
2.2 A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL COMO ELEMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	25
2.3 CONSELHO DE CLASSE COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	30
2.3.1 Aspectos formativos do Conselho de Classe pela ação participativa	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CLASSE A PARTIR DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	44
4.2 COMPREENSÕES E PRÁTICAS REFERENTES AO CONSELHO DE CLASSE SOB A ÓTICA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES	48
4.3 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CLASSE.....	55
4.3.1 Participação por representação	60
4.4 A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES PELA AÇÃO PARTICIPATIVA NO CONSELHO DE CLASSE	65
4.4.1 Dimensão pedagógica	66
4.4.2 Dimensão política	69
5 PRODUTO EDUCACIONAL	71
5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	76
5.1.1 Avaliação dos estudantes sobre o Produto Educacional.....	77
5.1.2 Contribuição do Produto Educacional para a formação dos estudantes.....	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE	91

1 INTRODUÇÃO

A escola é um organismo social de natureza formativa que tem em seu interior uma estrutura organizacional constituída de mecanismos que dão suporte e apoio ao ensino que é realizado. Compõe essa estrutura todos os membros da comunidade escolar (pais, alunos, professores, gestores, funcionários administrativos), que, de algum modo, agem para que o trabalho realizado leve ao alcance dos objetivos institucionais. A participação da comunidade a partir dos diferentes mecanismos é possível pela efetivação do modelo de gestão escolar democrático, que dá a todos o poder de participar e intervir nos processos.

Uma das estruturas de participação existentes em muitas escolas que visa contribuir com o processo formativo dos estudantes é o Conselho de classe. Essa instância colegiada assume na escola a função de propiciar um espaço/momento de análise e discussão coletiva sobre o trabalho que é realizado na sala de aula durante o bimestre letivo, tendo em vista o aperfeiçoamento das práticas e o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Pensar no conselho, enquanto um espaço de participação coletiva, significa considerar as diferentes vozes presentes sem sobreposição, mas dialogando para efetivação de uma educação fundamentada num modelo de gestão democrática e em princípios pedagógicos que correspondam com o desejo da comunidade escolar.

Nesse viés, o interesse em investigar o Conselho de classe se deu inicialmente a partir da relação da pesquisadora com o objeto de estudo em três fases distintas: enquanto estudante, professora e pedagoga/IFS; no qual foi possível observar nas experiências vivenciadas nesse colegiado um campo diversificado em significados e na forma de realização.

O primeiro contato com o Conselho de classe aconteceu no final da década de 1990, ainda como estudante do ensino médio em uma escola pública estadual, na qual nos era apresentado como último recurso para alcançar a aprovação final. Seu formato se resumia a uma reunião de professores com o objetivo de deliberar sobre a aprovação dos estudantes não aprovados por nota no ano letivo. A cultura instituída era de um órgão cujo poder centrava nas mãos dos professores para o controle do comportamento e da conduta do estudante durante o ano letivo.

Em 2009, a relação muda, como professora do ensino fundamental, anos finais, participava do Conselho ocupando outra posição, uma vez que a relação era hierarquizada

entre professores e estudantes. Nesse espaço, o conselho era caracterizado como reunião consultiva, no qual as dificuldades ou problemas dos estudantes eram apresentados pelos professores, mas, sem uma discussão que levasse a identificação das causas e busca de estratégias interventivas. Eram relatos vagos sobre aspectos de comportamento e rendimento nas disciplinas no qual, geralmente, atribuíam o problema aos estudantes. Os estudantes não participavam e os resultados serviam para subsidiar a comunicação com os pais sobre o comportamento e as notas no bimestre.

Em 2015, ingressei no Instituto Federal de Sergipe, Campus Glória ocupando o cargo de Pedagoga e fui membro do Conselho de classe durante alguns anos. No contexto da pesquisa estava em exercício no Campus Lagarto, e por estar lotada na Gerência de Cursos Superiores não participava dos Conselhos de classe. Pelo exercício profissional foi possível perceber divergências e proximidades entre o instituído e o praticado; os limites e as possibilidades desse colegiado para o desenvolvimento das propostas de ensino e aprendizagem, para a gestão democrática e para a formação integral no contexto da Educação Profissional e Tecnológica – EPT. E, juntamente, uma série de questionamentos que poderiam ser respondidos com um olhar investigativo sobre esse espaço.

Assim, pelo envolvimento com o conselho em espaços e tempos distintos foi possível perceber diferentes concepções e práticas instituídas, como reflexo da cultura organizacional escolar e programas educacionais vigentes. A experiência trouxe a tona o desejo de adentrar nesse órgão colegiado para desvelar significados, fundamentos e contribuições para a instituição escolar, a partir dos pressupostos da participação democrática e organização do trabalho pedagógico.

Com o intuito de ampliar o entendimento acerca da temática em termos de produção acadêmica realizada no Brasil nos últimos anos e encontrar novas questões de pesquisa, fez-se necessário uma busca no banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e do Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES. Para busca aplicou-se a palavra-chave “conselho de classe” e um recorte temporal entre 2010 e 2019, cujo resultado encontra-se no APÊNDICE F. Foram identificadas 24 produções que investigaram o conselho a partir de diferentes aspectos:

Quadro 1 - Temas centrais das Dissertações e Teses sobre Conselho de Classe

Tema central	Pesquisadores
Estrutura e funcionamento do Conselho de classe	RODRIGUES, 2013; LOPES, 2016; NASCIMENTO, 2017.
Participação democrática	CAMACHO, 2010; BERTINETI, 2014; LOURENÇO, 2019.
Avaliação	SANTOS, 2012; RICHTER, 2013; SILVA, 2018; DANTAS, 2015; OLIVEIRA 2017; CARNEIRO, 2017.
Currículo	CONTIJO, 2015.
Aprendizagem democrática	ARAÚJO, 2015.
Representações sociais	BRANDÃO, 2016.
Gestão pedagógica	SILVA, 2017.
Participação e representação estudantil	MAGNATA, 2017.
Formação docente	CAMPOS, 2018; ANDRADE, 2019.
Vozes discursivas dissonantes	JESUS, 2019.
Relações de poder	JÚNIOR, 2019.
Historicidade e significados	LEITE, 2012.

Fonte: Elaborado pela autora

A partir da análise do resumo das produções, chamou atenção o trabalho de Magnata (2017), que se debruçou na investigação dos significados da participação dos estudantes no conselho de classe para a avaliação da aprendizagem e processos democráticos na escola, na realidade do colégio de aplicação da UFPE, lócus da pesquisa. O resultado da investigação apontou que o conselho se configura, também, como um espaço político pelo exercício da participação.

Há uma aproximação dessa pesquisa com o objeto de estudo investigado neste trabalho, no sentido de considerar a participação dos estudantes como elemento fundamental para o exercício democrático. Todavia, se pretende aqui ampliar a discussão introduzindo o aspecto formativo do Conselho de classe, o que se aproxima do trabalho de Araújo (2015), que buscou investigar “a aprendizagem da democracia em contexto de conselho de classe, segundo as orientações da pedagogia institucional (PI), de modo a demonstrar a viabilidade de uma educação em direitos humanos (EDH) pelas práticas pedagógicas daquele modelo”.

Considerando essas duas produções, sua aproximação com o presente estudo e algumas questões de pesquisa que ainda se encontram em aberto, destaca-se a relevância deste

trabalho. Convém destacar que, nas bases de dados consultadas no recorte temporal aqui apresentado, não foi encontrado um estudo que abordasse a participação estudantil no Conselho de classe e sua relação com os aspectos formativos da ação participativa. Assim, as discussões apresentadas neste estudo têm como objetivo analisar a participação dos estudantes no Conselho de classe e a sua contribuição para a formação integral dos estudantes, tendo em vista a construção de roteiro de formação. Seu pressuposto básico é que a apropriação da escola pelos elementos que a constituem, segundo a concepção transformadora da educação, passa necessariamente pela apropriação crítica de suas relações sociais, processo que se dá através das lutas pela conquista da participação democrática de todos os envolvidos.

Trazer para a discussão esse debate é peça fundamental para compreensão desse espaço para além do que está posto nos documentos, pois o conselho se efetiva a partir das concepções daqueles que o integram, sendo, portanto, um campo de contradição. Nesse processo, o foco se volta para a tentativa de compreender as vozes dos estudantes nesse espaço que historicamente ocuparam uma posição de subalternidade com relação à participação nas decisões educacionais.

As questões que norteiam a pesquisa são: qual o entendimento que os estudantes têm sobre o Conselho de classe? Como se dá a participação dos estudantes no Conselho de classe? De que forma a participação dos estudantes no Conselho de classe tem contribuído para a formação deles. Partindo desses questionamentos e da premissa de que o Conselho de classe é um espaço de reflexão-ação-reflexão sobre as práticas pedagógicas, construído pela relação dialógica e participativa dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

O Lócus da pesquisa é Campus Lagarto, unidade do Instituto Federal de Sergipe, Ciência e Tecnologia (IFS) criado a partir da promulgação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, com a integração de duas autarquias já existentes no estado de Sergipe, Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC. Possuindo até então três unidades, Campus Aracaju e Lagarto (antigo CEFET) e Campus São Cristóvão (antiga escola agrotécnica). Com o projeto de expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), programada para ocorrer no período de 2005 a 2014, o IFS ganhou seis novos campi: Itabaiana, Tobias Barreto, Glória, Propriá, Socorro, Estância e Poço Redondo, estando este último em fase de implantação (IFS, 2021).

O *Campus* Lagarto teve sua origem em 1995 como Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto – Uned, então Escola Técnica Federal de Sergipe, com a oferta de cursos técnicos objetivando a formação de mão de obra qualificada para os setores produtivos da região Centro-sul de Sergipe, ofertando os cursos de Edificações e Eletromecânica, seguidos, em 1996, do curso de Informática Industrial. Com o processo de ifetização pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, tornou-se um *Campus* do IFS¹. As ofertas de cursos se ampliam e atualmente são oferecidos os cursos Integrados ao Ensino Médio em Redes de Computadores, Automação industrial, Eletromecânica e Edificação, sendo que estes dois últimos também possuem oferta na modalidade Técnico Subsequente. Já a oferta em nível superior é composta pelos cursos Tecnológicos em Automação Industrial, Licenciatura em Física e Bacharelado em Sistema de Informação, e mais recente foram implantados os cursos de Engenharia Elétrica, no período de 2017.2, e Arquitetura e Urbanismo em 2019.2.

A coleta de dados se deu junto aos estudantes dos cursos integrados citados acima, exceto Automação por ainda não possuir turmas consolidadas em todos os anos letivos. Os cursos são de nível médio e integra em sua estrutura curricular disciplinas do Ensino Médio, presentes na Base Nacional Comum Curricular, e disciplinas profissionalizantes, conforme o curso ofertado. A duração dos cursos é de três anos.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, tendo como procedimento técnico o estudo de caso. Adotou-se como instrumento de coleta questionário, aplicado aos estudantes, e entrevista, realizada com os coordenadores dos três cursos selecionados. Os dados coletados serviram de diagnóstico para a elaboração do Produto Educacional (PE) “Roteiro para orientação dos estudantes sobre Conselho de Classe participativo”. Pretende-se com o Roteiro fornecer à equipe pedagógica, multidisciplinar, coordenação de curso e/ou docentes representantes de turma, orientações para serem utilizadas em atividade formativa com os estudantes. A finalidade da atividade formativa é contribuir para qualificar e ampliar a participação dos estudantes no espaço do Conselho de classe.

Espera-se que este trabalho contribua para a ampliação e divulgação científica das pesquisas em Educação. Especialmente no que se refere à necessidade de construção e legitimidade da participação dos estudantes no espaço escolar, com práticas de gestão pedagógica e administrativa que sirvam de apoio para a formação integral dos estudantes.

¹ Informações disponíveis no Memorial do IFS < <http://www.ifs.edu.br/escola-ontem-ifs-hoje-memorial-do-ifs> >

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSELHO DE CLASSE: CONCEPÇÕES E CONTEXTOS

A presente seção busca apresentar as concepções e os fundamentos da Educação Profissional, tendo em vista a formação integral dos sujeitos, a partir de um recorte histórico dos contextos políticos e econômicos que direcionaram os programas e as legislações educacionais em EPT. Além disso, pretende discutir o princípio da participação a partir dos marcos legais, fundamentos teóricos e contribuições para a constituição da gestão democrática comprometida com a formação crítica dos sujeitos. E, por fim, apresentará o Conselho de classe como mecanismo de participação dos estudantes na organização escolar, mais especificamente nos processos pedagógicos.

Percorrer esse caminho investigativo por meio da pesquisa bibliográfica possibilita compreender os rumos dados à educação profissional no Brasil, bem como identificar mecanismos existentes na estrutura organizacional da escola que contribuem para a efetivação de uma educação comprometida com a formação integral dos estudantes.

2.1 PERCURSOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Historicamente, as instituições educacionais, enquanto espaço de poder, foram utilizadas com “o propósito de fornecer conhecimento e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 35). O projeto de expansão econômica, pela exploração das forças produtivas, atendeu não só a uma demanda de formação de mão de obra para o mercado de trabalho, como também produziu nos indivíduos conformismo para operar de acordo com a lógica do sistema.

Inicialmente, a Educação Profissional se desenvolve dentro de uma perspectiva assistencialista, com os Liceus de Artes e Ofícios, no século XIX, para atender à população pobre e aos desvalidos. No início do século XX, são criadas as Escolas de Aprendiz

Artífices voltadas para o ensino industrial e agrícola, de caráter reprodutivista da estrutura econômico-social vigente e impulsionada pelo capital internacional (RAMOS, 2014).

Influenciada pelo avanço industrial e tecnológico, a educação no Brasil, pós-revolução de 1930, se organiza em torno de um modelo curricular tecnicista, de divisão do ensino seguindo influência do modelo Taylorista-fordista, em que os conteúdos são organizados por disciplinas e separado em níveis de ensino. Com divisões na própria organização social do trabalho pelo nível de formação, numa relação entre conhecimento e posição social, que acabava recaindo numa divisão de classe. Divisão essa que se evidenciava também nas propostas pedagógicas das escolas com ensino voltado para a elite, com curso de formação para as ciências e áreas do conhecimento valorizadas na sociedade, e cursos técnicos de formação de mão de obra para as fábricas e indústrias. Marcas do dualismo educacional consequente dos projetos educacionais implantados para fixar a classe trabalhadora no lugar de exploração e manutenção do poder nas mãos da burguesia, além de atender a uma necessidade produtiva de expansão do capitalismo (RAMOS, 2014).

É nesse quadro político, econômico e social que a educação profissional foi sendo configurada, tendo por pressuposto a fragmentação do trabalho e do conhecimento, pela divisão entre trabalho manual e intelectual, entre proprietários e não proprietários. Assim, um marco para a intensificação do ensino profissional foram as Reformas Educacionais de 1942, do Ministro da Educação Gustavo Capanema, que transfere para a iniciativa privada a incumbência de preparar trabalhadores para o mundo produtivo, por meio da criação do SENAI e ampliando, posteriormente, o sistema “S”, dirigido pela burguesia nacional e com objetivo de formar trabalhadores de acordo com o campo de atuação de cada um dos sistemas (RODRIGUES, 1997).

Outra medida que intensificou a formação para o trabalho deu-se pela lei 5.692/71, que tornou a profissionalização obrigatória no 2º grau. Essa proposta foi pensada, segundo Frigotto, Ramos e Ciavata (2005), com um duplo propósito, uma demanda por técnicos de nível médio decorrente do crescimento econômico, e ainda uma alternativa para acalmar os ânimos das classes populares que reivindicavam vagas nas universidades. Todavia, essa proposta não teve adesão da rede privada e a organização curricular com prevalência do caráter instrumental fez parte apenas da formação das classes populares, o que favorecia ainda mais a elitização da universidade, que acirrou a distinção entre as classes.

Ao final dos anos de 1980 a obrigatoriedade da profissionalização vai desvanecendo-se e é flexibilizada pela lei nº 7.044/1982, o que tempos depois culminaria na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (MOURA, 2013). Com isso, uma arena de conflito travou-se entre progressistas, que defendiam um projeto de educação profissional integrada à formação geral em seus aspectos humanístico, científico-tecnológico e conservadores dirigentes que argumentavam a favor da manutenção da separação (MOURA, 2013).

Percebe-se que historicamente a cisão entre trabalho manual e intelectual foi determinada pelo próprio dualismo de classe enraizado no tecido social, e quanto isso se efetivou por meio da educação e vice-versa. Como diz Borges (2017, p.112):

A escola, como tudo no capitalismo, é, necessariamente, de classe, e, à medida que se constitui como pública e estatal é parte do Estado, com todas as decorrências por ser estrutura jurídico-política de determinada formação social. Muitos estudos têm revelado o quanto a escola pública – de forma geral, quando não cumpre seu papel de formadora de sujeitos humanizados – permite a alienação e a precarização, humana necessária à submissão à lógica de classes.

A dualidade na educação é histórica e romper requer ir além das determinações legais, a exemplo do decreto 5.154/2004 que trouxe a abertura e o estímulo à formação integrada, mas não trouxe a garantia de sua implementação. Não se pode negar que representa um avanço político-administrativo e pedagógico da educação profissional, mas é preciso pensar que a mudança não pode limitar-se a esfera educacional, pois esta é reflexo da sociedade. A questão é como avançar na formação integral, omnilateral, estando a sociedade dividida entre os que possuem os meios de produção e os proprietários da força de trabalho, e por consequência a divisão do trabalho e do conhecimento (SAVIANI, 1989, p. 28).

Desse modo, compartilha dessa ideia Mézáros ao recusar as reformas que se propunham apenas a resolver problemas marginais, permanecendo com as mesmas estruturas sociais. Para o autor, “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27). Considera-se que para a efetivação de uma formação de base unitária é necessário ir além de mudanças na organização interna das unidades escolares, mas criar políticas educacionais e sociais que

garantam as condições de acesso e permanência da classe popular na escola, com vistas a receber uma educação que o emancipe social e economicamente.

Segundo Mészáros (2008, p. 26), “a razão para o fracasso de todos os esforços anteriores, e que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital, consistia - e ainda consiste - no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem irreformáveis”. Desta maneira, qualquer reforma educacional, por mais bem-intencionada que pareça, não provocará mudanças na estrutura capitalista da sociedade, visto que as reformas são marginais e servem apenas para remediar os efeitos desastrosos do sistema. A educação por si só não é suficientemente capaz de resolver os problemas da sociedade, pois suas causas não residem aí, e nesse sentido Mészáros (2008) defende que as soluções devem ser pensadas não apenas na dimensão formal, mas no que é essencial, e devem dar conta da totalidade das práticas educacionais.

2.1.1 Educação profissional e a formação integral dos estudantes

Diante da formação da classe trabalhadora, cabe-nos pensar qual seria o sentido da educação dentro desse cenário. Com uma visão mais otimista, Gramsci, em “Cadernos do Cárcere”, sinaliza a necessidade de formação de intelectuais orgânicos dentro da classe trabalhadora, visto que, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (2001, p. 18), assim, se a classe burguesa assume a posição dos que pensam e decidem sobre o funcionamento da sociedade, pelo privilégio de acesso ao conhecimento, a classe trabalhadora deve fazer o movimento contrário, a contra-hegemonia da classe. E a escola é o instrumento para elevar a classe trabalhadora, pelo acesso ao conhecimento, e para tanto Gramsci propõe a escola unitária ou de formação humanista que “deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-lo elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (GRAMSCI, 2001, p. 36).

Na mesma perspectiva de Gramsci, porém utilizando o termo politecnia, Dante Moura, Domingos Filho e Mônica Ribeiro (2015) argumentam sobre a necessidade de uma formação que una o ensino com a produção, a instrução intelectual, física e tecnológica. Segundo esses

autores, a gênese da formação humana integral se relaciona ao processo de industrialização que exigia cada vez mais trabalhadores versáteis, que dessem conta da dinamicidade das novas formas de produção, mas não na perspectiva de aumento da produtividade capitalista. “Contrariamente, seu objetivo político é que os trabalhadores voltem a ter domínio sobre o conteúdo do próprio trabalho e, dessa forma, tenham melhores condições de enfrentar a contradição entre capital e trabalho” (MOURA; LEITE FILHO; SILVA, 2015, p. 1062).

A combinação entre trabalho produtivo e educação intelectual elevaria a classe trabalhadora a um nível superior, podendo ocupar diferentes lugares na sociedade. Compreendido desta forma, o ensino politécnico ou humanista é visto por esses autores como uma ferramenta de transformação pessoal e da própria sociedade. Corroborando com esse pensamento, Ramos (2014, p. 84) argumenta que:

A educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com suas conquistas e seus revezes, e também habilitar para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

Assim compreendido, a formação politécnica visa não somente proporcionar aos sujeitos o entendimento das bases produtivas, mas todo o conjunto dos fundamentos científicos, tecnológicos e culturais socialmente acumulados e que permeiam o mundo produtivo, sendo o trabalho compreendido como parte da natureza humana. Ou seja, é pelo trabalho que o ser humano se apropria da realidade para transformá-la, deste modo, a educação não pode perder de vista o princípio educativo do trabalho, que, de acordo com Frigotto (2012), não se refere à ideia de reduzir a técnica a partir do conhecimento ensinado, proposta do *aprender fazendo*. O conhecimento é instrumento de transformação social, deste modo, integrar a formação básica ao trabalho não é reduzi-la às necessidades do mercado, mas à produção de todas as dimensões da vida humana.

Na perspectiva materialista, Marx (apud MANACORDA, 2007) pressupõe que o homem pode chegar à compreensão/apreensão do mundo, da realidade, da verdade e da materialidade das coisas que se formam por múltiplas relações ao longo de um processo histórico. É nesse processo de compreensão e intervenção sobre a natureza que reside o papel da educação no processo de humanização do homem, de levá-lo a pensar os processos de produção da humanidade, de acesso a todas as formas de conhecimento, de (re)colocá-lo dentro do processo como libertação das formas opressoras impostas pelo capitalismo. Se o ser

humano é constituído pelas relações sociais, a educação torna-se humanizadora à medida que possibilita ao homem o desenvolvimento de si (BORGES, 2017, p. 109).

Um projeto dessa natureza requer igualdade de acesso dos estudantes a todas as formas de conhecimentos, de cultura e de lazer, como forma de oportunizar um atuar consciente e participativo na sociedade. Nesse sentido, a formação para o trabalho é compreendida para além da satisfação das necessidades econômicas, como uma realização e produção humana. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação política, recolocando a classe trabalhadora numa posição de igualdade.

Nesse mesmo sentido e contrapondo a concepção neoliberal de formação voltada para os interesses de mercado e adaptação dos indivíduos às estruturas sociais dominadas pelas relações de classe, Ramos (2010) também argumenta em defesa de uma educação unitária, de superação do dualismo entre formação básica e técnica, que promova uma formação humana na sua integralidade; que, segundo a autora, implica em garantir o direito aos conhecimentos socialmente construídos, por meio do desenvolvimento de atividades que relacionam ciência, cultura, trabalho e humanidade, “visando atender às necessidades e características sociais, culturais, econômicas e intelectuais dos estudantes (...) que possibilite construções intelectuais elevadas (...); a apropriação de conceitos para intervenção na realidade de forma consciente” (RAMOS, 2010, p. 50).

Essa concepção de formação dialoga com a tese de Charlot (2013), que apresenta o homem como ser inacabado e pela educação vai se construindo, a partir da apropriação histórica e cultural dos saberes elaborados pela humanidade.

A educação é um triplo processo de humanização, de socialização e ingresso em uma cultura (não há ser humano sem sociedade e sem cultura), de singularização-subjetivação (cada ser humano é um sujeito singular, embora a consciência de sê-lo só apareça aos poucos na história da espécie) (CHARLOT, 2013, p. 86).

Charlot (2013) e Ramos (2010) concebem a educação como responsável pela formação dos sujeitos, num compromisso ético-político para com todos os seres humanos que têm por direito receber o patrimônio histórico cultural construído por gerações. Esse não é um processo passivo, isolado e unilateral, é, pois, dialético e histórico, visto que os conhecimentos são produzidos pela relação do homem com o meio, que o transforma e é transformado por ele. É, portanto, um processo de humanização.

2.2 A PARTICIPAÇÃO COMO PRINCÍPIO DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A educação tem um importante papel na formação dos sujeitos, sendo reflexo de uma construção histórica e do contexto real da organização social. Por ser a educação essa parte indissociável da vida humana, devem os sujeitos fazer parte do seu processo de produção e reprodução, atuando direta e indiretamente sobre o que se é estruturado. Essa produção precisa ser uma construção coletiva, sem sobreposição de interesses, para se chegar a uma prática de educação democrática e comprometida com a formação integral dos sujeitos.

Todavia, a participação democrática não se constituiu um elemento presente na história da educação brasileira, na qual o poder esteve restrito a grupos políticos que controlavam e definiam os rumos da educação. O período de Regime Militar, por exemplo, consagrou o autoritarismo como mecanismo de controle e gestão do sistema, e na educação, por meio das ideias pedagógicas tecnicistas, vinculou o desenvolvimento da nação a projetos que visavam à eficiência, à produtividade, à operacionalização e à plena utilização de recursos, atendendo, assim, ao projeto desenvolvimentista.

Um importante marco na conquista da abertura ao processo de democratização deu-se na década de 1980 com o fim do Regime Militar e a promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988, abrindo espaço para a democratização do ensino com a garantia de igualdade de acesso, permanência e gestão democrática do ensino público, entre outros princípios disposto no artigo 206. Apesar de ser um importante respaldo legal, outros passos ainda eram necessários para que as premissas pudessem ser efetivas nas instituições de ensino de todo o território.

Ao tratar da história das ideias pedagógicas no Brasil, Saviani (2013, p. 402-404) apresenta os anos 1980 como um dos mais fecundos do ponto de vista da organização do campo educacional, com o surgimento de ensaios contra-hegemônicos que abarcaram importantes movimentos organizativos, como o surgimento de entidades que se propunham a discutir a educação e contribuir para o seu desenvolvimento, a exemplo da Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Centro de Estudos, Educação e Sociedade (CEDES), entre outras organizações formadas por profissionais da educação. Além disso, outro marco importante

para a democratização na educação foram as Conferências Brasileiras de Educação, tendo sua primeira edição em 1980.

A participação da sociedade organizada por meio de suas representações possibilitou a criação de espaços de diálogo em defesa da educação. A passos lentos a participação foi se efetivando em um nível macro. Contudo, é por força da Lei 9394/96 que a gestão democrática ganha espaço na organização das unidades escolares, reafirmando em seu artigo 3º os princípios educacionais previstos na Constituição, com destaque aqui para o inciso VIII que trata da “gestão democrática do ensino público, na forma desta e legislação dos sistemas de ensino”. E o artigo 14º, que atribui aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática atreladas aos princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola, na participação da comunidade escolar e no local em conselhos escolares ou equivalentes, e autonomia pedagógica, administrativa e financeira das unidades de ensino (BRASIL, 1996).

Num contexto mais atual, o Plano Nacional de Educação – Lei 13005/2014 reforça em seu artigo 2º a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública como ponte para a melhoria da qualidade da educação, trazendo a participação como instrumento de ação coletiva nas etapas de formulação e implementação das políticas educacionais. E define como uma de suas metas “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto” (BRASIL, 2014).

Essas prerrogativas legais pressupõem que para a educação, para chegar a sua finalidade e atingir seus objetivos, é importante contar com a participação de todos os envolvidos direta e indiretamente no processo educacional. Paro (2016, p. 28) reforça a necessidade de participação efetiva da comunidade na gestão escolar de modo a ganhar autonomia em relação aos interesses dominantes do Estado, e isso só será possível quando aqueles que mais se beneficiam puderem participar ativamente das decisões. Salienta, ainda, que não basta ter presente a necessidade de participação, mas “verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade” (PARO, 2016, p. 28).

É certo que a forma das pessoas manifestarem sua participação não acontece de modo homogêneo, observa-se no contexto educacional que há formas diferentes de as pessoas

manifestarem sua participação, uns estão mais comprometidos, outros apenas falam. Essas diferentes formas dos membros da comunidade escolar se envolverem com o processo é produto de diferentes influências que vão desde a concepção que cada um traz consigo sobre seu papel na organização até a própria estrutura e funcionamento da gestão. Nesse sentido, Luck (2017) caracteriza as formas de participação como:

Figura 1- Formas de participação



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Luck (2017)

Assim, considerando a dinâmica pessoal e social que envolve a participação, não há uma linearidade que corresponda à democratização, mas, segundo Libâneo, esse é o “principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisão e no funcionamento da organização escolar” (LIBÂNEO, 2013, p. 89). Todavia, tomando como referência as formas de participação discutidas por Luck (2017), entende-se que a participação por engajamento é a forma que melhor incorpora as necessidades de efetivação da gestão democrática participativa, com vistas a atingir resultados que satisfaçam as necessidades reais da comunidade escolar. É no processo participativo que os sujeitos, interagindo entre si, vão intervindo nos processos de decisões e definindo o planejamento escolar. Não deve existir sobreposição de interesses, visto que todos devem estar em busca dos mesmos objetivos, que também são definidos coletivamente.

Nesse sentido, diante das práticas instituídas pelo modelo capitalista de dominação, torna-se necessário (re)tomar a consciência sobre o exercício efetivo da participação a partir do espírito democrático. Assim, as instituições precisam instituir mecanismos que promovam a ação coletiva e que sejam de fato considerados nos processos decisórios. A participação como caminhos à gestão democrática passa pela atuação dos órgãos colegiados, dentre eles, o Conselho de classe que, segundo Paro (2016, p. 193), consiste na reunião entre direção, professores, pais e estudantes, objetivando a avaliação do desempenho escolar para propor soluções às deficiências observadas, e deveria ainda constituir um momento de reflexão e de experiência coletiva de trabalho orientado para a prática pedagógica.

Considerando-se as palavras de Paro (2016), ao entender que a gestão democrática implica necessariamente a participação da comunidade, e considerando ainda que por meio da participação se constrói a democracia, para este trabalho enfatiza-se a participação como instrumento indispensável à gestão democrática. Com relação a isso, Xavier (2019) defende que para implementação desse modelo de gestão escolar é preciso garantir a efetivação dos princípios da autonomia e participação, como elementos estruturantes. Sendo que um dos grandes desafios para a sua aplicabilidade na realidade escolar é a partilha do poder, que envolve promover espaços e estímulos à comunidade para participar nas tomadas de decisões. Assim, também, Libâneo atrela à participação o princípio de autonomia. Para ele:

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem suas próprias vidas. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições é a participação. Portanto, um modelo de gestão democrático-participativo tem na autonomia um dos seus mais importantes princípios, implicando a livre escolha dos objetivos e processos de trabalho e a construção conjunta do ambiente de trabalho (2013, p. 89).

A promoção de atividades que possibilitem e condicionem a participação deve ser encarada pelos gestores como um compromisso em nome da construção de uma sociedade democrática, de liberdade de expressão e respeito, que contribua para o envolvimento das pessoas nas organizações sociais em que fazem parte, e se estendendo para além de uma prática no interior das escolas, por meio de uma formação comprometida com o princípio da cidadania. De acordo com Luck (2017, p. 21), as atividades em torno da promoção da participação democrática devem atender aos objetivos:

a) de promover a construção coletiva nas organizações, b) de possibilitar a aprendizagem de habilidades de participação efetiva e concomitante, c) de

desenvolver o potencial de autonomia das pessoas e instituições. Daí a sua importância não apenas na gestão educacional democrática, tal como proposta em lei, mas como condição para a vivência e aprendizagem democrática de todos os seus participantes e, em especial, de seus alunos.

Para que a participação aconteça de forma efetiva e não apenas enquanto presença é importante que fundamentos de democracia, política e organização social estejam presentes na escola, tanto na estrutura curricular como na prática cotidiana. Uma formação que traga aos estudantes a consciência sobre a participação como importante princípio democrático, bem como muni-los de conhecimentos necessários para uma participação consciente e esclarecida nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento do trabalho escolar realizado pela equipe gestora, tendo em vista a qualidade do serviço oferecido. Neste sentido, Luck (2017, p. 34) adverte que a participação “não se constitui um fim em si mesmo”, ao contrário, ela deve ser uma ação orientada e aquele que participa deve ter clareza do seu papel e do impacto da decisão/ação coletiva para o alcance dos objetivos educacionais. Todavia, adverte Libâneo (2013, p. 91):

a prática da participação nos processos de gestão, por si só, não esgota as ações necessárias para que seja assegurada a qualidade do ensino. Tanto quanto os vários elementos do processo organizacional, e como um elemento deste, a participação é um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que se encontram na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

Conforme aponta Libâneo, a participação é um dos elementos da gestão democrática, mas ela por si só não garante a qualidade do ensino. É preciso compreender que a escola se organiza em torno de concepções e tradições que estão enraizadas nas ações realizadas por seus atores e fazem parte da sua cultura organizacional. “Num entendimento mais amplo, a cultura organizacional (também chamada ‘cultura da escola’) diz respeito ao conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo” (LIBÂNEO, 2013, p. 92). São nas vivências, no processo de interação entre aqueles que fazem parte da escola, professores, estudantes, diretores, coordenadores, que a cultura escolar vai sendo construída, vão se formando crenças, valores, significados, formas de agir e atuar.

Não há um padrão a ser seguido, cada escola passou ou passa por processos distintos de construção da sua cultura, e, portanto, adquire uma identidade própria que é internalizada pelos sujeitos, uma forma diferente de lidar com os problemas e gerenciar conflitos. E essa forma de ser da escola se mantém presente em todos os seus espaços, podendo ser observada

nas reuniões, nos documentos institucionais, nas relações de sala de aula, nos corredores. A cultura da escola reflete ideologias, subjetividades, experiências daqueles que dela fazem parte. Mais do que estar presente no Projeto Político Pedagógico, uma gestão só é de fato democrática se sua prática estiver presente na cultura escolar, se os sujeitos se sentirem partícipes dos processos e se conceberem de fato participação num sentido mais amplo.

2.3 CONSELHO DE CLASSE COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

As instituições de ensino possuem autonomia para construir seus espaços e mecanismos de participação da comunidade escolar, guiada por pressupostos teóricos e princípios legais. Um dos mecanismos de participação existente nas escolas é o Conselho de classe. Essa instância colegiada se propõe ao debate coletivo sobre o trabalho pedagógico e os elementos que o constitui, desvelando processos mais amplos que estão presentes e interferem dialeticamente na dinâmica escolar como um todo. De acordo com Dalben (1992, p. 26), o Conselho teve sua gênese na França por volta de 1945 como parte de um conjunto de inovações pedagógicas inseridas na educação francesa a partir de algumas classes experimentais. Nesse contexto da reforma, foi instituído no ensino Francês o Conselho que se dividia em três tipos: o Conselho de classe em nível de turma; o Conselho de orientação no âmbito do estabelecimento e o Conselho departamental de orientação em esfera mais ampla. Conforme descrito por Rocha (1984, p. 19),

Esta profunda reforma foi realizada com o objetivo declarado de democratizar o ensino e almeja “organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos com vistas a oferecer a cada um o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões” (Institut de Recherche et Documentation Pédagogiques – INRDP – 1971, pg. 31). A fim de atingir este objetivo foram criados os conselhos de observação dos alunos, que constituem o instrumento por excelência para observação da turma. A nível da turma funciona o Conselho de Classe que é presidido geralmente pelo professor principal ou então pelo diretor do estabelecimento, assistido pelo professor principal. Fazem parte do Conselho, ainda, o diretor adjunto, o inspetor geral encarregado da turma, o médico, o assistente social ou enfermeira, o conselheiro de orientação, os professores da turma, outros inspetores, dois representantes de pais de alunos e dois alunos, eleitos delegados da turma pelos colegas.

O objetivo estava fundado na observação do estudante em seus aspectos comportamentais e de habilidades para direcionar a escolha por um curso que correspondesse às características identificadas pelo conselho, de acordo com sua “aptidão” e “caráter”, revelando aspectos de um sistema dual daquele período.

O Conselho de classe é introduzido na educação brasileira pelas educadoras Laís Esteves Loffredi e Myrthes de Lucca Wenzel, após retornarem do estágio realizado em 1958, no Instituto de Pesquisas Educacionais de Sèvres, na França. A experiência pioneira se deu no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1959, e pelo êxito da proposta chegou a ser financiada pelo MEC e se expandiu para as demais classes da escola, e posteriormente para outras escolas e estados (ROCHA, 1986). Pressupõe-se que a importação das ideias do Conselho de classe para o Brasil tornou-se mais aceita devido ao ideário escolanovista que vinha ganhando força no meio educacional, por trazer em seu bojo a concepção de escola democrática, que valoriza o trabalho coletivo, a discussão e a busca de novos métodos de ensino que coloca o estudante como centro do processo (DALBEN, 1992).

Dentro desse contexto que emergia, o estudante passava a ser concebido não mais como objeto da ação pedagógica, e que a aprendizagem não se dava pela simples assimilação de informações fragmentadas e descontextualizadas. Era preciso ver o estudante como um ser que participa do processo de aprendizagem, e, portanto, deveria ser considerado e ouvido. Assim, como as decisões pedagógicas precisariam ser compartilhadas e discutidas e isso exigia uma nova organização escolar. Ainda não se vê nesses ideais uma estrutura formal de Conselho de classe, mas uma possibilidade para a sua implantação.

A partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 5.692/71, os Conselhos de classe tornam-se mais presentes nas unidades escolares como instância formalmente instituída, não por indicação direta da lei, mas pela preocupação das escolas em atender ao disposto na lei como a obrigatoriedade do serviço de orientação vocacional e sobreposição dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem. E como nos moldes franceses, o Conselho poderia ser utilizado como possibilidade para preparação dos estudantes para o ensino profissionalizante determinado pela lei. A habilitação profissional do ensino de 2º grau requeria do 1º grau a sondagem de aptidões dos estudantes, feita pelos professores ou orientadores para assim ingressarem no curso de segundo grau que melhor se adequasse às suas necessidades e/ou características, assim como o Conselho realizado inicialmente na França.

Nesse cenário, marcado por uma pedagogia tecnicista e enraizado num modelo dual de educação, se evidencia o propósito de fortalecimentos das bases liberais capitalistas de preparação da classe trabalhadora para fornecimento de mão de obra e continuidade da estrutura social marcada pela divisão social. Aos filhos dos trabalhadores restavam as profissões mais braçais e menos intelectuais, que com pouca formação já podiam se inserir no mercado de trabalho, uma educação meramente instrumentalista nos valores do capital.

O Conselho de classe se situa num campo político de contradições que refletem as posturas e as práticas pedagógicas em vigor no interior da escola, sejam elas ocultas ou institucionalizadas, bem como as relações materiais e sociais. É por isso que apesar da conceituação no campo teórico, sua prática se difere de uma escola para outra. Ele é um órgão colegiado que compõe a organização da escola, no qual a equipe técnico-pedagógica, professores e estudantes reúnem-se para conhecer como tem se desenvolvido o processo formativo de uma turma e dos alunos individualmente, identificando as falhas e propondo alternativas para a solução dos problemas identificados. Todavia, nem sempre o Conselho tem funcionado de acordo com o seu propósito, Cruz (2005, p. 5) faz uma crítica à forma como o conselho vem sendo concebido e realizado em algumas escolas.

Para esse autor, o Conselho de Classe é um dos espaços mais ricos de transformação da prática pedagógica e, talvez, dos mais mal aproveitados nas escolas. De modo geral, o Conselho de classe se transformou em instância de julgamento dos alunos, sem direito à defesa e em espaço de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica. Como tem sido praticado em muitas escolas, camufla e reforça os mecanismos de controle arbitrário, de concentração de poder e de exclusão.

Considerando o contexto da educação profissional e tecnológica, o Conselho e Classe deve oportunizar um pensar para além das mudanças metodológicas. Trata-se de encontrar possibilidades para um trabalho pedagógico que funcione numa lógica de compreensão de relações entre os sujeitos, e de outros objetivos educacionais como a ciência, o trabalho e a cultura. De modo a contribuir para o desenvolvimento de um projeto de nação e de sociedade, em direção contrária as referências da concepção neoliberal que propaga um projeto individual em que a pessoa é a única responsável por suas conquistas e derrotas, a exemplo dos julgamentos que muitas vezes acontecem nas reuniões dos Conselhos (SILVA, JUNIOR, LATORRE, 2014).

Questiona-se muito a mudança via política educacional, mas falta consciência de que se faz política a todo instante, ao selecionar conteúdos, instrumentos de avaliação, procedimento de ensino, ao definir objetivos. É evidente que as decisões pedagógicas também são políticas e, portanto, podem definir se a educação será seletiva ou democrática, inclusiva ou excludente. Nesse sentido, ao se instituir na escola um espaço de participação democrática como o Conselho, o político passa a ser debatido, compartilhado, mesmo que não claramente, possibilitando a prevalência das intencionalidades comuns à comunidade. De acordo com Dalben (1992, p. 178),

Percebe-se que o Conselho de classe é um dos poucos organismos na escola, talvez o único, que permite a discussão do trabalho pedagógico em sua especificidade, de forma espontânea e natural, já que discute o próprio resultado do aluno, a própria relação que tem sido estabelecida entre aluno, professor e conteúdo, num momento de análise e decisão para a tomada de novos rumos desse mesmo processo.

A discussão coletiva do trabalho pedagógico realizado dentro do Conselho de classe possibilita uma visão mais ampliada e integral do processo formativo que se está construindo, e de cada estudante em sua singularidade.

Paro (2016, p. 196) ao observar as atividades do Conselho identifica posições antagônicas em relação à forma de encarar o papel da avaliação escolar, e destaca que o órgão não deixa de constituir um espaço de encontro de posições diversificadas relativas ao desempenho do estudante, assim ela não fica restrita à avaliação realizada por apenas uma pessoa. Entretanto, essa perspectiva precisa ser explorada em potencialidade para que as atividades do Conselho não se reduzam a um mero cumprimento de uma rotina burocrática, ao contrário, deve oportunizar um olhar sobre o estudante na sua integralidade, não se limitando a resultados quantitativos obtidos por meio de notas, mas considerando-o a partir de diferentes aspectos.

Importa aqui compreender o conselho de classe não apenas como uma reunião de pessoas, mas como um espaço formativo onde transitam saberes e interesses distintos. Desse modo, seria um espaço no qual despontariam novos espaços mais ricos de transformação da prática pedagógica. Nesse sentido, o conselho de classe, por se tratar de um espaço focalizado nos processos de avaliação do ensino e da aprendizagem, configura-se como potencial lócus de prática política e pedagógica realizada no dia a dia da escola (SENA NETO, 2018, p.43).

Como é evidenciado por Sena Neto, o Conselho de classe, por sua natureza colegiada, oportuniza ao participante um exercício político de crítica, reflexão e diálogo sobre a realidade. No caso especial dos estudantes, tal vivência oportuniza a livre expressão de seu ponto de vista sobre as suas experiências de aprendizagem, a relação com os professores e colegas, a organização do espaço escolar e sobre tantas outras questões que perpassam o ambiente escolar. Essas participações políticas dentro do espaço escolar, em especial o Conselho de classe, propiciam ao estudante um amadurecimento e um entendimento de seu papel na transformação da sociedade. Ele aprende na coletividade a expressar-se, a respeitar as individualidades e os pensamentos divergentes, a enfrentar as opressões, a agir democraticamente e outras competências inerentes à formação social do ser.

2.3.1 Aspectos formativos do Conselho de Classe pela ação participativa

Retornando ao que já foi dito inicialmente, a educação, como campo específico da atividade humana, é responsável pela formação dos indivíduos como seres sociais, histórico-críticos. Para tanto, implica nesse propósito a não aceitação da prática educativa como reprodutora da realidade social, mas como ação formativa capaz de promover a transformação pela interação crítica e reflexiva com o conhecimento historicamente acumulado. Nessa perspectiva, a prática educativa deve conduzir docentes e discentes a uma ação libertadora, ética e com respeito à dignidade humana. Traremos para essa análise alguns elementos constitutivos da ação educativa realizada no Conselho de classe, enquanto dimensão social da formação humana: promoção da autonomia, disponibilidade para o diálogo e participação crítica.

- Promoção da autonomia

Para além de um conceito genérico, Freire (1996) discute a autonomia como um princípio pedagógico da prática educativo-progressiva. Assim, como os outros elementos concernentes às práticas pedagógicas de base social, a autonomia tem por base a formação dos sujeitos para a (re)construção de uma sociedade igualitária, fraterna e solidária. Todavia, ser autônomo não é agir de acordo com as suas próprias vontades, sem limites de conduta e ação, ao contrário, envolve um pensar e agir ético-político, responsável e comprometido com o respeito ao outro. Deste modo, a educação é um campo propício ao desenvolvimento da autonomia, por envolver experiências práticas que exigem decisão e responsabilidade. Cada

vez que o sujeito é submetido a essas vivências, ele se desenvolve enquanto ser social envolto no exercício da cidadania.

Ao discutir procedimentos de ensino que favorecem um projeto comprometido com a formação social, Araújo e Frigotto (2015, p. 73) apresentam a promoção da autonomia como possibilidade para o desenvolvimento da formação ampla dos indivíduos. A autonomia é compreendida por eles como “capacidade de os indivíduos compreenderem a sua realidade, de modo crítico, em articulação com a totalidade social, intervindo na mesma conforme suas condições objetivas e subjetivas” (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015, p. 74). Nessa perspectiva, desenvolver nos estudantes a autonomia exige oferecer condições reais para que eles possam agir com consciência para a transformação da realidade de acordo com as suas necessidades e rejeitando a adaptação às diversas situações de vida em consequência de uma ação passiva e subordinada. Para tanto, advertem que para um projeto educacional dessa natureza, docentes também precisam ter sua autonomia garantida, visto que sua função é mediar à relação entre educando e conhecimento, conduzindo à aprendizagem. Seguindo nessa mesma direção, Freire (1996, p. 54) compreende que:

é esta percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.

Dentro desta perspectiva, o desenvolvimento da autonomia de estudantes e professores se torna uma possibilidade real, quando integrado ao projeto pedagógico da escola, e for concebido pela comunidade escolar como fundamento necessário à educação comprometida com a ampliação das capacidades humanas.

Em instâncias colegiadas como o Conselho de classe, a autonomia é assegurada pela força do coletivo, os sujeitos ganham nesse espaço o poder de decidir e agir de acordo com a vontade do grupo. Apesar de a autonomia ser alcançada de forma coletiva, não diminui o poder de cada um de expressar, de forma direta ou por representação, seus desejos, anseios, necessidades, com liberdade de opinião. Seja de forma coletiva ou individual, a autonomia é buscada como princípio de participação nesse espaço, que se torna um exercício educativo para os estudantes ao terem sua fala acolhida, suas necessidades discutidas, de poder agir e opinar sobre a gestão escolar e o processo de ensino. É um encorajamento à luta constante pelo respeito a sua liberdade e autonomia.

- Disponibilidade para o diálogo

Com relação ao diálogo, Freire (1996, p. 50) defende uma educação pautada numa relação dialógica, que rompe com o autoritarismo e a hierarquização na relação interpessoal entre docente e discente e na relação com o saber. Numa relação dialógica, todos têm algo para ensinar e para aprender. Assim, o diálogo implica escuta e reflexão, “favorece a comunicação, ao contrário do antidiálogo, em que um dos polos domina o outro, o que cria seres passivos” (BERTRAND, 2001, p. 160). O processo de aprendizagem não é um ato solitário, ele é interativo, e, portanto, não pode ser concebido numa estrutura de distanciamento entre quem ensina e quem aprende. Num debate com Shor, Freire (Apud Bertrand, 2001) acrescenta que em uma relação dialógica o professor “não pode transferir conhecimento a partir de uma posição dominante na sua relação com o estudante. A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que seria uma prática da dominação”. Assim, é pelo diálogo que estudantes e professores vão ressignificando o seu papel de atores no processo educacional, por meio de uma relação horizontal, em que todos têm voz ativa, o que os tornam corresponsáveis pelo processo educacional, superando práticas de dominação.

Inspirado em Freire, Shor, ao propor uma Pedagogia da libertação, sustenta a ideia de que a pedagogia deve transformar-se em um diálogo crítico. Segundo esse autor:

O professor não comunica conhecimentos aos estudantes, discute, isso sim, com eles sobre assuntos que os interessam. Os estudantes aprendem, por meio do diálogo, a desenvolver uma visão crítica dos seus poderes, das suas condições, da sua linguagem, dos seus conhecimentos e da sua sociedade (BERTRAND, 2001, p. 165).

Pensar na relação dialógica como elemento de formação possibilita conhecer o outro, seus limites e potencialidades, suas necessidades e expectativas, as motivações que os fazem continuar ou desistir de seus projetos, seus anseios com relação ao mundo do trabalho, as vivências fora da escola. Tudo isso leva-nos a refletir sobre a função da educação para a formação da humanidade, seu papel social e seu compromisso ético-político sustentado.

Assim como em outros espaços colegiados, o Conselho de classe se estrutura em torno do diálogo, são as diferentes vozes que se reúnem para pensar e agir. Por uma cultura de dominação e autoritarismo, a participação dos sujeitos nem sempre é valorizada e exercitada, por isso, muitas vezes, os sujeitos não são estimulados a expressar-se, a dialogar, principalmente os estudantes quando são colocados como objetos da aprendizagem. Visando

romper com essas estruturas, torna-se necessário fortalecer os mecanismos de participação no interior da escola, como também construir uma cultura do diálogo. E o Conselho de classe, por sua natureza, é um espaço propício para esse exercício.

- Participação crítica

Um outro elemento aqui analisado é a participação crítica dos sujeitos no espaço escolar. O estudante precisa sentir-se partícipe do processo educativo, ver a escola como parte integrante da sua vida, como um espaço de acolhimento e desenvolvimento intelectual. Essa é uma característica das pedagogias críticas, a participação, que se constitui num processo de interação, não limitado à sala de aula, entre estudantes e professores, mas como uma prática social que envolve outras instâncias da escola e se estende para a sociedade. Todavia, compete à escola preparar os estudantes para uma participação ativa e consciente, que conduza ao entendimento sobre a organização da sociedade, os princípios e fundamentos da democracia, os contextos de lutas, as relações de classe e tantos outros saberes e projetos formativos comprometidos com a ampliação das capacidades humanas para um agir crítico na sociedade.

Além de constituir enquanto saber a ser compartilhado, a formação para a participação crítica deve ser experienciada, testemunhada e vivida por estudantes e também docentes, eles precisam ver e sentir os efeitos de sua participação, os resultados que ela produz no contexto escolar. A competência participativa é desenvolvida quando exercitada de forma prática, em situações reais, seja no âmbito das práticas de sala de aula, seja por meio dos mecanismos de participação disponíveis na escola, como o Conselho de Classe.

Na experiência profissional no IFS foi possível observar um limite na participação, principalmente com relação aos estudantes, primeiro porque são muitas vezes excluídos das decisões importantes, segundo por eles próprios, ao não perceberem os resultados dessa participação deixam de acreditar nos mecanismos de participação. Todavia, se a escola quer encorajar os estudantes a serem participativos, este deve ser um propósito defendido por todos, não como um saber ensinado dos livros, ao contrário, deve ser uma ação que se aprende na prática. A pura fala sobre participação crítica sem sua concretização ressoa no vazio. Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a coerência entre o discurso e a prática, entre a ação pedagógica e os princípios morais e éticos exercitados pelo docente.

A efetivação da participação dos estudantes não está no simples ato de conceder espaço para manifestação de opinião, mas dessas opiniões serem consideradas e provocar a mudança necessária. Chamar o estudante para participar é autorizar e legitimar que ele expresse suas próprias ideias e conhecimentos sem medo de sofrer represália, sem julgamento ou incompreensão. Todavia, considerar a participação significativa do estudante, seja pelo professor na sala de aula ou pelos gestores escolares, faz-se necessário conceber o estudante como um ser capacitado para pensar e agir criticamente sobre os variados assuntos. Uma das características da pedagogia crítica enquanto teoria é a partilha do poder dos professores com os estudantes com o objetivo de promover a socialização desses. “Quanto mais os professores partilham este poder, mais os estudantes participam, (...) repõem em questão as experiências e os comportamentos sociais que lhes estruturam a vida cotidiana” (BERTRAND, 2001, p. 165).

Assim, a participação dos estudantes no Conselho de classe permite aos docentes compreenderem como eles aprendem, como podem assumir novas responsabilidades e contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, pela participação os sujeitos dão-se a conhecer e comprometem-se com a mudança desejada. Estudantes tornam-se ativos, conscientes e responsáveis por sua aprendizagem, professores refletem sobre suas práticas, colocam-se abertos a aprender e a partilhar conhecimentos numa relação democrática e respeitosa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, cuja escolha relaciona-se com a natureza do objeto de estudo, que está imerso num contexto educacional repleto de significados, crenças e valores. Na pesquisa qualitativa busca-se a interpretação do objeto por meio da análise de aspectos da realidade e das relações entre os elementos que a compõem. Nessa direção, buscamos compreender o fenômeno a partir do olhar e do sentido que os sujeitos possuem na relação com o objeto, neste caso, a relação dos estudantes com o Conselho de classe.

Ademais, adotou-se como procedimento técnico o Estudo de Caso, que permite conhecer com mais profundidade o fenômeno dentro do contexto real e conduz a um estudo minucioso e profundo do objeto, que pôde levar a novas descobertas de elementos não previstos no início da pesquisa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 60), o estudo de caso é “entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc.”. Ele é determinado pelos suportes teóricos que servem de orientação no trabalho do investigador, não se caracteriza, pois, como uma maneira específica para a coleta de dados nem simplesmente uma característica do planejamento de pesquisa em si; é sim uma estratégia de pesquisa abrangente (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O estudo foi realizado no IFS/*Campus* Lagarto, nos cursos de Nível Médio Integrado. Dentre os cursos ofertados pelo IFS, somente os de nível médio subsequente e integrados possuem em sua estrutura o Conselho de classe. Considerando essa abrangência, definiu-se como universo da pesquisa os cursos de nível médio integrado, adotando como critério de seleção a existência do Conselho de classe com participação dos estudantes, trazer em sua proposta curricular a formação integrada² e os estudantes estarem numa faixa etária de iniciação ao direito político de participação democrática.

A amostra selecionada foi composta pelos estudantes das turmas dos 3º anos, por apresentarem uma maior experiência com a instituição e o Conselho de classe, ampliando a possibilidade de investigação em diferentes aspectos. Inicialmente, a proposta era contar com

² Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: [http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2019/CS_31 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2019/CS_31_-_Aprova_o_Plano_de_Developmento_Institucional_-_PDI_2020-2024.pdf)

a participação, enquanto sujeitos da pesquisa, de todos os estudantes matriculados nas turmas dos 3º anos, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Quantitativo de discentes matriculados nas turmas dos 3º anos dos cursos integrados do *Campus Lagarto* no ano letivo de 2020.

Curso	Turma	Quantidade de discentes
Integrado em Rede de computadores	3º ano	40
Integrado em Eletrotécnica	3º ano	33
Integrado em Edificações	3º ano	34

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador conforme dados do SIGAA/IFS.

Dos 107 estudantes matriculados nas turmas de 3º anos pertencentes à amostra, 37 responderam ao questionário. Nosso desejo era contar com a participação de todos, todavia, acredita-se que a reduzida participação esteja relacionada à dificuldade de acesso existente no Ensino Remoto e outros problemas vivenciados pelos estudantes na realidade da Pandemia de Covid-19. Foi excluído desta pesquisa o Curso Técnico Integrado em Automação Industrial por ainda não haver turma de 3º ano ativa.

Além disso, participaram da pesquisa três docentes Coordenadores de Curso dos respectivos cursos. Inicialmente não estava previsto a coleta de dados junto a esses sujeitos, mas, diante dos dados coletados percebeu-se a necessidade de inserir docentes que pudessem expressar seu olhar sobre a categoria formação dos estudantes pela ação participativa, visto que esses têm em seu fazer a função de facilitar e observar aspectos formativos dos estudantes em seu percurso escolar. Deste modo, foram selecionados para a amostra docentes que tivessem uma relação aproximada com o Conselho de classe em todas as suas etapas, ficando, assim, os coordenadores de curso, que são docentes da formação técnica.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram as Pesquisas bibliográficas e documental, a coleta e a análise de dados. Assim, na pesquisa bibliográfica buscou-se, inicialmente, mapear as produções acadêmicas dos últimos 10 anos como forma de situar a pesquisa num contexto mais amplo de produção já existente, identificando lacunas que pudessem ajudar na definição do problema de pesquisa e de delimitação do objeto, conforme já apresentado na introdução. A análise das produções também auxiliou na escolha do referencial teórico, com destaque para as produções de Dalben (1992), Rocha (1984) e Cruz (2004), que foram as mais utilizadas nas pesquisas mapeadas quando se refere ao

Conselho de classe. Outras fontes de pesquisa também foram acessadas: artigos, livros, guias, manuais e legislação.

A pesquisa documental foi realizada com o fito de identificar a concepção da instituição com relação à gestão democrático-participativa, e à organização e funcionamento do Conselho de classe. Os documentos analisados foram o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), o Regulamento da Organização Didática (ROD), o Documento Referência de Conselho de Classe e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96). Essa ação constituiu uma etapa importante na pesquisa por possibilitar o confronto entre o prescrito e o real, identificando os limites, as possibilidades e as contradições internas e externas ao objeto de estudo. Prodanov e Freitas (2013, p. 55-56) consideram que “a utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”.

Ainda no processo de coleta de dados, foi aplicado aos estudantes um questionário composto por questões fechadas e abertas objetivando compreender a concepção deles acerca do Conselho de classe, bem como investigar sobre a dinâmica de participação por meio da representatividade e a contribuição dessa forma de participação para a sua formação. Além disso, o questionário serviu de diagnóstico para construção do conteúdo formativo a ser trabalhado no Produto Educacional.

O questionário teve o formato digital elaborado na plataforma Google *Forms* e o link foi enviado para o WhatsApp de cada estudante, juntamente com o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) - para os estudantes menores de 18 anos, como também um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - para os pais ou responsáveis desses sujeitos de pesquisa. Já para os estudantes maiores de 18 anos, foi enviado somente o TCLE. Os estudantes e os seus responsáveis foram informados previamente dos objetivos da pesquisa, da livre adesão e do sigilo das informações.

A coleta de dados junto aos docentes coordenadores de curso se deu por meio de entrevista estruturada, realizada remotamente por meio da Plataforma Google Meet, com agendamento prévio e disponibilização por e-mail do TCLE para assinatura. A entrevista seguiu um roteiro que buscou identificar a percepção dos docentes sobre a participação dos estudantes no Conselho de Classe, a contribuição dessa participação para a formação dos estudantes, bem como compreender aspectos da organização e do funcionamento desse colegiado.

Os dados coletados no questionário e na entrevista foram categorizados e analisados por meio da técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin, que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Assim, o processo de análise seguiu as fases indicadas por Bardin (2016), a saber: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e a interpretação. A discussão sobre os dados categorizados se encontra na seção seguinte e sua análise subsidiou a elaboração do Produto Educacional. Assim, estudar um objeto não é dá-lo como um produto pronto e acabado, mas dinâmico e inserido em uma realidade sempre mais rica do que aquilo que o pesquisador consegue captar, o que implica em uma ação não só de investigação, mas de transformação da realidade.

Deste modo, o Produto Educacional (PE) intervém na realidade contribuindo positivamente, sendo elaborado considerando os elementos formativos identificados na análise de dados e no referencial teórico. Consiste em um “Roteiro para atividade de orientação aos estudantes acerca do Conselho de Classe” a ser utilizado nas turmas ingressantes, a fim de subsidiar os estudantes com informações que possam qualificar e intensificar a participação deles nesse colegiado.

Depois de elaborado o conteúdo do PE, o mesmo foi aplicado na turma do 1º ano do curso Integrado em Eletromecânica. A escolha pela turma se deu por acessibilidade e conveniência, visto que um dos docentes participante da entrevista disponibilizou seis aulas de sua disciplina, para a realização da atividade formativa descrita na seção “Produto Educacional”. Participaram da atividade: a pesquisadora, o professor da disciplina e 31 (trinta e um) dos 54 estudantes matriculados na turma, o número reduzido se justifica devido a problemas próprios do Ensino Remoto adotado em razão da pandemia de Covid-19, no qual muitos não conseguem assistir às aulas síncronas. Os encontros aconteceram remotamente pela Plataforma do Google Meet, com duração média de 1h cada encontro (duas aulas de 30min cada). Toda a atividade foi gravada pelo docente para disponibilização aos estudantes que não conseguiram participar.

Após a aplicação do produto os estudantes foram convidados a realizar uma avaliação da atividade por meio de um Grupo Focal agendado previamente. A escolha por essa técnica

se deu pela possibilidade de explorar com mais riqueza de detalhes as impressões, observações, conhecimentos dos sujeitos, numa dinâmica interacional. Segundo Gatti (2005, p.12) “é uma técnica de levantamento de dados muito rica para capturar formas de linguagem, expressões e tipo de comentários de determinado seguimento”.

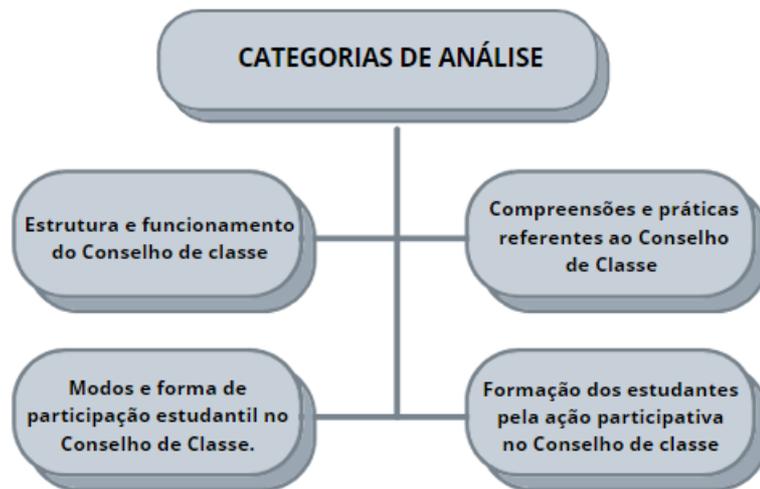
A adesão ao grupo focal foi livre e compareceram 7 (sete) estudantes. Sua condução foi guiada por meio de um roteiro elaborado previamente pela pesquisadora que moderou a discussão, mas com flexibilidade. O grupo aconteceu de modo virtual pela Plataforma Google Meet, e por problemas técnicos não foi possível a gravação de vídeo, apenas de áudio, para posterior transcrição e análise pela técnica da análise de conteúdo. O fato de o grupo ter se reunido virtualmente inviabilizou a observação de gestos, movimentos e outras linguagens não verbais, porque nem todos os participantes tinham o recurso de câmera ou se dispuseram a usar. Mesmo assim, a discussão foi realizada e os dados analisados indicaram a necessidade de realização de algumas alterações na proposta da atividade, tendo em vista a melhoria do material final construído em formato de texto e imagens, elaborado no aplicativo Canva, contendo plano de atividade, material complementar, breves conceitos e discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem como objetivo analisar os dados coletados na investigação do fenômeno para desvelamento do problema de pesquisa e alcance dos objetivos propostos. A partir dos dados coletados nas entrevistas, no questionário aplicado e nos documentos institucionais, correlacionando-os com o referencial teórico, foi possível uma apresentação do fenômeno investigado e a compreensão dos questionamentos lançados na gênese deste trabalho.

A análise se estrutura seguindo uma categorização:

Figura 2 - Categorização da análise



Fonte: Elaboração da autora

Participaram da pesquisa 37 estudantes das turmas dos 3º anos dos cursos integrados, sendo representados pela letra “E” seguido da numeração de 1 a 37; e 3 docentes identificados pela letra “D” seguido da numeração de 1 a 3.

4.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE CLASSE A PARTIR DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Para melhor compreensão da função e organização do Conselho de classe no IFS, buscou-se analisar as concepções pedagógicas do IFS a partir do Plano de Desenvolvimento

Institucional do IFS (PDI) – RESOLUÇÃO Nº 31/2019/CS/IFS, que integra o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), a missão, a visão e os valores de prática educativa, para posteriormente adentrar nas questões específicas do Conselho de Classe regulamentada pelo ROD.

A proposta pedagógica do IFS está pautada no desenvolvimento de uma educação profissional de qualidade, fundamentada na concepção de formação humana e integral, que busca abarcar as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia como eixos integradores do conhecimento, buscando superar o processo histórico de divisão social do trabalho. Nesse sentido, a categoria trabalho é concebida como princípio educativo que guia a organização do currículo escolar, não para uma preparação exclusiva para o mercado de trabalho, mas para a compreensão crítica das dinâmicas socioprodutivas da sociedade, em seu contexto histórico, com suas conquistas, suas perspectivas e seus desafios (IFS, 2019).

Tendo em vista alcançar êxito no seu compromisso com a educação de qualidade, o PDI busca assegurar os princípios constitucionais da administração pública ³ no desenvolvimento das suas ações, sendo eles:

- a) Ética – agir coerentemente com os princípios morais;
- b) Integridade – agir com retidão e imparcialidade;
- c) Sustentabilidade – assegurar que as ações sejam economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente aceitas, com foco na responsabilidade;
- d) Comprometimento – assumir posturas e atitudes favoráveis a atingir os objetivos da instituição;
- e) Inovação – fomentar conhecimentos inovadores nas ações visando atender os anseios da sociedade;
- f) Transparência – assegurar o acesso às informações com vistas à efetivação do controle social;
- g) Respeito – Atenção especial aos estudantes, aos servidores e ao público em geral.

O IFS traz em sua Proposta Pedagógica um modelo de gestão democrática composta por órgãos colegiados de apoio às atividades administrativas e acadêmicas, tendo na administração Superior o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo o primeiro e o último com representação estudantil⁴. No âmbito

³ <http://www.ifs.edu.br/institucional/missao-visao-e-principios-norteadores>

⁴ Art. 108 do Regimento Geral do IFS (Resolução nº 52/2011/CS, de 20 de dezembro de 2011).

dos campi têm-se como instâncias colegiadas o Colegiado de Curso (cursos de nível superior) e o Conselho de Classe (cursos de nível médio).

Com relação ao Conselho de Classe, objeto de estudo neste trabalho, o Regulamento da Organização Didática (Resolução nº 35/2016/CS/IFS), documento que normatiza as atividades acadêmicas, apresenta o conselho como órgão orientado a favorecer o protagonismo de estudantes e professores que visam à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, com objetivos voltados para a avaliação das práticas pedagógicas e da aprendizagem dos estudantes. Sendo eles:

- I- promover a avaliação permanente e global do processo ensino/aprendizagem e da gestão escolar, para assegurar qualidade às práticas educativas desenvolvidas neste Instituto;
- II- participar da (re) formulação dos procedimentos de ordem pedagógica e administrativa, a serem adotados para a solução dos problemas detectados;
- III- possibilitar aos agentes escolares, de acordo com as atribuições, oportunidade de uma autoavaliação e de realimentação do trabalho didático-pedagógico e administrativo.
- IV- deliberar a respeito da promoção final dos estudantes que não alcançarem a média prevista neste regulamento para aprovação, em até 02 (duas) disciplinas (IFS, 2016, p. 27).

Os conselhos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio possuem natureza consultiva, e deliberativa apenas na reunião do conselho final para decidir sobre a aprovação dos estudantes reprovados por média anual, em até duas disciplinas. Convém destacar que a natureza deliberativa foi inserida no conselho desde 2016, nas versões anteriores do ROD os estudantes reprovados por média anual tinham o direito de fazer dependência em até duas disciplinas nos anos seguintes. Na realidade dos cursos técnicos integrados, com funcionamento em dois turnos, a disponibilidade de tempo e incompatibilidade de horários inviabilizavam cursar a dependência, por gerar uma sobrecarga ainda maior aos estudantes e uma dificuldade na gestão da oferta e matrícula.

Quanto à constituição, o Conselho é formado por membros permanentes, sendo um Gerente/Diretor de Ensino; um Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais; Coordenador do Curso; um Professor representante por turma; um Estudante representante por turma. Outros participantes podem ser convidados conforme a necessidade, como demais docentes, pais ou responsáveis, profissionais da saúde e equipe multidisciplinar. Essa

constituição de membros permanentes se altera no conselho final com participação de todos os docentes, sendo vetada a presença dos estudantes (IFS, 2016, p. 28-29).

Convém destacar que a participação dos estudantes se dá por representação, escolhida no início de cada ano letivo por seus pares. Essa forma de participação é tipicamente praticada na sociedade, nas organizações democráticas e nos grupos formados por um número grande de participantes. De acordo com o ROD, art. 83, compete ao estudante representante de turma: I- fazer diagnóstico da turma; II- propor melhorias e possíveis soluções dos problemas identificados; III- comunicar à turma as decisões do Conselho de Classe e acompanhar o encaminhamento das providências. Já quanto à escolha do representante docente de cada turma, ela se dá por seus pares, e a função se assemelha ao do representante discente. Ambos possuem o mandato de um ano.

As reuniões do conselho acontecem bimestralmente e após o período de avaliação, conforme calendário acadêmico, podendo ocorrer uma reunião extraordinária ao final do ano para deliberação de possíveis requerimentos de estudantes reprovados em até 02 (duas) disciplinas (IFS, 2016, p. 31). Como o ROD apresenta normas gerais de funcionamento, as equipes pedagógicas dos campi (Pedagogos(as) e Técnicos(as) em Assuntos Educacionais) sentiram a necessidade de instrumentalizar as ações do CC com a elaboração do Documento Referência do Conselho de Classe. No que compete a sua atribuição de, conforme art. 82, IV do ROD, “elaborar instrumentos próprios para o levantamento das informações necessárias ao desenvolvimento das atividades do Conselho de Classe” (IFS, 2016, p. 30).

O documento referência objetiva “subsidiar os agentes envolvidos nas ações do conselho de classe no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, a fim de construir uma identidade institucional, nesse campo, respeitando-se as especificidades de cada *campus*”. No documento estão organizadas sequencialmente cada etapa com orientações para a sua realização, conforme o quadro-síntese a seguir:

Quadro 3 - Etapas do Conselho de Classe

Etapas	Ações
1	Escolha dos representantes discentes realizada pelos pares
2	Orientação e escolha dos representantes docentes
3	Emissão de portaria com membros do conselho de classe por turma
4	Coleta de informações para fomentar e diagnosticar possíveis problemas que impactem no processo de ensino-aprendizagem
5	Reunião entre professor representante e a turma para sistematização de informações
6	Convocação dos membros

7	Reunião do Conselho Consultivo
8	Reunião Diagnóstica dos Cursos Integrados
9	Repasse pelos representantes discente e docente aos seus pares sobre as decisões do conselho
10	Reunião do Conselho Deliberativo
11	Acompanhamento Pedagógico dos estudantes aprovados pelo Conselho

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Documento Referência do Conselho de Classe/PROEN/IFS

Ao organizar o funcionamento do Conselho em etapas, o documento de referência dá um passo a mais ao inserir reuniões diagnósticas composta por todos os docentes da turma a fim de possibilitar uma análise mais integrada e multidisciplinar acerca do desempenho individual dos estudantes em cada disciplina, além de favorecer um maior envolvimento de todos com as ações de melhoria dos processos pedagógicos e de aprendizagem. Todavia, nessa etapa não é permitida a presença dos estudantes sob o argumento de assegurar o sigilo de algumas informações e evitar exposições e constrangimentos, visto que são expostos e discutidos casos individuais dos estudantes.

Contudo, considerando o princípio da participação já fundamentado em outra sessão, nessa etapa não pode perder de vista a participação do estudante, que pode se fazer presente mesmo não estando fisicamente. Uma opção é realizar o acolhimento desses estudantes, fazendo a identificação das questões vivenciadas por eles, seus problemas e necessidade. Uma escuta qualificada que seja um elo entre os estudantes, os professores e equipe multidisciplinar na discussão dos casos na reunião diagnóstica.

4.2 COMPREENSÕES E PRÁTICAS REFERENTES AO CONSELHO DE CLASSE SOB A ÓTICA DOS SUJEITOS PARTICIPANTES

Os estudantes que participaram da pesquisa estão concluindo o ensino médio integrado, e, portanto, já tiveram alguma experiência com o Conselho de classe, sendo que, 5 (cinco) deles já foram ou são representantes de turma. Já os docentes participantes são do sexo masculino, lecionam disciplinas técnicas e ocupam o cargo de coordenadores dos cursos integrados. Dois deles estão a pouco mais de um ano como presidentes do conselho, função conferida pelo cargo de coordenador, mas já participaram do conselho como docente. O outro docente participante possui um maior tempo de experiência com esse colegiado na função de presidente.

Os sujeitos da pesquisa possuem uma relação direta com o conselho por serem participantes. Analisar o entendimento que os sujeitos têm sobre o Conselho de classe ajuda-nos a compreender o significado que lhe é atribuído na relação com o seu funcionamento na realidade pesquisada. De acordo com a resposta dos estudantes no questionário aplicado foi possível observar que o Conselho de classe é caracterizado por eles como um espaço coletivo, no qual podem apresentar os problemas e as dificuldades vivenciadas por eles durante o bimestre, na tentativa de buscar solução para esses problemas, que, em sua maioria, estão relacionados às questões de aprendizagem, conforme apontam ao ser perguntado sobre a compreensão deles acerca do Conselho de classe:

Uma reunião que acontece entre docentes e representantes de turma para analisar os aspectos do ensino e da participação dos alunos, além de procurar solucionar eventuais problemas. (E3)

Uma reunião bimestral com representantes docentes e discentes a fim de facilitar a comunicação entre ambos para discutir e melhorar problemas. (E5)

Momento em que o estudante tem espaço de fala, podendo assim apresentar suas visões sobre o andamento das práticas escolares, corpo docente e discussão sobre problemas no meio escolar e possíveis soluções. (E10)

O conselho de classe é uma reunião que serve para promover uma discussão em prol do melhoramento do aprendizado do aluno. (E30)

É uma reunião realizada regularmente a cada bimestre, que apoia e aprimora o aprendizado dos alunos. (E36)

A importância do Conselho de classe para a identificação e a resolução dos problemas vividos pelos estudantes no contexto da sala de aula está presente constantemente nos depoimentos. Os estudantes entendem que o Conselho é um espaço destinado à discussão coletiva sobre o processo de ensino e aprendizagem, e que essa prática é importante para se fazer uma avaliação do processo, por isso estão ali, dialogando e apresentando sua visão. A finalidade é buscar compreender os fatores que contribuíram ou não para a aprendizagem, por isso observa-se a ênfase na busca pela resolução dos problemas.

Compreendemos que na visão dos estudantes, o Conselho de classe é um importante espaço para eles expressarem para a instituição o que acontece na realidade da sala de aula. É nesse contexto que a participação deles ganha uma maior relevância, pois é o momento no qual alguns entraves não resolvidos no âmbito da sala de aula são discutidos, num movimento

horizontal onde cada membro coloca seu olhar, suas observações e propostas na tentativa de solucionar os problemas.

Como já foi apresentado na subseção 2.3, que trata da conceituação do Conselho de Classe, esse é um órgão colegiado de natureza consultiva e/ou deliberativa, formado pelos sujeitos diretamente ligados aos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem, que é o eixo central deste colegiado, e constitui uma etapa do processo de avaliação em seu sentido amplo. É concebido como um espaço de avaliação diagnóstica da ação educativa da escola, no qual se discute coletivamente as questões referentes ao ensino: “processos, métodos, conteúdos, relações, o significado e as consequências para a aprendizagem do aluno e a pertinência dessas dimensões com o Projeto Político-Pedagógico da Escola” (CRUZ, 2005, p. 6).

Por se constituir uma instância colegiada integrada ao formato de avaliação existente na escola, os estudantes também trazem em seu entendimento sobre conselho a dimensão deliberativa da instância, que diz respeito à aprovação final daqueles que se encontram reprovados por nota:

O Conselho de Classe se baseia em uma roda de debate entre docentes sobre notas, participação dos discentes em sala de aula. Ocorre duas vezes no ano, ao final dos semestres e dá ao aluno por meio do "conselho de classe" sua aprovação ou reprovação, a depender da situação que ele está inserido. Por isso se chama "conselho", para que o aluno não seja reprovado direto, passando pelo processo de segunda chance de seus docentes, coordenador, e até representante de turma. (E2)

Serve para ajudar os alunos que não conseguiram a pontuação necessária para passar de ano. (E20)

Conselho de Classe é quando alguns professores e líderes das turmas se reúnem para esclarecer possíveis problemas que estejam tendo ao decorrer do ano letivo. Além disso, tem o Conselho de classe final para observar se tem alguns problemas com notas, principalmente. (E27)

É uma reunião feita entre professores e representantes de turma com a finalidade de discutir acerca da situação dos estudantes que estão matematicamente reprovados, além de ser o momento de colocar em pauta os anseios dos estudantes em geral. (E32)

Conforme já foi apresentado, no IFS, a última reunião do Conselho durante o ano letivo tem por função a deliberação sobre a aprovação dos estudantes que não obtiveram a média necessária nos bimestres. Como para o sistema educacional a nota é o requisito à progressão do estudante à série seguinte, ela acaba se tornando elemento central do processo

educativo, e no contexto do conselho não é diferente, ela se torna, muitas vezes, o fio condutor das discussões não somente na reunião deliberativa (conselho final), mas nas consultivas (conselhos bimestrais) também.

Quanto a isso, Cruz (2005, p. 36) chama a atenção para o fato de a nota ser apenas um indicador do processo, elemento do diagnóstico, devendo ser valorizada como instrumento e não como fim em si mesmo. Para que a avaliação realizada via conselho sirva para melhorar a aprendizagem e fazer o estudante avançar no conhecimento é preciso que ela seja desenvolvida numa perspectiva formativa e reguladora, superando a mera constatação de fatos, mas que seja capaz de servir como diagnóstico para a tomada de decisão. Na visão destes estudantes, o conselho tem um significado mais burocrático e voltado para uma avaliação classificatória, de aprovação ou reprovação.

Assim como os estudantes, os docentes entrevistados compreendem o papel do Conselho como um espaço de discussão sobre a prática de ensino e de aprendizagem, a possibilidade de identificar os problemas no percurso formativo e buscar a resolução dos mesmos, evitando o seu agravamento e as consequências futuras, como a reprovação:

[...] é uma Instância da organização acadêmica, da organização escolar que permite o compartilhamento de experiências e do progresso nas/das disciplinas ao longo do ano. É uma oportunidade de debater, conhecer sobre o que ocorre ao longo do ano nas disciplinas, principalmente, em cada disciplina [ruídos] que os alunos apontam, e através deles consiga justamente fazer ajustes, fazer as correções e conseguir lançar luz sobre determinados pontos que antes ficavam um pouco obscuros, ou um pouco deixados em segundo plano. Às vezes de alunos, especificamente, alguns que precisavam de alguma atenção maior e que, às vezes, lá no dia a dia, na correria, a gente não consegue ter essa informação, e no Conselho de Classe, às vezes, essa informação aparece. (D3)

O Conselho de Classe Consultivo, eu vejo como uma etapa muito importante para que o Coordenador, não só o Coordenador, como Professores e o Coordenador de outras áreas correlatas que participem do curso fiquem sabendo dos anseios, de alguns problemas que estejam ocorrendo com a turma. [...] De forma que, quando chegue no Conselho Deliberativo, não chegue aquele amontoado de problemas, que a gente consiga afunilar os problemas e ir resolvendo isso ao longo do ano. (D1)

[...] a finalidade do Conselho pra mim é a gente ouvir os pontos de melhorias, filtrar, primeira coisa, porque, às vezes, nem tudo a gente concorda, debater os pontos de melhorias e conversar com os pares, o que for pertinente a gente procurar resolver, procurar melhorar, e o que a gente avaliar também, por exemplo, se a gente ver que é exagero por parte dos alunos, a gente também deve entender a crítica. A gente refletir. No mínimo refletir. (D2)

Na visão dos docentes, o conselho é esse espaço de troca e busca de melhorias para o ensino. Se aproxima da concepção de Dalben (1992), que atribui ao Conselho o papel de “dinamizar o processo de avaliação, por intermédio da riqueza das análises múltiplas de seus participantes, e estruturar os trabalhos pedagógicos segundo essas análises coletivas, permitindo-se um fazer coletivo” (DALBEN, 1992, p. 112). Uma instância que tem por princípio o trabalho coletivo, cuja participação do estudante é necessária ao enriquecimento e à completude das análises e discussões:

o aluno constitui motor do processo de avaliação, não visto apenas ‘no seu caráter imediato’, mas ‘em face de uma dinâmica que envolve o próprio professor’. Nessa concepção, a reciprocidade, movimento complementar do processo dialético, surge com a auto-avaliação do professor, na perspectiva de identificar o seu papel, e vista dos resultados colhidos. Isto é, os resultados finais do aluno são considerados reflexos do seu trabalho (DALBEN, 1992, p. 87).

É por essa reciprocidade existente no ato de avaliar que o Conselho tem sua finalidade fundamentada, no processo dialógico em que docentes e estudantes têm um papel fundamental, no qual aquele que ensina também aprende, e o contrário. Luckesi diz que um dos elementos da avaliação é a tomada de decisão que leva à continuidade de uma ação, se apresenta resultados positivos, e ao ajuste ou mudança, quando os objetivos não estão sendo alcançados. Se a avaliação “nada mais se faz do que classificar o aluno, isso significa não realizar o sentido da avaliação” (2008, p. 76).

Nessa direção, o Conselho de classe proporciona uma avaliação que busca superar a ideia de classificação fortemente presente nas instituições de ensino. “A avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno” (LUCKESI, 2008, p. 66). E é assim que o Conselho deve atuar, construindo elementos que contribuam para fornecer a qualidade da formação dos sujeitos. Como aponta o docente:

[...] acho que é um momento que a gente tem de autoavaliação, já que o ano letivo é muito grande, a gente passa lá oito meses juntos, e eu acho que a cada dois meses a gente fazer uma avaliação, eu acho muito interessante discutir onde estamos acertando e errando (D2).

Todavia, é necessário ressaltar que nem sempre há o reconhecimento da reciprocidade existente no ato de avaliar, se colocar no lugar de avaliado mexe com estruturas de poder muitas vezes enraizadas por uma cultura que supervaloriza o saber e condena o erro. Como herança das pedagogias tradicionais, o docente é concebido como o detentor do saber e isso o

coloca em uma posição de destaque, que dificulta uma relação mais horizontal com os estudantes.

Os participantes da pesquisa consideram que alguns docentes ainda apresentam resistências em aceitar as críticas e ter o seu trabalho avaliado pelos estudantes:

[...] tem alguns professores que não aceitam as críticas. Então teve uma turma, um ano aí desses, que levou - veja o que eles fizeram - criaram um critério deles: facilidade, didática, eles criaram um critério e deram notas para os professores, foi, foi um, os professores não receberam bem não. O professor achou que o aluno não tem direito de avaliá-lo. Então, assim, foi um momento meio estressante. Eu particularmente não vejo problema. (D2)

[...] a maior dificuldade que eu vivencio no Conselho é a abertura do docente em ouvir as críticas, e tentar trazer isso como construtiva e não como um fato de alguém estar, por exemplo, sei lá, querendo diminuir o seu trabalho. Não, mas é simplesmente tentar trazer aquilo como algo construtivo, ouvir a crítica e trazer isso como algo construtivo e tentar fazer a sua melhoria contínua que faz parte do nosso papel docente. (D1)

Nem sempre somos compreendidos, algumas das vezes entendem que tivemos a ideia de difamar a imagem ou profissionalismo de pessoas citadas nas reuniões, quando nosso intuito é só usar do momento que é destinado para comunicação. (E10)

Na maioria das vezes os professores ignoram a gente ou ficam irritados por se sentirem superiores e não aceitam uma sugestão, apenas uma sugestão. (Não são todos, claro). Muitos docentes não aceitam críticas e a maior parte dos alunos possui medo de falar alguma coisa. (E11)

Coaduna com o relato dos sujeitos a análise feita por Cruz (2005, p. 49) ao considerar a não aceitação das críticas por parte dos docentes, sendo o maior risco dos conselhos participativos. Ainda nessa direção, Dalben (1992, p. 159) afirma ser essa uma questão paradoxal, estar numa instância avaliadora como o conselho e não se colocar a serviço da avaliação e não admitir ser avaliado. A avaliação promovida pelo conselho se fundamenta em sua natureza, visto que a avaliação está relacionada à natureza do conhecimento, e esta vai na direção do entendimento que se tem sobre conhecimento. Quando se avalia busca-se conhecer os processos que levaram aos resultados, assim, o ato de avaliar é formativo, constrói conhecimento para aquele que aprende e quem ensina (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2001, p. 63-64). “A avaliação age, então, a serviço do saber e das pessoas que aprendem. Ela deveria ser o momento no qual quem ensina e quem aprende encontram-se com a sua intenção de aprender” (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2001, p. 65).

Quem ensina continua aprendendo sobre sua prática de ensino quando promove a avaliação, por essa razão deve o docente estar atento e aberto ao resultado desta avaliação,

assim como o aluno, que busca seu desenvolvimento. “A única certeza que o professor tem é a incerteza na qual se move. Se algo deve distinguir a profissão docente, é o seu estado de abertura permanente para a aprendizagem contínua” (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2001, p. 88). A partir do conceito formativo do processo de avaliação trazido por Álvarez Méndez, pode-se inferir que na prática do Conselho de classe essa condição se torna mais latente por ser produzida, tendo em vista a aprendizagem, em que todos se tornam sujeitos da avaliação e também corresponsáveis por ela.

É a partir do contexto e da concepção que cada sujeito traz consigo acerca da avaliação e do Conselho que sua forma de atuação nesta instância se efetiva. Os estudantes apresentam o entendimento do conselho como um espaço para serem ouvidos, que suas considerações são necessárias para uma avaliação contextualizada e acrescida dos aspectos subjetivos que envolvem cada sujeito. Essa concepção se evidencia na fala do estudante (E34) ao afirmar que:

[...] a participação do estudante em seu processo avaliativo coloca-o como sujeito que partilha com o educador a tarefa de pensar sobre o que se alcançou, o que ainda falta e quais as possibilidades de ação para alcançar maiores conhecimentos e experiências. (E34)

Não é alheia a tentativa dos estudantes de construir uma avaliação coletiva no bimestre, trazendo seu olhar sobre o trabalho do professor, a partir das suas experiências de aprendizagem, pois são eles diretamente os beneficiados ou prejudicados com as práticas de ensino. Há um esforço de contribuir para a melhoria do processo, sendo capazes de fazer uma autoavaliação da sua aprendizagem e avaliação do todo, que em diálogo com os docentes podem chegar a caminhos mais assertivos. Assim como os participantes, Dalben reconhece a importância dos estudantes para a avaliação realizada no Conselho:

Sendo o aluno um ser pensante, um elemento ativo do processo de ensino, um ser histórico, capaz de incorporar e produzir conhecimentos, é também capaz de, num processo dialogal, contribuir para o maior conhecimento dele mesmo, das questões referentes ao processo de ensino e, obviamente, referentes ao avanço de propostas (1992, p. 128).

Compreendemos que o conselho para cumprir com sua função de promover reflexões e mudanças das estratégias pedagógicas, é preciso que seja de fato um momento de acolhimento entre seus membros, de valorizar as questões trazidas pelos estudantes, considerando-os como sujeitos capazes de refletir sobre sua situação e a dos colegas, de ver a

riqueza existente nas trocas. Do contrário, esse será mais um espaço burocrático e hierarquizado construído para fins de formalidade.

4.3 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CLASSE

Outra categoria analisada é a dos estudantes no Conselho de Classe. A participação é um elemento fundamental para gestão escolar democrática, não se pode falar em democracia sem haver participação, deste modo, são conceitos que se inter-relacionam. Todavia, depreendem-se diferentes entendimentos, significados e ações sobre participação, se manifestando de forma diferente em nível de interesse, compromisso e envolvimento. Observa-se no contexto educacional que há participações que vão desde a presença física até o engajamento com responsabilidades. Essas diferentes formas dos membros da comunidade escolar se envolverem com o processo correspondem ao produto de diferentes influências, da concepção que cada um traz consigo sobre o seu papel na organização, e da própria estrutura e funcionamento da gestão na criação de espaços e compartilhamento do poder.

No contexto da pesquisa, buscou-se perceber como a participação é compreendida e exercida pelos estudantes no âmbito do Conselho de classe. Ao ser perguntado o que os estudantes compreendem por participação estudantil no Conselho de classe, responderam, em sua maioria, que se trata de um espaço de fala importante, no qual podem se expressar, apresentar sua visão sobre as questões que vivenciam durante o bimestre, opinião, crítica, sugestão, elogio, enfim, possibilidade de contribuir para as discussões sobre o ensino e sua aprendizagem, como declararam:

Acredito que muitas das vezes o estudante não recebe espaço de fala, então a participação estudantil no Conselho de Classe é indispensável nesse quesito. Sem esquecer que na maioria das vezes os estudantes apresentam dificuldades que não são identificadas pelos docentes e corpo diretivo da escola, sendo assim com a participação estudantil, melhor fica essa comunicação. (E9)

Acho que é imprescindível, além de termos um espaço para dizer nossas aflições, a participação é importante que ocorra para que possamos perpetuar esse movimento para as próximas turmas que virão. (E26)

A participação estudantil é essencial, pois o problema deve ser definido por quem é afetado e nada mais justo do que a possibilidade de dar voz ao aluno

para haver um conselho de classe mais produtivo. (E29)

A participação estudantil consegue proporcionar uma relação mais horizontal, de diálogo e negociação entre docentes e estudantes, o que favorece algumas reflexões e mudanças nos sujeitos que compõem o processo de ensino e aprendizagens. (E36)

Nota-se que os estudantes têm consciência da legitimidade da sua participação no conselho e da necessidade de ocuparem esse espaço para a continuidade da representação na organização colegiada e na promoção do diálogo na relação com os docentes, como forma de romper com práticas autoritárias e de discriminação que historicamente acontecem nas instituições escolares e em seus conselhos. Romper com essas estruturas de poder é necessário muito esforço coletivo, como também mudança de práticas e de posturas por parte daqueles que as detêm. Num diálogo é preciso que se tenha um emissor, um receptor e uma mensagem a ser anunciada, se houver uma falha em algum desses pontos não haverá uma comunicação clara. Assim também acontece na relação entre docentes e estudantes, não basta o estudante apresentar suas queixas e sugestões, o docente precisa estar aberto à escuta e ao acolhimento.

Na visão dos docentes a participação dos estudantes é compreendida como uma ação positiva para a formação deles pelo processo de reflexão, pela possibilidade de exposição das diversas situações vivenciadas por eles, como também necessária para tornar o espaço democrático:

No geral, assim, tem sido positivo a participação dos discentes, principalmente, tem sido produtivo, tanto pra eles, pra formação, acredito, pelo menos para os representantes e também pra turma, quando passa pelo processo de refletir, de expressar suas angústias, seus anseios, suas opiniões sobre como está ocorrendo o desenvolvimento das disciplinas. Então, com isso, eu acho que todos ganham alguma experiência (D3).

Pode-se dizer que a participação dos estudantes é um dos pilares desse órgão colegiado. Observa-se que há na prática do Conselho uma centralidade na figura do estudante, primeiro por este ser a razão do trabalho realizado pela instituição, que é de promover a formação destes sujeitos. Segundo porque o estudante tem no Conselho o espaço para apresentar sua avaliação no bimestre, o que é de fundamental importância para o processo pedagógico, juntamente com os demais atores que fazem parte do Conselho, e para o seu próprio desenvolvimento enquanto sujeito político. De acordo com Cruz (2005, p. 53-54), “O Conselho Participativo foi pensado como esse espaço de liberdade, de debate, de diálogo

construtivo. É uma prática em que os alunos têm voz e aos poucos se soltam, crescem em visão política das práticas da escola e em seus comentários sobre a atuação dos professores”.

Essa compreensão acerca do desenvolvimento pessoal e das relações interpessoais, proporcionados pela ação participativa dos estudantes, também é observada pelo docente entrevistado nesta pesquisa:

A gente nota, muitas vezes, um amadurecimento dos alunos ao longo dos anos letivos. Alunos que já participaram como representantes no Conselho, no 1º ano, no 2º e depois no 3º, ou no segundo e depois no 3º, que eles, de fato, passam a ter uma visão e uma relação mais madura nesse processo de ensino-aprendizagem, também da relação com a Instituição em si, com o IFS, de uma forma geral.

[...] é bastante interessante como os alunos conseguiram nesse período de tempo, de realização dos Conselhos, ter uma abertura interessante para expor de fato o que está acontecendo nas disciplinas [...]. (D3)

Os estudantes são convidados a participar, mas será que eles são de fato partícipes do processo em seu sentido pleno? Uma participação ela só é de fato efetiva quando consegue interferir nos processos. De acordo com Luck (2017, p. 21), "A participação em seu sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas".

Ao serem questionados sobre o engajamento e a motivação deles em participar do Conselho, foi observado que a maioria respondeu positivamente, contudo alguns estudantes apresentaram receios em participar por não se sentirem seguros, quanto ao impacto negativo na relação professor-aluno, e por não observarem mudanças ou resoluções dos problemas levados por eles:

Não me sinto à vontade por, na maioria das vezes, ter medo de alguns docentes "descontarem" em nossas notas ou provas e na relação com a turma. (E11)

Na maioria das vezes os professores ignoram a gente ou ficam irritados por se sentirem superiores e não aceitam uma sugestão, apenas uma sugestão. (Não são todos, claro). (E11)

A motivação é parcial, pois muitos problemas são corriqueiros no conselho e não são melhorados desmotivando-nos alunos a falar sobre os problemas... (se não resolve para que vou gastar o meu tempo?). (E26)

Primeiramente, não me sinto motivada por saber da grande possibilidade de quebra de sigilo em relação às pautas colocadas por parte de alguns colegas. Outro motivo é que, ao participar, percebo que quando a maioria

tem uma opinião é como se a minoria não existisse e, a partir daí, a mesma parece ser incluída na maioria e depois é obrigada a ouvir "sermão" dos professores. Nesses momentos, acho que se eu não participasse do conselho me sentiria menos culpada por tal pauta ter sido levantada. (E32)

Tais problemas apresentados pelos estudantes são advertidos por Cruz (2005, p. 10) ao reforçar que as discussões realizadas nas reuniões devem conduzir a identificação das causas dos problemas e a busca de soluções, pois ficar na mera constatação de problemas se constitui em perda de tempo. Se o Conselho se tornar um espaço de narrativa esvaziada de seu significado, se distanciando da práxis, sua finalidade fica comprometida e é natural que os sujeitos participantes venham a se distanciar por não acreditar na sua importância, por não ver um efeito positivo, como relataram alguns estudantes ao observarem a não resolução dos problemas e até mesmo o medo de serem punidos ou perseguidos por suas falas e questionamentos.

Um ponto importante levantado pelo estudante (E32) diz respeito à organização da turma com relação ao modelo representativo, de acolhimento das questões levantadas individualmente e do amadurecimento da discussão para torná-la uma pauta coletiva. A falta de respeito e ética entre os membros de um grupo podem trazer problemas para as relações, fragilizando-as a ponto de provocar um rompimento na organização representativa.

Outro questionamento feito aos estudantes, e complementar à análise, foi com relação ao que precisa ser melhorado no conselho para tornar a participação deles mais efetiva. Observa-se em suas respostas a existência de uma lacuna entre o que eles esperam e o que realmente acontece com relação ao poder da sua ação participativa e a resolução dos problemas levantados. Destacam, ainda, a resistência dos docentes em buscar compreender e aceitar as reclamações, e o desencorajamento dos discentes para expor seus problemas:

Sem mudanças visíveis os alunos acabam por ver o Conselho como mais uma burocracia para fingir que estão dando voz aos alunos. (E5)

Creio que uma real mudança da parte dos docentes, eles não só escutarem, mas ouvirem os alunos. E não ver as críticas como algo negativo, mas sim uma forma de pedir para ajudar o aprendizado. (E18)

Os discentes precisam de mais motivação de encorajamento para relatar o que se passa de fato em suas vivências, bem como também os docentes acatarem melhor quando receberem críticas. (E14)

Acho que os professores devem entender que nossos problemas são realmente existentes. Não são problemas inventados por adolescentes em fase de desenvolvimento. Se estamos levando um problema para o Conselho de classe é porque queremos resolução do mesmo. Espero que os

professores nos levem a sério e encontrem caminhos para nos ajudarem cada vez mais e realmente nos ouvindo. Além disso, quando um mesmo problema é levado diversas vezes e não tem solução, nós alunos perdemos a motivação de lutar por algo que nos assola. (E27)

Mais uma vez se evidencia na fala dos participantes uma insatisfação com a efetividade do Conselho na resolução dos problemas que os afetam e são indicados por eles como ponto de melhoria. O sentimento é que seu poder de participação pouco contribui para se promover as mudanças almejadas, gerando um certo descrédito nesse importante mecanismo democrático. Os estudantes parecem não acreditar na possibilidade de ter real influência na tomada de decisão, e, portanto, sentem-se desmotivados para participarem. As considerações, de modo geral, apontam para um sentimento de desvalorização das sugestões e reivindicações apresentadas por eles, não se sentem acolhidos em suas dificuldades, transparecendo na fala (E27), quando são vistos como incapazes de pensar criticamente sobre a realidade pela sua condição de jovem, que ainda está em processo de formação. Esse pensamento é observado por Dayrell (2007), em seus estudos sobre juventudes, da dificuldade das instituições e sociedade verem os jovens em sua pluralidade e em seu modo de ser.

Além do mais, predomina uma representação negativa e preconceituosa em relação aos jovens, reflexo das representações correntes sobre a idade e os atores juvenis na sociedade. É muito comum, nas escolas, a visão da juventude tomada como um “vir a ser”, projetada para o futuro, ou o jovem identificado com um hedonismo individualista ou mesmo com o consumismo. (...) Diante dessas representações e estigmas, o jovem tende a ser visto na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer (DAYRELL, 2007, p. 1117).

Mesmo não possuindo as mesmas características, pela influência que recebem dos contextos sociais, culturais, políticos e históricos, os modos de ser jovem na atualidade são, muitas vezes, desvirtuados ao serem comparados aos jovens de gerações passadas, e caracterizados como indiferentes e apáticos com relação às lutas e aos movimentos sociais e políticos. Ou ainda, são estigmatizados como rebeldes, anarquistas, por suas formas de expressão, de relacionamentos, gostos estéticos, entre outras. Esses comportamentos revelam que os jovens possuem uma forma particular de se envolver na sociedade, de se comunicar e de construir relações, e pela invisibilidade dessas formas de envolvimento social são adjetivados com esses rótulos. Seja na cultura, na arte, na política e na comunicação, as juventudes vêm construindo sua sociabilidade, sendo este um dos mecanismos para se fortalecerem e expressarem-se na atualidade.

Diante dessa realidade, Freire (1996) ressalta a importância de escuta aos jovens, do docente passar a falar com eles e não para eles. Na escola se estabelecem vínculos, constroem sentimentos, expectativas, portanto, não pode reduzir o ensinar a uma transmissão de conhecimento, pois o próprio conhecer exige a percepção das relações.

4.3.1 Participação por representação

Apesar de ser desejável e constituir um dos principais fundamentos da democracia participativa, a participação direta de todos nem sempre é possível. A participação por representatividade é muito comum em espaços democráticos formados por grupos sociais grandes que é inviável a participação direta de todos, neste caso se escolhe entre os pares um (ou mais) representante(s) para ser porta voz das ideias, opiniões, valores do grupo representado. No IFS, a participação de estudantes e professores se dá pela forma representativa, conforme Resolução nº 35/2016/CS/IFS.

Mendes (2007, p. 143 apud Kelson 1961), em seu estudo sobre representação política e participação, aponta que a democracia direta é o mais alto grau de exercício democrático, apesar de reconhecer sua viabilidade apenas em comunidades pequenas e com condições sociais relativamente simples, sendo que a “representação surge como algo substitutivo, devendo os representantes refletirem o desejo do povo e prestar contas de suas ações”.

Assim, segundo os estudantes, de um modo geral, a representação está relacionada à transferência, para uma pessoa escolhida pelo grupo, do poder de falar em nome dos seus integrantes, realizando a comunicação junto a outros grupos, na defesa de seus interesses e necessidades:

É quando uma pessoa usa sua voz para representar outras, expondo suas opiniões, dificuldades, etc. (E15)

Seria caótico se todos os discentes e docentes participassem das reuniões, logo, são escolhidos representantes para representar suas áreas e repassar as informações adquiridas. (E4)

Por liderar e tomar a frente a causa de um todo, no caso do Conselho de Classe, tomar a frente das questões da turma. (E21)

Que não há tempo para todos os estudantes do campus e que se faz necessário a representação por questões práticas. (E22)

Representação é quando essas expressões de opinião são apresentadas por

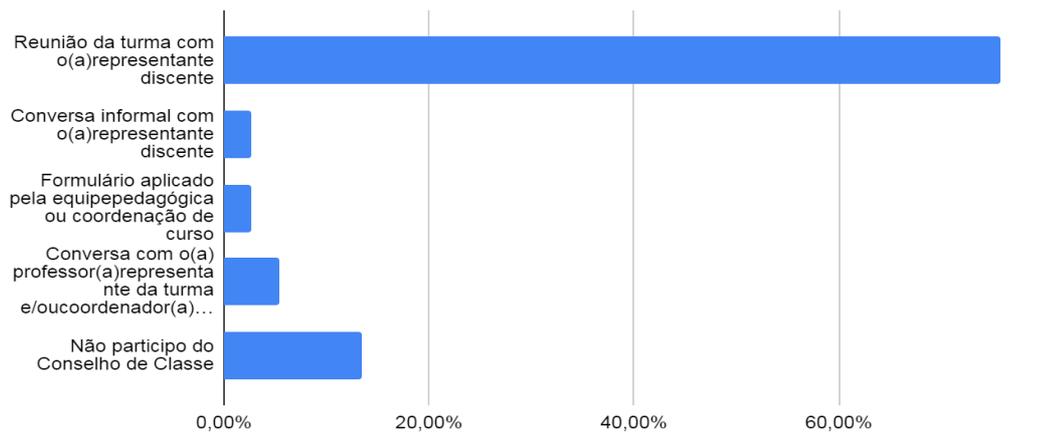
uma pessoa (nesse caso um discente escolhido pela turma) e discutidas pelos docentes e por essa pessoa, que deve representar todos os discentes de uma turma. (E31)

Os estudantes entendem que a participação deles no Conselho se dá por meio da representação, e é necessário esse modelo pela viabilidade de organização, considerando os aspectos de escala e tempo, conforme se observa nas falas (E4, E22). De acordo com Luck (2017, p. 27), a participação como representação corresponde a nossas ideias, expectativas, valores e direitos sendo manifestados e levados em consideração por meio de uma pessoa escolhida (representante) que tem a capacidade de traduzi-los em um contexto organizado para esse fim. Ser representante implica assumir o lugar do outro em um determinado espaço ou momento, apresentar os problemas, defender os interesses, propor as alternativas, uma série de condutas que se espera de um representante, mas sempre em comum acordo com os representados.

O sentido de participação por representação apresentado pelos estudantes se centra quase exclusivamente na figura do líder, daquele que vai assumir o papel de conduzir a um grupo os desejos e necessidades do coletivo que ele representa, sendo assim seu porta voz. Existe uma clareza quanto à representação estar a serviço do coletivo, mas falta dar destaque ao papel dos representados nessa forma de participação, da corresponsabilização, cooperação e colaboração no enfrentamento e na resolução dos problemas. Observou-se na pergunta seguinte, sobre o meio utilizado por eles para levar ao Conselho suas queixas, sugestões e elogios, o apoio dos estudantes ao líder, subsidiando-o com informações nas reuniões realizadas pela turma antes do Conselho.

Desse modo, a participação por representação requer o uso de instrumentos e meios para coleta e sistematização das informações do grupo. Assim, ao ser perguntado sobre o meio mais utilizado pelos estudantes para levarem suas questões ao Conselho, o gráfico a seguir representa as opções utilizadas por eles, com prevalência da reunião de turma, que possibilita a discussão e deliberação sobre os pontos a serem apresentados na reunião.

Gráfico 1 - Meio usado pelos estudantes para participar do Conselho



Fonte: Elaborado pela autora

Os estudantes complementam a resposta apresentada no gráfico afirmando que,

Sempre que tomamos decisões é em turma, antes do conselho a turma costuma conversar sobre o que vai ser levado ao conselho e entra sempre em consenso. (E1)

Não costumo apresentar muitas questões referentes ao Conselho de Classe, mas participo das reuniões de turma, visto que é uma responsabilidade minha como estudante ver as pautas dos outros colegas e opinar também. (E10)

Normalmente, como turma, discutimos e votamos em qual será nosso posicionamento e quais questões traremos ao conselho. (E23)

Convém destacar que o formulário aplicado pela equipe ou coordenação é um importante recurso de investigação por apresentar elementos que devem ser considerados no processo de avaliação via Conselho de classe. De acordo com o Documento Referência do Conselho de classe (IFS, 2018), esse instrumento de diagnóstico visa auxiliar os estudantes e os docentes representantes de turma em seu processo de avaliação dos aspectos pedagógicos e autoavaliação do seu percurso escolar. Além disso, após aplicação do formulário os resultados devem ser discutidos pela turma, juntamente com o representante docente, uma etapa rica em produção de significados e entendimentos. Todavia, o gráfico revela que esse recurso é pouco utilizado, o que poder indicar uma fragilidade na consolidação dessa etapa.

Numa participação por representação, a responsabilidade pela ação não é somente do representante, mas também dos representados, tanto no sentido de subsidiar o representante com informações, opiniões e discussões realizadas por meio das reuniões do grupo (representante e representados) ou outra estratégia de diálogo. Por meio dessa conexão, numa

via de mão dupla, onde representantes e representados têm responsabilidades na construção de uma representação de qualidade.

Nas palavras de Luck, “como o verdadeiro poder é compartilhado e não imposto, é na coparticipação que o poder coletivo cresce” (LUCK, 2017, p. 44). O representante não está só, ele tem um grupo que o fortalece, que o encoraja e não o desampara nos momentos mais tensos. Todavia, para que isso aconteça é preciso que o estudante tenha consciência sobre o poder que sua participação tem, seja ela direta ou por representação. Cada pessoa carrega consigo o poder de influir no contexto o qual pertence, mesmo que não tenha consciência sobre isso, de forma não intencional. Entretanto, a falta de consciência pode comprometer a percepção sobre o poder que se tem na ação participativa, comprometendo seus resultados (LUCK, 2017, p. 20).

A participação representativa dos estudantes é observada pelos docentes como um movimento organizado, que consegue estabelecer um diálogo prévio e construir uma pauta de reivindicações a serem levadas pelo representante de turma. Todavia, ressalta os docentes (D1 e D3) que tal organização está muito relacionada ao perfil de liderança da pessoa que está ocupando o lugar de representante, que é o responsável pela articulação do grupo e o de defender os interesses do coletivo:

E, então, eles se reúnem antes para debater. Tem um momento antes da reunião, eles se reúnem com o líder da turma e passam todas as demandas, eles vêm muito bem organizados, com a lista de demandas, de reclamações. Então, assim, eu acho que é um momento que contribui pra eles, contribui bastante (D2).

Eu acho que agora, inclusive com a Pandemia, favoreceu a eles isso. (...) Eles fazem a reunião deles pelo Google Meet, e conversam e trazem. Então eles estão se reunindo mais para falar sobre a turma, então fazendo mais enquetes, estão trazendo mais resultados para a gente. Então, eu acho que ficou mais organizado (D1).

E já teve momento de os estudantes se mostrarem realmente participativos no sentido de o representante conseguir recolher as opiniões da turma com as ações que ocorreram durante o bimestre, durante o ano letivo. Mas também, em alguns momentos, teve situações em que o representante não conseguia trazer a informação, de fato, às vezes, a turma observava, trazia uma visão parcial. (D3)

O perfil de liderança do aluno que representa a turma também interfere. Tem alunos, por exemplo, que têm o perfil de se colocar como o defensor da turma, o defensor dos colegas, de uma maneira incondicional, e isso aí tem vantagens, traz alguns pontos positivos, mas, às vezes, exacerba, algumas opiniões ou visões dos representantes sobre o que de fato está acontecendo(...). Tem alunos que conseguem separar isso bem, assim,

apresentar o que é a opinião dele, o que é a opinião que a turma, de forma geral, tem, ou a opinião que parte específica que a turma tem. Mas nem sempre isso é possível, porque isso exige alguma maturidade, mas já aconteceu, mais de uma vez, de a gente notar alunos que têm essa capacidade muito boa de discernir, de apresentar as diferentes visões, os diferentes aspectos da relação dos professores com os alunos e dos alunos entre si também (D3).

Docentes e estudantes compreendem que a representação constitui um mecanismo que transfere a um sujeito o poder de realizar a comunicação entre o grupo que representa e outro, sendo assim porta voz de um coletivo. Todavia, os docentes revelam um problema com relação a essa forma de participação, quando não há por parte do líder um perfil ou uma preparação para exercer o seu papel. Todavia, com relação a esse problema apresentado cabe destacar a importância da equipe pedagógica e coordenação de curso para auxiliar na articulação entre estudantes e representantes, e na preparação destes para compreensão seus papéis. Na experiência profissional no lócus da pesquisa foi possível observar que as ações nesse sentido são muito pontuais no início do ano letivo, e de caráter informativo de acordo com o que é disposto nos documentos institucionais.

Como já discutido no capítulo da fundamentação, o ser humano é um sujeito histórico formado a partir de múltiplas relações, o que o torna singular em seu modo de ser (CHARLOT, 2013), isso leva-nos a compreender a forma diferente com que cada estudante irá se manifestar com relação ao objeto de estudo. É de se esperar que alguns estudantes tenham ou não um perfil de liderança ou consigam exercer melhor essa função, há diferentes condicionantes que contribuem para isso, inclusive os fatores internos ao Conselho e à própria instituição, como também o processo formativo deles que é progressivo. Muitos vêm de uma vivência escolar de pouca participação por não haver em suas escolas espaços democráticos para participação estudantil.

Ilustra bem essa questão, o fato de 51,4% dos respondentes desconhecerem o Conselho antes de ingressar no IFS, o que reforça a necessidade de preparar os estudantes para participarem de forma expressiva da organização escolar, munindo-os de conhecimentos e encorajando-os para exercer seus direitos. Contudo, não há uma uniformidade na forma como cada representante irá desenvolver seu papel, como os demais membros do Conselho, isso depende do fazer dos sujeitos e da estrutura institucional, mas é certo que ele, em seu

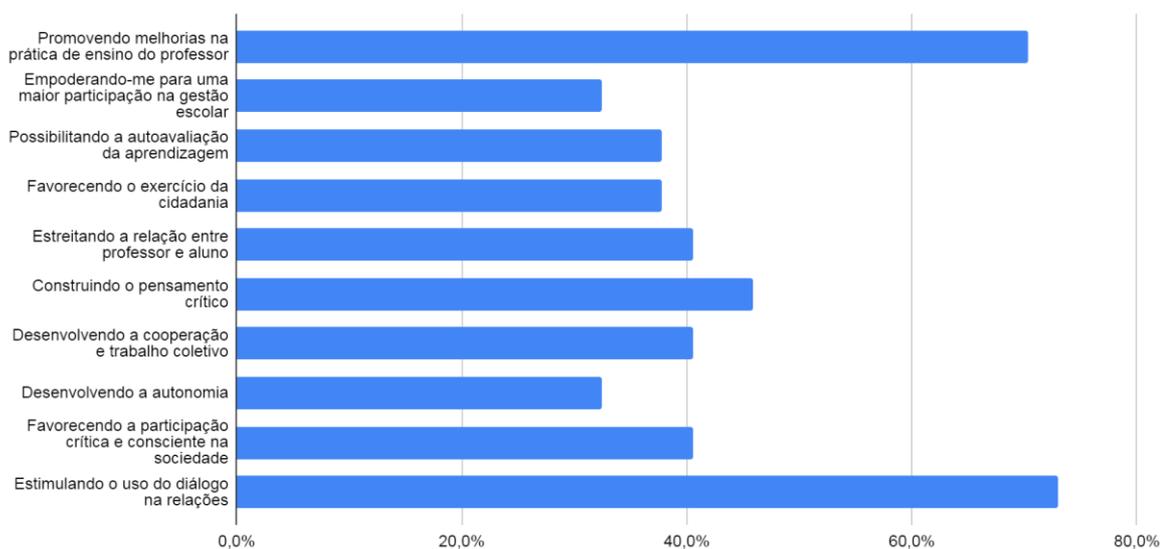
papel de líder, não pode abrir mão de um agir que traduza o coletivo que ele representa, e isso implica a participação de todo o grupo.

Segundo Luck (2017, p. 28), “participar não significa simplesmente delegar a alguém poderes para agir em seu nome, desresponsabilizando-se pelo apoio e acompanhamento ao seu trabalho”. Como também não dá ao representante o direito de assumir o poder para si e em prol dos seus interesses ou de um grupo restrito. Como potência tem-se a manifestação da vontade geral e o compartilhamento do poder, que depende de um representante capacitado para assumir seu papel com compromisso e respeito ao interesse comum. O que implica ainda na existência de um espaço em que todos possam expressar e debater suas opiniões, com respeito à diversidade de ideias.

4.4 A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES PELA AÇÃO PARTICIPATIVA NO CONSELHO DE CLASSE

Ao questionar os estudantes sobre o aspecto formativo do Conselho e as contribuições deste colegiado para a formação deles por meio da ação participativa, foram apresentadas as seguintes respostas representadas no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Aspectos formativos da ação participativa no Conselho de classe



Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que as mudanças na prática de ensino do professor e o estímulo ao diálogo nas relações foram apontados por um maior número de estudantes. Tais elementos estão diretamente relacionados à função do Conselho de promover um melhor atendimento pedagógico, através de um maior conhecimento do objeto que se avalia, proporcionado pela soma das diferentes óticas (DALBEN, 1992, p. 111). Assim, é esperado que estes sejam elementos observados em maior proporção pelos estudantes, já que estão diretamente relacionados ao objetivo central do Conselho, mas que não tira a necessidade do desenvolvimento das demais competências formativas apontadas por eles e que estão presentes na participação colegiada. Assim, a formação dos estudantes via Conselho de classe será analisada em duas dimensões: pedagógica e política.

4.4.1 Dimensão pedagógica

A dimensão pedagógica, segundo Luck (2017, p. 45), “refere-se ao fato natural de que a prática é em si um processo formativo e, portanto, um fator fundamental de promoção de aprendizagens significativas e construção do conhecimento”. O sujeito que participa de um espaço colegiado, seja direta ou indiretamente, se coloca num processo de ação-reflexão acerca da realidade colocada em discussão, essa situação traz a ele um estado de corresponsabilidade diante daquilo que precisa ser resolvido, o que leva ao desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, atitudes relativas a essa prática social (IBIDEM, p. 45). Nesse sentido, o processo participativo provoca uma transformação bidirecional, pois ao mesmo tempo em que modifica uma realidade, modifica a si próprio quando desenvolve habilidades e competências cognitivas, socioemocionais e comunicacionais.

A fim de buscar compreender como o Conselho de classe tem contribuído para a formação dos estudantes, buscou-se verificar a avaliação que os docentes entrevistados têm sobre esse aspecto. As considerações apresentadas divergem com relação à promoção desta formação. Todavia, convém destacar que os entrevistados pertencem a cursos diferentes e, portanto, não estão sob a mesma realidade e possuem pontos de vista diferentes:

Eu poderia dizer que ele contribui, por exemplo, no Conselho Deliberativo, a gente poder evitar uma reprovação desnecessária. Então, poderia dizer que contribui nesse sentido, mas eu acho que ele poderia pensar em contribuir mais, buscar formas daqueles alunos que estão com uma maior dificuldade, buscar uma forma de avaliar melhor, ou ver novas

metodologias, ou fazer um diálogo com o professor, ou propor ações, para melhorar o ensino, melhorar, na verdade, a aprendizagem daquele aluno. E não ficar ali, por exemplo, só ouvindo, vamos dizer assim, só o Coordenador ouvindo, eles ouvem e pronto, recebem aquela crítica, mas poderia ter também um espaço para que se conversasse, para que propuséssemos ações para resolver aquelas situações, não ficasse só a cargo do Coordenador resolver. Então, eu acho, nesse sentido, que o Conselho, ele tem muito o que avançar, tem muito o que melhorar. Hoje não tá contribuindo muito não. (D1)

Eu acho que a principal contribuição é a gente refletir nos pontos de melhoria da educação e manter os pontos que estão dando certo. (...) Ele tem contribuído, mesmo com as 'chiadeiras' de alguns professores. (D2)

Teria também a questão da responsabilidade em si, de ter uma oportunidade de reforçar com eles (estudantes) a questão de que são responsáveis, em parte, pelo processo de ensino-aprendizagem e pela própria relação interpessoal com os docentes, não é uma coisa que, às vezes, é enxergada de uma via só. De que tudo que acontece com uma turma é de responsabilidade do docente, e também nem o inverso, de que a forma de como o aluno desempenha na disciplina é responsabilidade exclusiva dele, do aluno. Pelo menos os representantes discentes, eles passam a ter essa visão melhor, de que nem nós consideramos que é exclusivo nem para um lado, nem para o outro, que nem eles devem considerar dessa forma também. (D3)

Na prática do Conselho, na etapa que antecede a reunião consultiva, os estudantes são convidados a pensar sobre a sua aprendizagem, o ensino ministrado pelo docente, as condições oferecidas pela instituição, ou seja, avaliar os elementos inerentes ao processo formativo realizado durante o bimestre. Esse momento de reflexão é riquíssimo tanto do ponto de vista individual como coletivo. Todavia, conforme traz o docente (D1), a partir da sua experiência, falta no Conselho uma efetividade na resolução dos problemas, em provocar a mudança necessária na prática do docente no sentido de promover a aprendizagem esperada, considerando o que os estudantes trazem como sugestão. Com esta mesma percepção, Dalben (1992, p. 158) considera que as discussões nas reuniões do Conselho de classe, apesar da sua potencialidade - pela diversidade de depoimentos e de enfoques pedagógicos, que proporcionam a totalidade orgânica na busca de solução e construção de propostas alternativas de ensino - não têm promovido o que possibilita. Essa falta de efetividade foi apontada na fala dos estudantes como um dos problemas vivenciados por eles na experiência dos Conselhos, já apresentada anteriormente, e aqui se evidencia a concordância do docente (D1) com tal consideração.

Para o docente (D1), o Conselho tem contribuído para a formação no aspecto da aprovação final pela deliberação dos docentes, por meio de uma avaliação que incide sobre aspectos qualitativos. O que para Dalben,

essa prática apresenta-se como uma tentativa de contornar a frieza dos resultados quantitativos e, ao mesmo tempo, de tentar enxergar o aluno como ser contextualizado, com uma história de vida que pode dizer mais do que o simples registro de dados avaliativos frios e classificatórios, que retratam um momento de provas ou de exercícios (1992, p. 127).

A partir dessa concepção do estudante como um ser histórico e social, o Conselho final é um momento rico para a tentativa de enxergar o aluno como um todo, visto em suas diversas dimensões, como um ser que precisa ser conhecido e contextualizado. Nessa perspectiva, a promoção ou retenção do estudante deve ser analisada em seus múltiplos aspectos, considerando a aprendizagem construída em todas as disciplinas, não somente naquela que o estudante se encontra reprovado, considerando a integralidade e inter-relação entre os saberes.

Na fala do docente (D3) é apontado a contribuição da autoavaliação do aluno sobre a sua aprendizagem, colocando-o como corresponsável pelo processo. Essa compreensão se ancora no conceito teórico da Autorregulação da aprendizagem, que é definido como um processo de autorreflexão da aprendizagem, no qual o estudante estrutura, monitora e avalia seu próprio rendimento (GANDA; BORUCHOVITCH, 2018). Sendo a avaliação um processo dialético em que professores e estudantes olham para si e para outro com a finalidade de identificar as aprendizagens construídas ou ainda em processo de construção e os fatores que levaram ou não ao seu alcance. Desse modo, no Conselho o estudante assume também a responsabilidade pela sua aprendizagem, assim como os demais envolvidos.

O conceito de autorregulação compreende quatro dimensões da aprendizagem: cognitiva/metacognitiva, motivacional, emocional/afetiva e a social. A dimensão cognitiva/metacognitiva envolve o estudo de estratégias para aprender um conteúdo; a motivação, por sua vez, é definida como aquilo que move a pessoa para a ação; o fator emocional, formado por componentes fisiológicos, cognitivos e comportamentais que podem afetar as emoções positiva ou negativamente, assim o controle emocional tem um papel fundamental na regulação da aprendizagem. Além destas variáveis individuais, a dimensão

social tem forte influência sobre a regulação da aprendizagem, ela engloba professores, colegas, contexto social, econômico, cultural (GANDA; BORUCHOVITCH, 2018).

Apesar do reconhecimento da importância da autorregulação da aprendizagem para o processo formativo, é preciso ter cuidado para não se desviar o olhar sobre o ensino na avaliação via Conselho de classe e transferir para o estudante a responsabilidade pelo sucesso da sua aprendizagem. Nesse sentido, se aplica o conceito de correção abordado por Ganda e Boruchovitch (2018), no qual “engloba o estudo do modo pelo qual o conhecimento é co-construído, os problemas são partilhados e a motivação e as emoções são reguladas pelos pares (aluno-aluno) e na relação professor-aluno, dentro e fora do espaço acadêmico” (2018, apud Volet, Vauras & Salonen, 2009). Desse modo, a autorregulação é um processo complexo, mas necessário e que pode ser ensinado aos estudantes no espaço escolar.

4.4.2 Dimensão política

A dimensão política está relacionada ao poder do sujeito construir sua história e da organização que faz parte, ou seja, da capacidade que cada um tem de influenciar o meio e ser por ele influenciado. Trata-se de todos terem poder para atuar, de forma espontânea e compartilhada. A escola passa a ser uma oficina de democracia, na qual cada membro assume com consciência seu papel na construção da educação (LUCK, 2017, p. 44). “Como resultado dessa prática, portanto, constrói-se a autonomia e o empoderamento pelo alargamento de consciência social e desenvolvimento de competências sociais” (IBIDEM, p. 44). Tais competências contribuem para o fortalecimento da democracia pela cultura da participação que se cria, quando os sujeitos são convidados a pensar sobre o ambiente do qual fazem parte, sendo responsáveis pela sua organização e resolução dos problemas. Na visão de Dalben,

O processo político está vinculado à capacidade do próprio indivíduo de agir e organizar-se, na tentativa de integrar as suas necessidades nas suas ações intencionais. Nessa perspectiva, o espaço político de cunho coletivo surge da busca, da troca de idéias, de questões e decisões pensadas também em conjunto (DALBEN, 1992, p. 178).

Por esse viés, o Conselho é por natureza político e integra na escola um todo orgânico que forma identidade e cultura escolar. Soma-se a essa compreensão a visão dos estudantes

sobre a importância deste colegiado para a formação deles enquanto sujeitos políticos que participam da organização escolar. Ao serem perguntados sobre a contribuição do Conselho de classe para a sua formação por meio da participação, além de marcarem dentre as opções oferecidas e representadas no Gráfico 2 anteriormente, os estudantes complementam com as respostas abaixo:

(...) vim de um ambiente escolar que os estudantes não possuíam espaço de fala, então ver como os estudantes são ouvidos e respeitados me ajudou muito a desenvolver um pensamento crítico e autonomia, seria a sensação de está acabando com um tabu, com a ideia de que a direção e corpo docente "manda" e o aluno "obedece" sem possuir direito a acrescentar sugestões. (E10)

O Conselho nos dá voz e quando somos ouvidos, isso é realmente bom e prazeroso. (E27)

É um exercício perfeito para a prática do diálogo. (E6)

A mesma pergunta foi lançada aos docentes entrevistados que consideram um espaço de desenvolvimento de habilidades para a vida por se envolverem na prática do debate e da convivência democrática. Divergem-se quanto à abrangência de alcance das potencialidades desenvolvidas, ficando-as mais restritas ao representante de turma, na visão dos docentes (D1 e D3).

Tem um momento que a escola está para ouvi-los, certo que eles têm um representante, mas o representante tem a voz de toda a turma. Então, eles estão participando, vendo que ali tem um momento democrático em que eles podem expor as ideias, as situações deles. Então, como cidadãos livres, é um momento de aprendizado excepcional para eles na convivência, muito interessante. Eu acho que essa é a principal contribuição pra eles lá no Conselho: ter um momento em que todo mundo está para ouvi-los. (D2)

Para o líder da turma é uma experiência, porque ali ele debate, ele traz, ele é a voz. Ele é o representante. Então isso é uma experiência muito positiva para o líder da turma. Só que fica na visão do líder, fica restrito ao líder. É muito positivo, mas pra ele. (D1)

O Conselho de Classe, para formação do estudante, eu acredito que traz a contribuição no sentido de valorizar a participação democrática que os alunos têm na instância, que eles exercem esse papel da democracia dentro da escola (...). Então, eles têm essa experiência que ajuda, possivelmente, em outras instituições que eles vão levar a continuar os estudos depois, ou até no ambiente de trabalho e na vida como cidadão de forma geral. Então, eu vejo essa como uma das principais contribuições.

(...) Mas eu acho que, de fato, compromete um pouco ter esse modelo de representante discente. (D3)

Aprende-se a participar, participando (LUCK, 2017). Na visão dos docentes, é pela experiência, principalmente, que os estudantes vão desenvolvendo habilidades para exercerem seus direitos. Por meio da ação política participativa, os sujeitos compreendem a importância da sua fala e posicionamento para a construção das práticas educativas e organização do trabalho pedagógico. Desenvolvem a autonomia para pensar e agir, guiados pelo senso da ética, justiça e bem coletivo. Aprendem a ouvir, respeitar as opiniões contrárias e construir seu próprio posicionamento; dialogar e chegar a um consenso que atenda à necessidade do coletivo. Constroem estratégias de organização em grupo e planejamento de ações.

Gramsci (2001, p. 36) adverte para a necessidade da escola unitária, após elevar o grau de maturidade dos jovens e da sua capacidade intelectual, assumir a responsabilidade de inseri-los na atividade social. Nesse aspecto, a participação dos estudantes no Conselho pode favorecer o desenvolvimento de capacidades para um agir consciente na sociedade, rejeitando formas de opressão e defendendo os seus direitos.

A educação deve levar o ser humano à construção e à reconstrução da realidade. Para que essa participação chegue a se tornar efetiva e possibilite a mudança, Freire (1996, p. 105) afirma que haveria a necessidade de uma transformação na Educação, que ela passe de tradicional para emancipatória, de impositiva para libertária. “Educação em antinomia com a emersão do povo na vida pública brasileira”. Destarte, a experiência educativa deve ser pautada à luz da autonomia e da dignidade, focada na formação cidadã, que vai além da simples transmissão de conteúdos. Logo, a criação de espaços de participação para as juventudes poderá potencializar a sua formação para autonomia e para participação na vida pública.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Pensar num espaço escolar em que todos os envolvidos participem ativamente levamos a refletir sobre as condições construídas visando essa participação. Não se pode somente esperar que os sujeitos rompam as barreiras do poder centralizado por meio de um ato revolucionário de livre iniciativa, é preciso uma cultura institucional de participação, de valorização das contribuições que cada um tem a oferecer. Criar mecanismos para essa participação é um passo importante, pois legitima a participação democrática e todos se sentem parte do todo. Todavia, tendo em vista a herança histórica de autoritarismo e centralização de poder nas mãos de um grupo dominante, a sociedade brasileira ainda carrega as fragilidades desse passado de pouca participação, sendo que para um maior engajamento faz-se necessário fomentar vivências que levem a instituição a uma cultura de participação ativa e consciente.

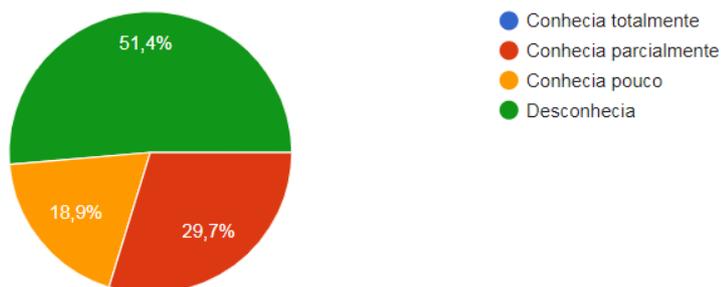
Posto isso, observou-se a partir dos dados coletados no questionário que a maioria dos estudantes não vêm de uma cultura escolar de participação, de existência de instâncias colegiadas.

Vivia em um ambiente escolar em que na maioria das vezes o estudante não tinha espaço de fala e direito de apresentar questionamentos e dicas. (E13)

Em nenhuma escola anterior existia um conselho de classe com a participação dos estudantes, o máximo que ocorria era um conselho somente com a participação dos professores. (E18)

Na minha antiga escola os alunos não tinham participação alguma no conselho de classe. (E20)

Gráfico 3 - Grau de conhecimento dos estudantes sobre o Conselho de classe antes de ingressar no IFS



Fonte: Elaboração própria

Ao ingressarem no IFS a maioria dos estudantes desconhecem ou conhecem parcialmente o Conselho de classe, e isso porque algumas escolas de fato não possuem em sua estrutura organizacional esse colegiado, mas também acontece em virtude da falta de espaço para o estudante participar. Na realidade educacional pesquisada por Cruz (2005) e Dalben (1992), os estudantes não participavam, fato que esses pesquisadores consideram um erro.

A chegada de estudantes sem uma vivência de participação democrática demanda da instituição uma preparação destes, a fim de tornar suas presenças neste espaço a mais rica possível em significado e contribuição para a sua formação. Não basta criar instâncias democráticas, é preciso que os sujeitos compreendam a importância da sua participação e do poder que possuem para a construção do espaço que fazem parte.

Nos dados analisados na seção anterior foi possível construir um diagnóstico para subsidiar a elaboração de uma proposta de atividade formativa para os estudantes. Acreditamos que, quando há por parte do estudante uma consciência sobre o poder da participação, bem como um conhecimento operacional é possível que se tenha uma postura mais crítica e ativa no sentido de cobrar, fiscalizar e auxiliar aqueles que estão na condução da gestão. Nesse sentido, uma discussão mais aprofundada sobre gestão democrática e participativa poderia contribuir para ampliar o sentido de participação dos estudantes no Conselho de classe.

Partindo do pressuposto de que é necessário preparar os estudantes para atuarem nos diversos mecanismos da gestão escolar, foi elaborado um “Roteiro para atividade de orientação aos estudantes acerca do Conselho de Classe”, que constitui o Produto Educacional - PE da presente pesquisa. O Roteiro apresenta uma proposta de atividade formativa para ser desenvolvida com os estudantes, cujo objetivo é contribuir para a participação crítica e propositiva dos estudantes em espaços colegiados como o Conselho de classe. O conteúdo do roteiro está organizado em: apresentação, objetivos, plano da atividade e considerações finais. A atividade proposta está dividida em três encontros, cada encontro é introduzido com uma breve discussão sobre a temática e em seguida é apresentado o planejamento (conteúdo, carga-horária, metodologia e avaliação), ao final são adicionados os materiais complementares.

O conteúdo do roteiro foi selecionado a partir do referencial teórico que subsidiou a pesquisa, dialogando com o diagnóstico realizado pelos dados coletados e analisados.

Inicialmente são abordados e discutidos fundamentos da gestão escolar democrática. Na sequência é introduzido o conceito participação, de forma mais específica formas e modos e participação estudantil no espaço escolar. Por fim, são introduzidos conhecimentos sobre o Conselho de classe enquanto mecanismo de participação e instância de avaliação do trabalho pedagógico.

A aplicação do PE aconteceu no mês de Julho de 2021, na turma do 1º ano do Curso Técnico integrado em Eletromecânica, durante o horário de aula cedido previamente pelo docente. A atividade foi dividida em três encontros on-line, por meio da plataforma Google Meet, e teve como objetivo contribuir para a participação crítica e propositiva de estudantes em espaços colegiados como os Conselhos de Classe. Participaram da atividade a pesquisadora, o professor da disciplina Práticas Profissionais e 31 (trinta e um) estudantes em tempo síncrono e aos demais foi disponibilizado a gravação pelo docente.

Figura 3: *Print da gravação do 1º encontro*



Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro encontro realizou-se no dia 05.07.2021 e teve a duração de 1h12min. A atividade se iniciou com o acolhimento, a apresentação breve da estrutura dos encontros, os conteúdos e a justificativa. Buscou-se sensibilizar os participantes para a problemática a ser discutida, de forma a perceber o quanto ela é significativa para a formação deles e para o exercício da democracia. Após esse momento, iniciou-se a apresentação do conteúdo “Gestão democrática”, com o objetivo de ampliar a visão dos estudantes sobre gestão democrática, para que eles conseguissem perceber que fazem parte da gestão e, portanto, possam reconhecer e exercer seu direito de participar da organização escolar. Compreender que num

modelo de gestão democrática o poder é compartilhado e todos que fazem parte da unidade escolar tem seu papel e importância.

Figura 4: *Print* da gravação do 2º encontro



Fonte: Elaboração pela autora

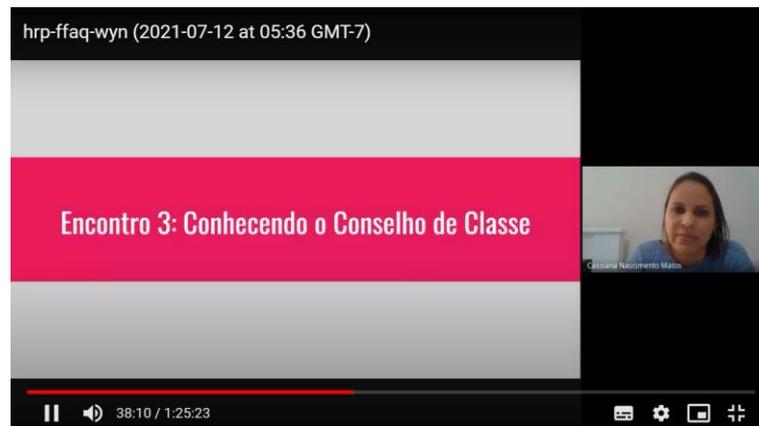
O segundo encontro aconteceu no dia 07.07.2021, no qual foi apresentado e discutido o conceito e as formas de participação democrática e dos mecanismos existentes no IFS para participação estudantil. A discussão foi conduzida pela pesquisadora, sempre buscando conscientizar os estudantes do poder que cada um tem de influência sobre o meio e de intervir nos processos provocando a mudança necessária. Foi realizado um Quiz para que cada estudante pudesse refletir sobre sua participação na gestão escolar, com perguntas relacionadas ao cotidiano da escola a partir de situações de vivência do exercício político, democrático e participativo. O Quiz foi elaborado fundamentado nos princípios da participação e gestão democrática e inspirado no “Quiz cidadão participativo” disponibilizado pela Câmara dos Deputados⁵.

Para motivar a reflexão foi exibido o trailer do documentário “Espero tua (re)volta”⁶, que aborda, sob o ponto de vista dos estudantes, as ocupações das escolas e as suas principais pautas. Os estudantes, ainda nesse dia, foram questionados sobre o quê os motiva a participar. Além disso, os estudantes puderam conhecer mais sobre a participação por representação, o papel que o representante e os representados têm neste modelo político democrático, e a responsabilidade que cada um precisa ter para a efetividade da representação.

⁵ Disponível em: <https://evc.camara.leg.br/material/quiz-cidadao-participativo/>

⁶ Espero tua (re)volta - Documentário dirigido por Eliza Capai, produção de Mariana Genescá e roteiro de Eliza Capai. 2019. (93 min.) Assista o trailer oficial: <https://www.youtube.com/watch?v=DIA5N7zi4Q>

Figura 5: *Print* da gravação do 3º encontro



Fonte: Elaborado pela autora

O terceiro encontro realizou-se no dia 12.07.2021, e teve como assunto o Conselho de Classe. Nesse momento, os participantes puderam conhecer a função e o funcionamento deste órgão colegiado no IFS, esclarecer dúvidas e refletir sobre possibilidades e desafios de participação neste órgão, relacionando com os conceitos aprofundados nos encontros anteriores. Foi apresentado cada uma das etapas do Conselho no IFS, de acordo com os documentos institucionais e suas normas.

Os estudantes, até aquele momento, ainda não haviam participado de nenhuma reunião do conselho. Buscou-se, então, munir os estudantes das informações necessárias para que eles tenham uma participação efetiva, consigam compreender a importância de sua participação para a melhoria do ensino e para a formação deles.

5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A avaliação é uma etapa fundamental em toda e qualquer ação educativa, que possibilita verificar se os objetivos traçados foram alcançados, redirecionar ou permanecer no caminho planejado, um momento de ação-reflexão não limitado ao final do processo, mas sendo uma ação que perpassa todo o processo.

Nesse sentido, ao ser realizada a atividade de orientação proposta no Roteiro, inicialmente verificou-se os conhecimentos prévios dos estudantes, e nas ações seguintes a observação da participação e interação dos participantes com os conteúdos trabalhados com vistas a conduzi-los para uma autorreflexão sobre a sua aprendizagem, e por fim foi realizado

um grupo focal para avaliação da aplicação do Produto Educacional e dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante os encontros. Participaram do grupo focal 7 (sete) estudantes, sendo que um não conseguiu responder a todas as perguntas por problemas na conectividade.

Os dados coletados no grupo focal foram analisados pelo método da Análise de Conteúdo de Bardin (2016). A discussão realizada no grupo focal foi guiada por um roteiro (Apêndice B) elaborado com base no referencial teórico e na análise dos dados coletados com o questionário e a entrevista, tendo suas questões organizadas a partir das categorias pré-estabelecidas, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 - Categorias elaboradas *a priori* para análise do grupo focal

Categorias de análise	Questões norteadoras
Avaliação dos estudantes sobre PE	1 e 6
Contribuição do PE para a formação dos estudantes	2,3,4 e 5

Fonte: Elaborado pela autora

5.1.1 Avaliação dos estudantes sobre o Produto Educacional

Primeiramente, foi analisada a avaliação dos estudantes sobre a atividade realizada (PE), considerando os critérios de impressões gerais sobre os encontros, a relevância do conteúdo e as estratégias metodológicas adotadas. No primeiro ponto, solicitou dos sujeitos participantes do grupo focal que comentassem sobre a atividade de orientação, suas impressões, se atendeu às expectativas. Destacou-se nesse momento a novidade dos conteúdos para eles.

Eu achei interessante, ótimo, por conta que a senhora realçou os conceitos, né? de (conselho) classe, a participação, principalmente, a importância da participação do aluno. (E1)

Trouxe uma nova visão, porque eu não sabia sobre isso. Aí, me trouxe um novo conhecimento pra mim [...]. Na minha outra escola só tinha aquele outro negócio daquele outro jogo, líder e vice-líder. Aí, não tinha o Conselho pra conversar entre nós mesmos. Aí, era só eles mesmo que tomavam as decisões. (E2)

Interessante, pelo fato que é a primeira vez que eu vejo o Conselho de Classe [...] em que todo mundo pode participar do Conselho. (E3)

[...] assim, bem diferente, né?, porque eu nunca tinha tido essa experiência de participar, de interagir, de conversar. E, tipo, na outra escola quem tomava as decisões eram os líderes com os diretores, a gente nunca teve uma opinião, assim, pra dizer “Não vamos fazer diferente ou vamos fazer de um outro jeito”, e agora a gente tem, né? (E4)

Eu vi o Conselho de Classe de outro jeito. Desse jeito, eu nem sabia que eu podia participar, nem sabia de nada. Só sabia das pessoas que eram líderes, só isso, mas que podia participar não sabia não disso. Achei bem interessante essa parte. (E5)

Uma coisa bem diferente, Professora, porque na escola onde eu estudava, né?, não tinha isso, e eu achei isso muito legal, uma coisa nova de dar oportunidade a todo mundo, escolher o que quiser e é isso. Achei massa. (E6)

Nota-se que na experiência anterior ao IFS os estudantes não tinham a oportunidade de participarem do conselho, quando havia participação era por meio de um líder, mas sem o envolvimento dos demais, uma prática comum na realidade de algumas escolas (DALBEN, 1992; CRUZ, 2005). Tais informações confirmam o que já foi apresentado anteriormente com relação à justificativa do presente PE. Além disso, os estudantes demonstraram interesse pela descoberta do seu direito de poder participar do Conselho e de se sentirem parte do processo, de poderem ser ouvidos e considerados dentro da sua realidade. Construíram um novo entendimento sobre participação por representação, que também fazem parte da liderança.

Para avaliar a pertinência dos conteúdos discutidos durante a atividade, na preparação dos estudantes para participarem do Conselho de classe, foi observado a presença dos conteúdos em suas falas durante a entrevista, subsidiando os argumentos utilizados. Não houve uma pergunta específica, mas se considerou todo o contexto de fala. Observou-se que os estudantes tiveram uma compreensão dos conteúdos e os empregaram durante o diálogo, o que reafirma a permanência dos mesmos conteúdos no texto final do PE.

O conteúdo que esteve menos presente na fala dos estudantes foi “Gestão democrática” e o que mais apareceu foi “Participação”. Tal ocorrência se justifica pelo nível de aprofundamento dado a esses temas durante a atividade, sendo o conteúdo “Gestão democrática” discutido mais superficialmente, pois o objetivo era trazê-lo como base para o entendimento dos demais conteúdos que eram o foco central da proposta. Com relação ao conteúdo participação, os estudantes consideraram que as informações ajudaram a ampliar sua compreensão:

Acho que melhorou muito, muito, muito a análise crítica, sabe? De poder participar, de dar a voz, exigir a democracia, eu acho isso muito importante. A voz de cada um, a opinião de cada um. (E1)

Quanto ao formato da atividade, as estratégias e os recursos utilizados para apresentar e discutir os conteúdos, os estudantes avaliaram positivamente, com destaque para os recursos de vídeo usados e sugeriram a utilização maior deste recurso por potencializar a aprendizagem:

Eu acho que a senhora poderia passar mais vídeos como aquele que a senhora passou daquele aluno, daquele posicionamento daquele aluno. Eu achei muito interessante. Mas, fora isso, foi ótimo. (E1)

Rapaz, eu digo por mim, quando é passado um vídeo ou alguma ilustração, fica mais fácil de compreender o conteúdo. (E2)

Acho que fica melhor para o meu entendimento quando a senhora passa um vídeo e coloca aquelas tabelas. (E6)

Eu acho tudo ótimo. Eu só acho que deveria falar mais um pouco sobre questão de liderança. (E4)

No segundo encontro foram exibidos dois vídeos: o recorte de uma palestra proferida pelo estudante Pedro Lucas Gorki, presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES, sobre participação juvenil, ativismo e democracia⁷; e o trailer do documentário “Espero tua (re)volta”, dirigido por Eliza Capai, que aborda o movimento de ocupação das escolas sob a perspectiva dos estudantes⁸. Observou-se em ambos os vídeos uma identificação dos estudantes ao verem jovens sendo protagonistas, exercendo o direito de participação e luta por aquilo que eles acreditam: uma educação de qualidade.

Nos encontros foram utilizados slides com tópicos de texto, tabelas e imagens, os estudantes eram convidados a participar, todavia, se observou pouca interação e se mantiveram com as câmeras desligadas. Por essa falta de participação não foi possível coletar suas impressões acerca da atividade durante o processo, mas não se pode concluir que esse fator representou uma baixa aceitação, convém destacar que esse tem sido um comportamento observado no contexto do Ensino Remoto.

⁷ Assista em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpMrF6Y4wj8>

⁸ Assista o trailer oficial: <https://www.youtube.com/watch?v=DIA5N72zi4Q>

5.1.2 Contribuição do Produto Educacional para a formação dos estudantes

Sendo a proposta da atividade de cunho formativo, tornou-se necessário observar se ela foi capaz de agregar conhecimento à formação dos estudantes, se eles conseguiram aprender os conceitos apresentados, compreender a estrutura e o funcionamento do Conselho de classe e se foram motivados para exercerem seu direito de participação no formato representativo, agindo de acordo com o seu papel.

Ao ser perguntado sobre o entendimento deles acerca do Conselho de classe, os estudantes demonstraram compreender de um modo geral, apresentando alguns aspectos:

Hoje, eu acho que é aquela junção, aquele conjunto de pessoas que zelam por um bem, que no qual é o aprendizado do aluno. É a junção do professor, do aluno, dos líderes, dos representantes, da coordenação que zelam por esse bem. (E1)

[...] o Conselho é pra ajudar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno. (E3)

[...] a gente se reúne a sala toda pra discutir uma coisa, que aí já junta os líderes pra discutir com os professores [...]. (E4)

[...] é meio que entrar em um consenso junto pra melhorias. (E7)

Antes o Conselho de Classe não era nada disso, não tinha nada a ver na minha outra escola, não tinha nada a ver com isso, era só, o pessoal ia um dia lá pra escola, aí eles passavam as notas e a diretora conversava com a coordenadora e perguntava pra eles porque eles tiraram nota baixa e era assim. Eu não sabia não que o Conselho de Classe era de um outro jeito [...] Era como o aluno ficava na sala, essas coisas. O comportamento. (E5)

Os estudantes (E1 e E2) trazem em suas falas a finalidade do Conselho que é buscar contribuir para a aprendizagem dos estudantes, por meio de uma avaliação coletiva sobre o ensino realizado. Sendo essa uma ação que envolve todos os sujeitos ligados diretamente, e que requer um diálogo que se inicia entre os pares para levantamento de suas demandas e sugestões, e depois é conduzido por um representante do grupo aos demais membros do colegiado. Esse modo de funcionamento se apresenta na fala dos estudantes (E4 e E7), que buscam evidenciar a importância de todos participarem, de modo particular, eles que são os protagonistas desta atividade.

Durante a conversa no grupo focal, os participantes tentavam explicar as informações aprendidas fazendo um comparativo com a experiência vivida por eles em outras escolas,

tentando explicar dizendo o que não é o Conselho, como na fala do estudante (E5). Talvez esse modo fique mais fácil por envolver algo que conseguem visualizar. No caso do IFS, o modelo de Conselho participativo apresentado nos encontros ainda não foi vivenciado na prática, por questões de calendário acadêmico, assim torna-se mais difícil expressar o entendimento de um conhecimento que ainda não se concretizou. Conforme eles vão participando das reuniões do Conselho, os conhecimentos vão fazendo sentido e vindo à tona por meio de sua aplicação prática.

Quanto à compreensão sobre a participação na gestão escolar democrática, de modo particular o Conselho de classe, os estudantes evidenciaram reconhecer a importância deles se colocarem como sujeitos ativos, que sua voz deve manifestar seus desejos e necessidades e a escola precisa ouvi-los. Já sobre o direito à participação, os estudantes consideram que podem exercê-lo de forma mais ativa:

Dando a minha opinião, tendo uma análise crítica, falando o que eu não gosto, o que eu gosto, o que precisa ser melhorado, o que está ruim. (E1)

De dar o meu ponto de vista para melhorar em todos os aspectos, né? (E2)

Conversando mais com o representante para apreender dos dois lados e encontrar um conceito melhor. (E3)

É bom o representante saber da opinião de cada um, porque às vezes um não participa aí o representante vai lá e faz o que acha que é certo, aí o outro não gostou, porque não deu a opinião dele. Então, é muito importante passar o ponto de vista dele pro representante. (E5)

[...] o representante da turma deve tomar a decisão em conjunto a do grupo, né? O que é melhor para o grupo em conjunto. Tem que ser assim. (E6)

Os estudantes compreendem que a participação por representação envolve um pensar e agir coletivo, e que não cabe ao líder tomar as decisões sozinho; é preciso considerar o que cada um pensa e diante da diversidade julgar o que é melhor para o grupo entrando num consenso. Todavia, para que esse pensar e agir aconteça coletivamente é preciso que cada um apresente seu “ponto de vista” (E2), sendo capaz de refletir e pensar criticamente (E1).

Diante das falas expressas durante o grupo, percebeu-se que a concepção de participação esteve centrada no sujeito individual, não se considerou as condições oferecidas pela escola para que ela se efetivasse, da necessidade da gestão em abrir espaços para essa participação. Novamente essa ausência de um olhar mais crítico sobre a responsabilidade da gestão em garantir espaços de participação e valorização desta pode estar relacionado com a

pouca vivência dos estudantes com espaços democráticos na escolar, talvez por estarem na forma remota (on-line). Também pode-se considerar a necessidade de se discutir um pouco mais sobre esse conteúdo no Roteiro de Orientação.

Por fim, buscou-se saber se os estudantes conseguiram refletir sobre as contribuições que a participação deles no Conselho e nos outros espaços democráticos podem trazer para a formação e para a vivência em sociedade. Nesse sentido, com relação à participação no Conselho, eles consideraram que:

[...] é a partir do aluno que vai ver o que está sendo aprendido, né? O que tem que ser melhorado. É a partir do aluno, se tem que ter melhorias, porque o principal ser que vai sentir vai ser o aluno, como ele está aprendendo, como está a aprendizagem dele. (E1)

Eu acho, assim, que é uma forma de debate, né?, pra vida, pra ter uma opinião sobretudo, também. (E4)

[...] porque eu já vou ter mais voz, vou saber escutar e se resolver em conjunto. (E7)

É importante pra gente que tá participando em que cada um vai escutar a opinião do outro pra você dar a sua, receber a do outro, aprender as coisas em conjunto e é isso. (E6)

Os estudantes reconhecem que pela participação no Conselho podem desenvolver habilidades e construir valores para a convivência democrática, como o respeito à diversidade de opinião, o desenvolvimento do senso crítico, a autonomia para produzir uma opinião e expressá-la, o trabalho em conjunto e a cooperação. Além disso, destaca-se como contribuição o enriquecimento das discussões e a avaliação realizada no Conselho por meio daquilo que o estudante traz em sua fala, da avaliação que ele faz sobre o processo. O feedback dos estudantes possibilita uma avaliação mais completa do ensino e da aprendizagem realizada no Conselho, e isso acaba contribuindo para a melhoria do processo, sendo o estudante o maior beneficiado.

Destaca-se ainda a contribuição que a experiência de participar de um espaço democrático traz para a vivência em sociedade, para a formação integral do sujeito:

(...) Eu acho que eu nunca tive esse tipo de envolvimento com esse negócio de Conselho de Classe, mas eu acho que dar um incentivo a mais você participando, você se envolvendo. Eu acho que dá mais um incentivo pra gente dar as nossas opiniões por fora, na sociedade, no lar, e outros tipos de coisas. (E3)

Vai ser muito importante pra mim, para toda a minha vida, porque sempre eu vou ter esse olhar crítico de me preocupar com os outros e comigo, e não só com a minha opinião. (E6)

Eu acho que assim, a escola ela vai além da vida acadêmica, sabe? Eu acho que a escola ela forma cidadão, cidadão de bem, com caráter, com um olhar crítico. Eu acho muito importante realçar isso. (E1)

O estudante (E1) captou muito bem o papel da escola na formação dos sujeitos, de estar a serviço de uma formação integral, em que o ser humano se desenvolva em suas diversas dimensões, sendo capaz de romper com barreiras da opressão e participe ativamente da sociedade, lutando por seus direitos e superando a exclusão em seus diferentes níveis e formas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação humana integral dos estudantes visa o desenvolvimento do sujeito em suas diferentes dimensões: física, intelectual, social, econômica, entre outras. Considerando que o *Lócus* da pesquisa se deu no contexto da EPT, foi discutido neste trabalho aspectos da formação dos estudantes em consonância com o projeto de educação que busque a emancipação dos sujeitos pelo acesso ao conhecimento científico e técnico produzido pela humanidade, como também a saberes e práticas que possibilitem uma leitura da realidade de forma crítica e reflexiva, buscando superar com as formas de opressão, assumindo os espaços de poder.

Tomando como base os pressupostos de formação humana integral, a EPT oferecida pelo IFS, por meio dos seus cursos técnicos integrados, deve oportunizar aos jovens vivências acadêmicas de conhecimentos e práticas que os desenvolvam em sua totalidade. Isso implica a existência na escola de um modelo de gestão democrática que oportunize a participação dos estudantes, atuando diretamente em seu processo educativo. Visualizou, ademais, neste trabalho a contribuição formativa do Conselho de classe para os estudantes.

A pesquisa objetivou analisar a participação dos estudantes no Conselho de classe e sua contribuição para a formação integral dos estudantes, tendo em vista a construção de um Roteiro de orientação. Para tanto, o processo investigativo foi sendo guiado pelas questões: qual o entendimento que os estudantes têm sobre o Conselho de Classe? Como se dá a participação dos estudantes no Conselho de Classe? De que forma a participação dos estudantes no Conselho de classe tem contribuído para a formação deles.

Tendo em vista a análise realizada por meio deste trabalho, é possível apontar que o Conselho de Classe na escola desempenha a função de contribuir para um pensar e agir coletivo sobre o trabalho pedagógico que é realizado no âmbito da sala de aula. Constitui uma etapa do processo avaliativo da aprendizagem dos estudantes considerando aspectos qualitativos. Essa função do Conselho contribui para a formação dos estudantes por estar a serviço do trabalho pedagógico. Todavia, a discussão realizada neste trabalho evidenciou que a prática do Conselho vai além de uma ação que influencia diretamente na prática de ensino e aprendizagem dos conteúdos, oportuniza, pois, aos estudantes uma vivência que os desenvolve como cidadão crítico.

Ao participar do Conselho de Classe, os estudantes experienciam uma ação política carregada de significado para a sua vivência em sociedade. A forma de estruturação desse colegiado normatizada nos documentos da instituição, coloca o estudante como protagonista, por meio de um trabalho coletivo que implica o exercício do diálogo, do respeito à diversidade de opiniões, estimula a sua capacidade de pensar criticamente sobre a sua realidade, lançando mão de alternativas que venham a contribuir para a resolução dos problemas identificados por eles. Além disso, participar do Conselho o coloca como sujeito da sua aprendizagem, como aquele que precisa construir conjuntamente com o docente, e, portanto, é também responsável pelos resultados.

Todavia, apesar de não ser o foco do trabalho, a investigação sobre o funcionamento do Conselho de classe, observou na realidade pesquisada uma prática de reunião pouco efetiva no sentido de resolução dos problemas levantados. Há uma fragilidade na efetivação das etapas apresentadas no ROD e descritas no documento Referência. Ainda é preciso avançar na compreensão sobre o Conselho e a sua importância para o processo educacional realizado pela escola.

Outra questão evidenciada diz respeito às relações de poder hierarquizadas existentes nesse espaço. O professor ainda se encontra como aquele que domina o espaço da sala de aula, há por parte de alguns resistência em serem avaliados, de colocarem seu trabalho sob o julgamento dos estudantes, parecem sentir seu poder ameaçado, quando na verdade o que se busca é colaborar para a superação de possíveis dificuldades apresentadas.

Os estudantes sentem medo ou receio de apresentar sua avaliação sobre o trabalho do professor. Todavia, o que se deseja é o crescimento profissional e o aperfeiçoamento do processo educativo, quando cada um vai expondo as questões observadas e avaliadas, e no coletivo vai se socializando aquilo que deu certo e também o que não deu. O que se configura problemas é analisado coletivamente para se buscar os possíveis caminhos de superação.

Com relação à participação dos estudantes, pelas informações coletadas, não foi possível observar uma participação por engajamento, que segundo Luck (2017) é a forma mais plena de participação. Desse modo, está muito presente na fala dos estudantes a participação como expressão verbal e discussão de ideias, que Luck (2017, p. 27) caracteriza como uma forma de participar que dá o direito aos participantes de expressar suas opiniões, mas que é preciso ter cuidado, pois, muitas vezes, a discussão fica restrita a verbalizações sem

que o participante construa um entendimento aprofundado das questões discutidas, e se envolva com a realização de ações para resolução dos problemas levantados.

Pelo percurso investigativo, torna-se possível inferir que para uma participação mais expressiva dos estudantes no espaço escolar, em especial no Conselho de classe, não basta conceder o espaço de fala, mas é importante conduzi-los a um pensar crítico sobre o poder da sua participação, e refletir sobre suas ações e os efeitos delas para a coletividade. Visando auxiliá-los nesse processo de entendimento sobre o seu papel de atuante no espaço escolar, o Produto Educacional desenvolvido neste trabalho apresentou uma relevante contribuição para fortalecer a participação dos estudantes no Conselho de classe. Além disso, a escola precisa estar aberta ao acolhimento e à escuta dos estudantes, daquilo que eles têm a compartilhar, seja uma crítica, uma sugestão e/ou um elogio.

Assim, espera-se que esse trabalho possa contribuir para um pensar mais aprofundado sobre a participação dos estudantes no Conselho de classe. Que esse espaço não seja concebido sem a participação desses sujeitos, como tampouco seja subestimada a capacidade dos estudantes de pensar e agir sobre os processos pedagógicos. Acredita-se que há um potencial formativo no Conselho, que seus membros, em especial os estudantes, estão imersos em um laboratório de vivência democrática, de superação de práticas autoritárias e de aprendizagem pela troca de experiências. Um ato político em constante processo de (trans)formação dos sujeitos.

Salienta-se que o tema proposto nessa dissertação não deve se limitar às discussões aqui apresentadas. Uma investigação que correlacione a participação dos estudantes com a de outros membros/categorias que integram o Conselho de classe ampliaria o leque de respostas para as perguntas aqui levantadas como tantas outras que perpassam esse espaço. Então, fica essa lacuna para as próximas pesquisas nessa área.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan Manuel. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Tradução Magda Schwartzaupt Chaves. A retórica da avaliação - Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e o ensino integrado. **Revista Educação em Questão**. V.52. N 38, p. 61-80, 2015.

BERTRAND, Yves. **Teorias contemporâneas da educação**. 2 ed. Instituto Piaget. 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: nov. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: nov. 2019.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: Acesso em 04 de Outubro de 2018.

BORGES, Liliam Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 45, p. 101-126, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12747>

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar**. São Paulo: Edições Loyola, 2005

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. Campinas: Papirus, 1992.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GANDA, Danielle Ribeiro; BORUCHOVITCH, Evely. **A autorregulação da aprendizagem: principais conceitos e modelos teóricos**. Psic. da Ed., São Paulo, 46, 1º Sem. 2018, Pp. 71-80.

GATTI, Bernadete A. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Revista Diálogo Educacional**, vol.6, núm. 19, septiembre-diciembre, 2006, P. 25-35. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

_____. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série pesquisas em educação, vol. 10. Brasília: Líber livro, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** vol. 2. Intelectuais, princípio educativo, jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IFS. **Documento Referência do Conselho de Classe**. Ministério da Educação/IFS. Aracaju, 2019.

IFS. Resolução nº 35/2016/CS/IFS, de 28 de março de 2016. **Regulamento da Organização Didática**. Ministério da Educação/IFS. Aracaju, 2016.

IFS. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Aracaju, 2014. 61 p. Disponível em: <<http://www.ifs.edu.br/documentos-internos-proen>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

IFS. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Aracaju, 2021. 216 p. Disponível em: <<http://www.ifs.edu.br/documentos-internos-proen>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6.ed. São Paulo: Hecceus Editora, 2013.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19edição. São Paulo: Cortez, 2008.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. [tradução Newton Ramos de Oliveira]. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MENDES, Denise Cristina Vitale Ramos. Representação Política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 143-153 jul./dez. 2007

MÉSZÁROS. István. **A educação para além do capital**. 2edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>

MOURA, D.H.; LIMA FILHO, D.L; SILVA, M.R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, out./dez. 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

POENER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos jovens brasileiros. 5ª edição. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cezar. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. (e-book)

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado**: concepções e contradições. 3 edição. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline (org). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **História e política da educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wpcontent/uploads/2016/05/Hist%C3%B3riaepol%C3%ADticaeadauca%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> >.

ROCHA, A. D. C. da. **Conselho de classe**: burocratização ou participação? Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. (Coleção Educação Prática).

RODRIGUES, José dos Santos. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253263>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2007.

_____. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SENA NETO, Bernardino Galdino de. **Educação profissional e conselho de classe: a experiência no curso de informática do IFRN/Caicó.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1527>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA, L.M; BARROS JUNIOR, B.L; LATORRE, A. S. L. O Conselho de Classe como espaço de contradições e formação do trabalho educativo no IFS Sertão, Campus Petrolina. **Holos**, Ano 30, Vol. 03.

XAVIER, Carla Cristina Valois Lins. **Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico**/Carla Cristina Valois Lins Xavier, José Franco de Azevedo. 1 ed. Aracaju: IFS, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES

Pesquisadora: Cassiana Nascimento Matos

Pesquisa: Além do ver e escutar: vozes estudantis nos Conselhos de classe do IFS - Campus Lagarto

Prezado (a) estudante,

Gostaria de saber sua opinião acerca da participação dos estudantes no Conselho de classe.

Para isso, você responderá algumas questões, marcando um (x), na opção de sua resposta, e/ou expondo sua opinião nas questões de caráter subjetivo.

Há um espaço ao final do questionário, para comentários que queira fazer.

Não será necessário assinar. Esses dados serão mantidos em sigilo e utilizados apenas para a pesquisa.

Sua opinião é muito importante.

1. Qual seu entendimento sobre Conselho de Classe?

2. Antes de ingressar no IFS você tinha conhecimento sobre o Conselho de Classe?

- () Conhecia totalmente
- () Conhecia muito
- () Conhecia pouco
- () Não conhecia

3. No IFS, como você ficou conhecendo o funcionamento do Conselho de Classe?

- () Por meio do pedagogo/a ou outro técnico administrativo
- () Pelos colegas de outras séries
- () Pelo Regulamento da Organização Didática (ROD)
- () Pelos professores ou coordenadores de curso

4. Você se sente motivado para participar do Conselho de Classe, colaborando com o representante de turma e acompanhando a realização das ações deliberadas?

- () Sinto-me totalmente motivado
- () Sinto-me muito motivado
- () Sinto-me pouco motivado
- () Não me sinto motivado

Justifique _____

5. Que meio você utiliza para encaminhar ao Conselho de classe suas considerações, queixas, sugestões e/ou elogios?

- Reunião da turma com o representante discente
- Conversa informal com o representante discente
- Formulário aplicado pela equipe pedagógica ou coordenação de curso
- Conversa com o professor representante da turma e/ou coordenador de curso
- Não me envolvo com o Conselho de Classe, porque _____

6. Em quais aspectos o Conselho de classe tem contribuído para sua formação?

- Promovendo melhorias na prática de ensino do professor
- Empoderando-me para uma maior participação na gestão escolar
- Possibilitando a autoavaliação da minha aprendizagem
- Favorecendo o desenvolvimento da cidadania por meio da ação participativa
- Estreitando a relação entre professor e aluno
- Fortalecendo o pensamento crítico
- Desenvolvendo a cooperação e trabalho coletivo
- Outros _____

7. Ao participar do conselho você se sente mais preparado e motivado para atuar em outros espaços de participação democrática na escola ou na comunidade?

- Sinto-me totalmente preparado e motivado
- Sinto-me muito preparado e motivado
- Sinto-me pouco preparado e motivado
- Não me sinto preparado e motivado

8. Seu envolvimento no Conselho de Classe é o mesmo durante o tempo que está no IFS?

- Sim, permanece o mesmo
- Não, agora participo mais
- Não, antes participava mais

9. Você se sente à vontade para levar ao conselho, por meio do representante de turma, todas as suas considerações (elogios, críticas e sugestões)?

- Sinto-me totalmente à vontade
- Sinto-me muito à vontade
- Sinto-me pouco à vontade
- Não me sinto à vontade

10. Após a reunião do conselho você é informado sobre o que foi discutido e as decisões tomadas?

- Sempre
- Quase sempre
- Poucas vezes
- Nunca

11. Quais questões você costuma apresentar para serem discutidas na reunião do Conselho de Classe?

- Conflitos na relação professor-aluno
- Conflitos na relação aluno-aluno
- Dificuldade com a metodologia utilizada pelo docente
- Problemas de infraestrutura do Campus
- Baixo rendimento
- Questões de saúde física e mental
- Outros: _____

12. Qual o papel dos estudantes na participação por representação?

13. O que precisa ser melhorado no Conselho de Classe para tornar a participação dos estudantes mais efetiva?

14. Quais dificuldades você vivencia ou vivenciou com relação ao conselho de classe?

15. Este espaço é reservado para comentários que você queira fazer caso haja necessidade de falar de algo que porventura não tenha sido perguntado:

Agradecemos sua disponibilidade em nos ajudar respondendo ao questionário.

APÊNDICE B - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- 1 – Falem um pouco sobre a experiência de vocês com a atividade, se vocês gostaram ou não, se atendeu à expectativa.
- 2 - Qual o entendimento que vocês têm sobre o Conselho de Classe?
- 2 - Qual a importância da participação estudantil no Conselho de Classe para a formação de vocês?
- 3 - O que você entende por participação por representação e como os estudantes podem tornar essa forma de participação mais ativa?
- 4 - Participar do Conselho de classe te torna mais crítico e consciente do seu papel de agente transformador da realidade? Comente.
- 5 - Quais contribuições os encontros sobre Conselho de Classe trouxeram para a sua formação?
- 6 - O que precisa ser melhorado nos encontros para a produção final do “Roteiro para atividade de orientação aos estudantes acerca do Conselho de Classe”?
- 7 - Espaço para comentário livre

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Responsável Legal pelo Menor)

O (a) adolescente sob sua responsabilidade está sendo convidado para participar como voluntário(a) da pesquisa “**Além do ver e escutar: vozes estudantis nos conselhos de classe do IFS - Campus Lagarto**”, a ser realizada pesquisadora Cassiana Nascimento Matos (telefone: 79-991006713, e-mail: caianadd@yahoo.com.br) e sob a orientação do Professor Doutor José Franco de Azevedo (francopronatec@gmail.com).

O objetivo da pesquisa consiste em analisar a participação dos estudantes no Conselho de classe e sua contribuição para a formação integral dos estudantes, tendo em vista a elaboração do Roteiro de orientação. Para tal, pretendemos, dentre outros objetivos específicos, analisar o entendimento que os estudantes têm sobre o Conselho de classe; identificar como a participação dos estudantes no Conselho de classe pode contribuir para sua formação; descrever a organização e funcionamento do Conselho de classe no Campus lagarto a partir dos documentos institucionais e registros de prática; produzir um Roteiro de orientação para estudantes sobre o Conselho de Classe e participação estudantil.

Caso você concorde em autorizar a participação do(a) menor, a participação dele(a), consistirá em nas seguintes atividades: grupo focal on-line por meio da ferramenta Google meet, caso seja estudante do 1º ano; questionário on-line por meio da ferramenta Google Forms, caso estudante do 3º ano.

Esta pesquisa apresenta alguns riscos, que são mínimos, tais como: tomar o tempo do participante, a possibilidade muito remota de vazamento de dados pessoais; e no caso específico do grupo focal: constrangimento gerado pelas perguntas, embaraços por interagir com estranhos e medo de repercussões eventuais. Para diminuir os riscos, os participantes terão liberdade para não responder questões constrangedoras ou quando se sentir desconfortável, além disso, apenas a pesquisadora responsável pelo estudo ficará em posse de todos os dados coletados, arquivando-os com máxima segurança, guardando-os em anonimato e protegendo-os de possíveis divulgações. Nenhum aluno será obrigado a participar e aqueles que tenham iniciado, mas por algum motivo sintam-se desconfortáveis, constrangidos ou incomodados com algo, estarão dispensados de continuar e terão excluídos ou devolvidos os dados fornecidos.

Para participar deste estudo, nem o aluno nem o responsável precisarão arcar com nenhum custo nem também receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos contigo nesta pesquisa, então terá direito à indenização. A participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma de tratamento. A pesquisadora não vai divulgar

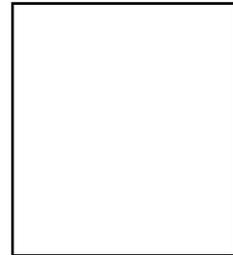
nomes. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão.

Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. A sua identidade será tratada com padrões profissionais, atendendo as legislações brasileiras (Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, após ter lido os aspectos contidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que permito a participação do menor _____ em participar voluntariamente da presente pesquisa. Informo ter recebido uma cópia do presente Termo.

Aracaju/SE, ____/____/2020.

Assinatura do Responsável (ou impressão dactiloscópica)



Assinatura do Pesquisador responsável

Observação: Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar: CEP/IFS - Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, E-mail: cep@ifs.edu.br, Telefone: (79) 3711-1422

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário(a) da pesquisa “**Além do ver e escutar: vozes estudantis nos conselhos de classe do IFS - Campus Lagarto**”, a ser realizada pela pesquisadora Cassiana Nascimento Matos (telefone: 79-991006713, e-mail: caianadd@yahoo.com.br) e sob a orientação do Professor Doutor José Franco de Azevedo (francopronatec@gmail.com).

O objetivo da pesquisa consiste em analisar a participação dos estudantes no Conselho de classe e sua contribuição para a formação integral dos estudantes, tendo em vista a elaboração do Roteiro de orientação. Para tal, pretendemos, dentre outros objetivos específicos, analisar o entendimento que os estudantes têm sobre o Conselho de classe; identificar como a participação dos estudantes no Conselho de classe pode contribuir para sua formação; descrever a organização e funcionamento do Conselho de classe no Campus Lagarto a partir dos documentos institucionais e registros de prática; produzir um “Roteiro para atividade de orientação aos estudantes acerca do Conselho de Classe”.

Caso você concorde em autorizar a participação do(a) menor, a participação dele(a), consistirá em nas seguintes atividades: grupo focal on-line por meio da ferramenta Google meet, caso seja estudante do 1º ano; questionário on-line por meio da ferramenta Google Forms, caso seja estudante do 3º ano.

Esta pesquisa apresenta alguns riscos, que são mínimos, tais como: tomar o tempo do participante, a possibilidade muito remota de vazamento de dados pessoais; e no caso específico do grupo focal: constrangimento gerado pelas perguntas, embaraços por interagir com estranhos e medo de repercussões eventuais. Para diminuir os riscos, os participantes terão liberdade para não responder questões constrangedoras ou quando se sentir desconfortável, além disso, apenas a pesquisadora responsável pelo estudo ficará em posse de todos os dados coletados, arquivando-os com máxima segurança, guardando-os em anonimato e protegendo-os de possíveis divulgações. Nenhum aluno será obrigado a participar e aqueles que tenham iniciado, mas por algum motivo sintam-se desconfortáveis, constrangidos ou incomodados com algo, estarão dispensados de continuar e terão excluídos ou devolvidos os dados fornecidos.

Para participar deste estudo, nem o aluno nem o responsável precisarão arcar com nenhum custo nem também receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos contigo nesta pesquisa, então terá direito à indenização. A participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma de tratamento. A pesquisadora não vai divulgar nomes. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão.

Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para

a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. A sua identidade será tratada com padrões profissionais, atendendo as legislações brasileiras (Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, após ter lido e conversado com a pesquisadora os aspectos contidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que concordo em participar voluntariamente da presente pesquisa. Informo ter recebido uma cópia do presente Termo.

Aracaju/SE, ____/____/2020.

Assinatura do participante (ou impressão dactiloscópica)



Assinatura do Pesquisador responsável

**Observação: Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
CEP/IFS - Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, E-mail: cep@ifs.edu.br, Telefone: (79) 3711-1422**

APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(para menores de 7 a 18 anos)

Gostaríamos de convidar você, após autorização dos seus pais ou dos responsáveis legais, para participar como voluntário (a) da pesquisa “**Além do ver e escutar: vozes estudantis nos conselhos de classe do IFS - Campus Lagarto**”, a ser realizada pesquisadora Cassiana Nascimento Matos (telefone: 79-991006713, e-mail: caianadd@yahoo.com.br) e sob a orientação do Professor Doutor José Franco de Azevedo (francopronatec@gmail.com).

O objetivo da pesquisa consiste em analisar a participação dos estudantes no Conselho de classe e sua contribuição para a formação integral dos estudantes, tendo em vista a elaboração do Roteiro de orientação. Para tal, pretendemos, dentre outros objetivos específicos, analisar o entendimento que os estudantes têm sobre o Conselho de classe; identificar como a participação dos estudantes no Conselho de classe pode contribuir para sua formação; descrever a organização e funcionamento do Conselho de classe no Campus lagarto a partir dos documentos institucionais e registros de prática; produzir um Roteiro de orientação para estudantes sobre o Conselho de Classe e participação estudantil.

Caso você concorde em autorizar a participação do(a) menor, a participação dele(a), consistirá em nas seguintes atividades: grupo focal on-line por meio da ferramenta Google meet, caso seja estudante do 1º ano; questionário on-line por meio da ferramenta Google Forms, caso estudante do 3º ano.

Esta pesquisa apresenta alguns riscos, que são mínimos, tais como: tomar o tempo do participante, a possibilidade muito remota de vazamento de dados pessoais; e no caso específico do grupo focal: constrangimento gerado pelas perguntas, embaraços por interagir com estranhos e medo de repercussões eventuais. Para diminuir os riscos, os participantes terão liberdade para não responder questões constrangedoras ou quando se sentir desconfortável, além disso, apenas a pesquisadora responsável pelo estudo ficará em posse de todos os dados coletados, arquivando-os com máxima segurança, guardando-os em anonimato e protegendo-os de possíveis divulgações. Nenhum aluno será obrigado a participar e aqueles que tenham iniciado, mas por algum motivo sintam-se desconfortáveis, constrangidos ou incomodados com algo, estarão dispensados de continuar e terão excluídos ou devolvidos os dados fornecidos.

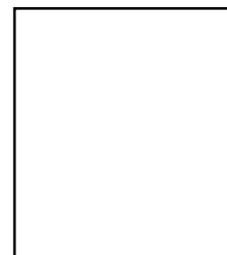
Para participar deste estudo, nem o aluno nem o responsável precisará arcar com nenhum custo nem também receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos contigo nesta pesquisa, então terá direito à indenização. A participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma de tratamento. A pesquisadora não vai divulgar nomes. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão.

Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. A sua identidade será tratada com padrões profissionais, atendendo as legislações brasileiras (Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, após ter lido e conversado com a pesquisadora os aspectos contidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que concordo em participar voluntariamente da presente pesquisa. Informo ter recebido uma cópia do presente Termo.

Aracaju/SE, ____/____/2020.

Assinatura do menor (ou impressão dactiloscópica)



Assinatura do Pesquisador responsável

Observação: Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar: CEP/IFS - Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, E-mail: cep@ifs.edu.br, Telefone: (79) 3711-1422

APÊNDICE E - CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitamos a pesquisadora Cassiana Nascimento Matos, a desenvolver o seu projeto de pesquisa: Além do ver e escutar: vozes estudantis no Conselho de Classe, que está sob a orientação do Prof. Dr. José Franco de Azevedo cujo objetivo é analisar a participação dos estudantes no Conselho de classe e sua contribuição para a formação integral dos estudantes. Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o parecer consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciador ao Sistema CEP/CONEP.

Aracaju, de novembro de 2020.

Nome/ assinatura e carimbo do responsável onde a pesquisa será realizada

APÊNDICE F – PRODUÇÕES ACADÊMICAS DE MESTRADO E DOUTORADO ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019

TÍTULO	AUTOR	NÍVEL	INSTITUIÇÃO	ANO
Os ciclos e os Conselhos de classe: o êxito e o fracasso escolar (ainda) em questão	Rodrigues, Isabel Cristina	Mestrado	Universidade de São Paulo - USP	2010
Conselho de classe e série participativo: difícil aprendizagem para uma prática democrática	Camacho, Martha Janete Vita	Mestrado profissional	Universidade Federal de Goiás – UFG	2010
Conselho de classe e série na escola pública como instrumento de exclusão	Cabral, Maria José Alves	Mestrado	Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL	2011
Conselho de classe: instância de avaliação coletiva numa perspectiva participativa	Santos, Claudinete Maria dos	Mestrado	Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE	2012
Conselho de classe: a historicidade de uma prática entre os fazeres ordinários da escola (1950-1990)	Leite, Lilian Ianke	Doutorado	Universidade Federal do Paraná – UFPR	2012
A construção intersubjetiva da avaliação escolar: um estudo enunciativo das dramáticas de uso de si na atividade do coordenador pedagógico em conselho de classe	Richter, Josiane	Mestrado	Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS	2013
O lugar do currículo no conselho de classe	Gontijo, Aldriana Azevedo	Mestrado	Universidade de Brasília – UNB	2015
Educação em direitos humanos em práticas da pedagogia institucional: aprendizagem da democracia em Conselho de classe	Araújo, Kleber de	Mestrado	Universidade Federal de Paraíba – UFPB	2015
Avaliação do Conselho de classe no Colégio Pedro II à luz da portaria nº 1.200/96	Dantas, Claudia Maria de Alvarenga		Fundação Cesgranrio	2015
Conselho de classe: o funcionamento de um espaço político-pedagógico a ser ressignificado	Lopes, Marília Soares Ricardo	Mestrado profissional	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	2016
Conselho de classes nas representações sociais de professores da rede municipal do Jaboatão dos Guararapes	Brandão, Márcia Maria Rodrigues Tabosa	Mestrado	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	2016

Categories do juízo professoral em Conselhos de classe : entre interpretações, julgamentos e implicações	Oliveira, Jaqueline Maas	Mestrado	Universidade Federal do Paraná - UFPR	2017
O Conselho de classe como instrumento de gestão pedagógica e de planejamento do trabalho escolar	Silva, Waldirene Rodrigues Silveira	Mestrado profissional	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	2017
Participação e representação estudantil no conselho de classe: compreensões e significados para a avaliação da aprendizagem e para processos democráticos na escola	Magnata, Rubia Cavalcante Vicente	Mestrado,	Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE	2017
Conselho de classe e práticas pedagógicas nos cursos técnicos integrados ao ensino médio-IFRO Cacoal/RO	Nascimento, Andreia Paro do	Mestrado profissional	Universidade Federal de Rondônia - UFRO	2017
O conselho de classe como ferramenta de avaliação escolar: um estudo da atuação do conselho de classe do IFPI, Campus de Paraíba numa perspectiva ética e democrática.	Carneiro, Cicero Wilrison Alves	Mestrado profissional	Escola Superior de Teologia – Faculdades EST	2017
O Conselho de classe no Cepae/Ufg: implicações para a avaliação da aprendizagem e a organização do trabalho pedagógico	Silva, Roberta Alves da	Mestrado	Universidade Federal de Goiás – UFG	2018
Coordenação pedagógica e reuniões de Conselho de classe: notas para (en)cantar a formação docente	Campos, Patricia Regina Infanger	Doutorado	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	2018
Dos Conselhos de classe aos conselhos participativos de classe: o papel na escola pública e a relação com as políticas educacionais que se afirmam democráticas	Lourenço, Zaeli Fernanda	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC	2019
Conselho de classe: possibilidades de atuação na formação de docentes da EPTNM do IFRO	Andrade, Josefa Aparecida Pereira de	Mestrado Profissional	Instituto Federal de Amazonas - IFAM	2019
O Conselho de classe nas escolas públicas: vozes discursivas dissonantes	Jesus, Rita Lee Lopes Vieira de	Mestrado	Universidade Estadual do Sul da Bahia - UESB	2019
Conselho de classe na escola: espaço de relações de poder e de estigmatização docente e discente	Júnior, Joscemar Teixeira de Moraes.	Mestrado	Universidade Estadual de Goiás – UEG	2019

Conselho de classe: as significações de professores e estudantes acerca da presença e da participação discente: um estudo na perspectiva da sócio-histórica	Araújo, Ivonete Sampaio Rosa de	Mestrado profissional	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC	2020
---	---------------------------------	-----------------------	---	------



Roteiro para atividade de orientação

aos estudantes acerca do

Conselho de Classe



Autora: Cassiana Nascimento Matos
Orientador: Prof. Dr. José Franco de Azevedo

**Roteiro para atividade de orientação aos
estudantes acerca do Conselho de Classe**

Aracaju
2021

SUMÁRIO

04	Apresentação
05	Do que é composto esse documento
06	Objetivos
07	1º Encontro
10	2º Encontro
14	3º Encontro
21	Considerações finais
22	Referências
23	Apêndice

APRESENTAÇÃO

Caro(a) leitor(a),

Este roteiro é um Produto Educacional elaborado a partir da pesquisa de Mestrado “Além do ver e escutar: vozes estudantis nos Conselhos de Classe do IFS - Campus Lagarto”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Seu conteúdo foi pensado visando subsidiar o trabalho da equipe escolar na orientação aos estudantes sobre o Conselho de Classe, apresentando e discutindo informações que julgamos importantes para o fortalecimento da participação estudantil nesse espaço.

Como parte integrante da comunidade escolar, os estudantes têm nos mecanismos de participação, como o Conselho de Classe, a oportunidade de se colocarem como sujeitos do processo educativo, que constroem conjuntamente com os demais atores seu percurso formativo. Considerando esse aspecto, o presente material objetiva contribuir para a formação dos estudantes de modo a potencializar a participação deles no Conselho de Classe. Parte-se do pressuposto que é necessário instrumentalizar os estudantes para atuarem nos mecanismos da gestão, pela via do conhecimento e desenvolvimento da autonomia.

Todavia, além do trabalho de orientação, para uma participação mais efetiva na gestão democrática, faz-se necessário construir e fortalecer na escola mecanismos para que os estudantes e toda comunidade escolar possam participar ativamente da tomada de decisão. Carregamos na sociedade brasileira uma história de autoritarismo e centralização de poder cujas fragilidades de um passado de pouca participação ainda podem ser observadas nos diversos organismos, tornando necessário o fomento de vivências que levem a instituição a uma cultura de participação ativa e consciente.

Desejamos uma boa Leitura!

Do que é composto esse documento?

O roteiro foi construído a partir dos documentos institucionais do IFS: Regulamento da Organização Didática (Resolução nº 35/2016/CS/IFS, de 28 de março de 2016) e Documento Referência do Conselho de Classe, visando uma maior aproximação com a organização e funcionamento do Conselho nessa instituição, na qual esse produto foi aplicado e avaliado.

O conteúdo está organizado em (3) três encontros formativos, partindo de conceitos mais abrangentes como gestão democrática, participação estudantil, até chegar na instância Conselho de Classe.

Sugere-se que o conteúdo seja trabalhado com recursos e metodologias diversificadas e sempre oportunizando a participação dos estudantes cursistas.

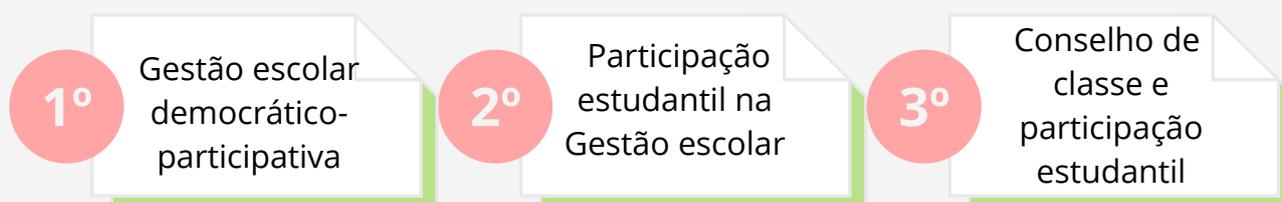
Não temos a pretensão de que as orientações sejam aplicadas na íntegra, mas que cada escola/instituição selecione as que fazem mais sentido para sua realidade. Entendemos que algumas ações podem ter que passar por adaptações. Assim, cada equipe escolar sinta-se à vontade para dar seu toque pessoal!



Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio (preferencialmente os ingressantes)

Sugestão de Responsáveis: Equipe pedagógica, Equipe multidisciplinar, Coordenadores de curso e/ou docentes.

Tema dos encontros



OBJETIVOS:



Objetivo Geral:

- Contribuir para a participação crítica e propositiva dos estudantes em espaços colegiados como o Conselho de classe.

Objetivos Específicos:

- Compreender a participação como princípio da gestão democrática e elemento para formação integral;
- Conhecer a finalidade do Conselho de Classe e seu funcionamento no IFS;
- Reconhecer o Conselho de Classe como mecanismo de participação estudantil no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a sua melhoria.

1º ENCONTRO:

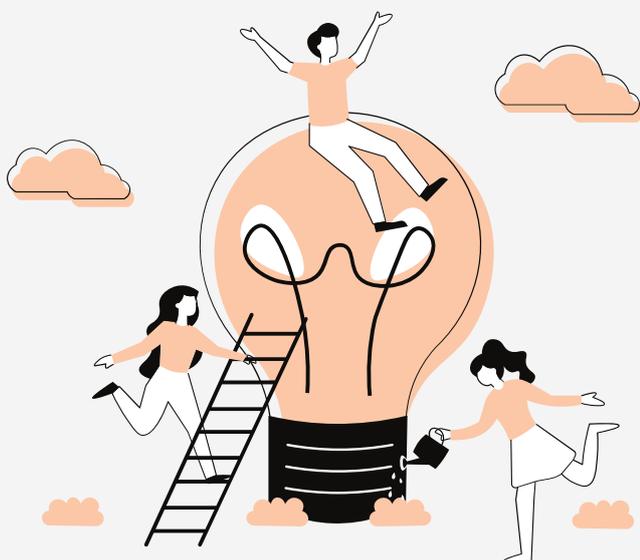


Gestão escolar democrático-participativa

Nesse encontro a proposta é apresentar aos estudantes conhecimentos referentes ao modelo de gestão escolar democrática, no qual todos os membros da comunidade participam da construção do espaço escolar, tomam decisões e compartilham as atribuições. Os estudantes precisam ver a escola como um espaço de todos, desmistificando a ideia de que o poder das decisões pertence ao diretor ou a outros dirigentes.

A gestão democrática, embora não seja um modelo específico do campo educacional, integra os fundamentos teóricos presentes nas propostas pedagógicas de muitas instituições de ensino e sua prática é o desejo e a luta de educadores e movimentos sociais em prol de uma educação de qualidade a partir da descentralização do poder e participação de todos.

A pesquisadora Heloísa Luck (2017) conceitua a gestão democrática como sendo um processo pelo qual são construídas condições para que os membros de um coletivo possam tomar parte das decisões e assumam, também, a responsabilidade pela implementação das ações compactuadas.



Conteúdos:

- Principais características do modelo de gestão democrático-participativa;
- A participação como princípio da gestão democrática;
- As instâncias de participação estudantil no IFS.

Procedimentos:

01 Acolhimento

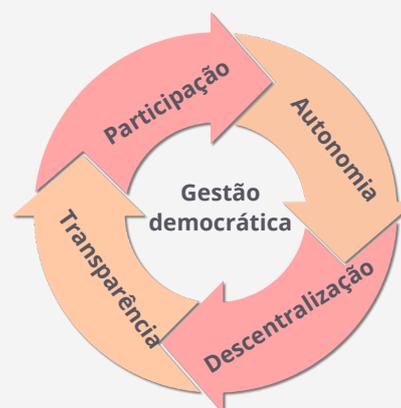
- Apresentação dos participantes (mediadores e estudantes);
- Apresentação da proposta da atividade formativa.

03 Exposição dos conteúdos

- Exposição dialogada sobre os conteúdos. A ideia principal é que os estudantes compreendam a gestão democrática como um compartilhamento do poder entre todos os membros da comunidade, e que para isto existem diversos mecanismos. E, que eles se percebam como parte integrante da gestão escolar.
- Para envolvê-los com a discussão, sugere-se trazer exemplos reais para ilustrar os conceitos, lançar questionamentos, exibir vídeos, entre outros procedimentos/recursos.

Carga horária:

- 02 horas

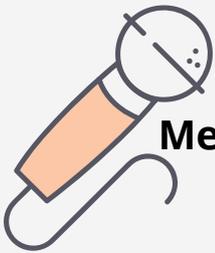


02 Diagnóstico

- Realização de um Quiz (em anexo) para autoavaliação dos estudantes sobre seu nível de participação na gestão escolar;
- Partilha (opcional) dos resultados para levantamento de algumas reflexões.

04 Ação prática

Apresente um cartaz com a imagem de um microfone. Coloque-o no centro da sala e peça para que os alunos escrevam no cartaz o que gostariam de falar para a comunidade escolar (protesto, reivindicação, incômodo, elogios etc.). Após finalizar a atividade, abra um espaço de diálogo para relato da experiência. O cartaz pode ser fixado na sala ou em outro local da escola.



Mecanismos de participação estudantil existentes no IFS

Colegiado de Cursos

Comissão Própria de Avaliação

Conselho de Classe

Eleição para Diretor-Geral e Reitor

Grêmio e Diretórios estudantis

Jornada de Assistência Estudantil

Plano de Desenvolvimento Institucional

Projeto Político Pedagógico Institucional

Regimento Interno

Conselho Superior

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Comitê de Planejamento

Fonte: Xavier (2019, p. 74)

Que valores devem orientar a construção e o desenvolvimento do convívio democrático na escola?

Por que, embora a comunidade escolar valorize a postura democrática nas práticas de gestão, nem sempre consegue se fazer presente nos espaços de participação?



2º ENCONTRO:



Participação estudantil na gestão escolar democrática

Nesse encontro deve-se abordar um pouco mais sobre o princípio da participação, de modo particular, a participação dos jovens estudantes no espaço escolar, no sentido de despertar neles a consciência sobre o poder que possuem para o direcionamento das ações educativas.

A participação dá aos estudantes a oportunidade de atuarem no controle do processo educativo, assumindo autoria sobre o mesmo e tornando-se corresponsáveis por seus resultados. Além disso, a participação comprometida faz com que todos se sintam parte orgânica da instituição, e não apenas um instrumento de conveniência para o alcance de objetivos determinados por aqueles que detêm o poder.

Convém ressaltar que, os sujeitos possuem o poder de influência sobre a realidade em que estão inseridos, mesmo que isso não se dê de forma intencional e determinado pelo nível de consciência que se tem. Por isso, é importante que cada sujeito se perceba como parte integrante da instituição, visto que a falta de consciência sobre esse poder de intervir na realidade impacta no alcance dos interesses coletivos.

“A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma **força de atuação consciente** pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu **poder de exercer influência** na determinação da dinâmica dessa unidade” (LUCK, 2017, p. 20)



Conteúdos:

- Participação e protagonismo juvenil;
- Formas de participação;
- Participação por representação;
- Papel do representante e dos representados;

Procedimentos:

01 Aquecimento

- Inicie perguntando se alguém faz parte de algum grupo cultural, literário, político, comunitário, por exemplo, ou já pensou em fazer parte de algum? Se sim, por quê?
- Convide-os a escreverem numa folha a ação que faz parte ou tem vontade de participar e em seguida fixe no peito.
- Ao som de uma música os estudantes devem circular pela sala, ler as ações que os colegas registraram e se juntar àqueles com ação semelhante (ex: tocar instrumento musical/ DJ/ rapper...; ajudar doentes/visitar idosos, brincar com crianças...); . E caso não se identifique com nenhuma ação semelhante ou não tenha interesse, mesmo assim deverá se unir a outros colegas. O importante é ninguém ficar sozinho.
- Ao finalizar, peça para observarem que ação reuniu mais estudantes, que ação reuniu menos e quantos optaram por nenhuma ação. Abrir espaço para conversarem sobre as facilidades ou dificuldades encontradas para realizar a dinâmica.

O objetivo desta atividade é investigar o que atrai ou não os interesses dos estudantes da turma, e sirva de pista para que a escola busque estratégias para envolvê-los.

Carga horária:

- 02 horas



02 Problematização

- Exibição do trailer do documentário "Espero tua (re)volta" para envolvê-los com a temática a partir de outros referenciais de participação;
- Problematização por meio do questionamento: "o que te motiva a participar?"

03 Exposição dos conteúdos

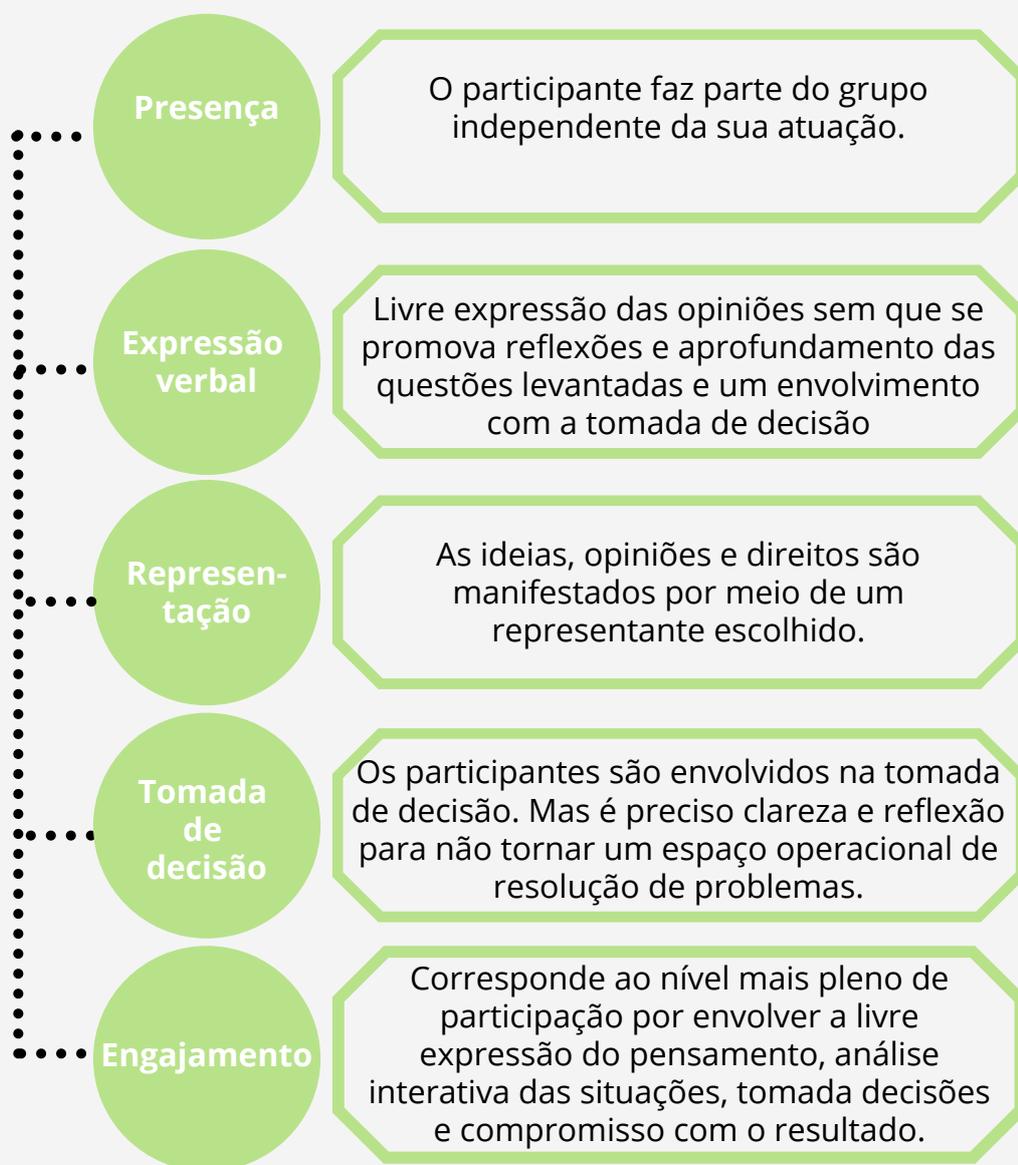
- Apresentação do conceito e formas de participação, podendo ser explorado por meio de exemplos;
- Aprofundamento na participação por representação. Discutir sobre o papel do representante e dos representados numa participação por representação.

04 Para finalizar

- Exibição do vídeo "Protagonismo juvenil na escola": <https://www.youtube.com/watch?v=C2mwjCzyVNo>

Formas de participação

Heloísa Luck (2017) caracteriza as formas de participação como:



Na participação por representação...

➔ O que esperar de um representante?

Compromisso em representar os interesses e a vontade da coletividade.

Busca, juntamente com seus pares, estratégias de diálogo.

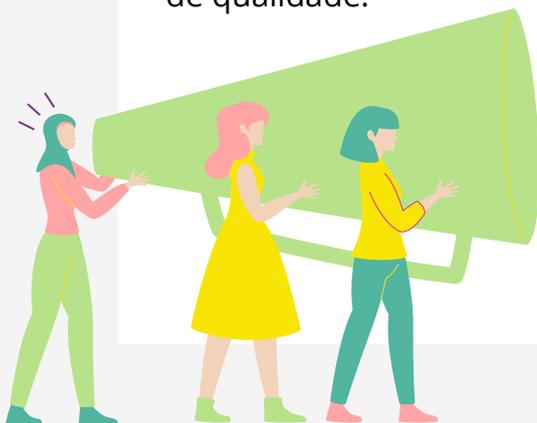
Autonomia para decidir ou opinar sobre questões inusitadas que ocorrem na dinâmica da reunião, mas sempre em prol de um bem coletivo.

Dê um retorno aos representados sobre o conteúdo de cada reunião colegiada.

➔ E o que se espera de um representado?

Numa participação por representação a responsabilidade pela ação não é somente do representante, mas também dos representados, no sentido de subsidiar o representante com informações, opiniões e discussões realizadas por meio das reuniões do grupo (representante e representados) ou outra estratégia de diálogo. Por meio dessa conexão, representantes e representados têm responsabilidades na construção de uma representação de qualidade.

Nas palavras de Luck, “como o verdadeiro poder é compartilhado e não imposto, é na coparticipação que o poder coletivo cresce” (2017, p. 44). O representante não está só, ele tem um grupo que o fortalece, o encoraja e não o desampara nos momentos mais tensos.



3º ENCONTRO:



Conselho de classe como mecanismo de participação estudantil

Todo caminho percorrido nos encontros anteriores serviram de base para se chegar ao ponto central desta atividade formativa que é a preparação dos estudantes para participarem do Conselho de classe. Fornecer a eles informações que possam auxiliar na compreensão sobre o funcionamento desse órgão colegiado, como também, empoderá-los para potencializar sua participação, no sentido de influenciar no processo educativo, a partir de suas vivências e necessidades.

O Conselho de classe é de grande relevância para o processo educacional, por meio dele se discute a prática de ensino e a aprendizagem, a partir do conjunto daqueles que fazem parte do processo: alunos, professores, equipe pedagógica, coordenação de curso e até mesmo os pais, quando se abre espaço para essa participação. Nessa instância de avaliação não se limita a verificação da aprendizagem, mas se direciona aos diversos elementos que circundam o processo, como as práticas de ensino, no sentido de contribuir para o diagnóstico da realidade, identificação dos problemas e definição das estratégias de resolução.

O Conselho de Classe é um órgão colegiado formado pelos sujeitos diretamente ligados aos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem, que é o eixo central deste colegiado, e constitui uma etapa do processo de avaliação em seu sentido amplo. Espaço em que se discute coletivamente as questões referentes ao ensino: “processos, métodos, conteúdos, relações, significados e as consequências para a aprendizagem do aluno e a pertinência dessas dimensões com o Projeto Político-Pedagógico da Escola” (CRUZ, 2005, p. 6).

Conteúdos:

- O que é e qual a função do Conselho de classe (CC);
- Funcionamento do CC no IFS;
- Escolha do representante (o que considerar);
- Etapas do CC a serem realizadas pelos estudantes.

Procedimentos:

01 Diagnóstico

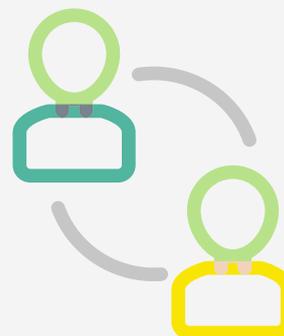
- Levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre Conselho de classe. Pode-se utilizar uma ferramenta de perguntas on-line (mentimeter).

03 Orientações

- *Escolha dos representantes:* como realizar a escolha, quais aspectos e critérios considerar, votação e registro (caso os representantes ainda não tenham sido escolhidos, pode reservar um momento para isso);
- *Coleta de dados:* apresentação do formulário aos estudantes explicando as perguntas e a necessidade de uma reunião posterior para discutir os dados (pode ser feito uma simulação para exercitarem a prática do diálogo e sistematização das ideias.

Carga horária:

- 02 horas



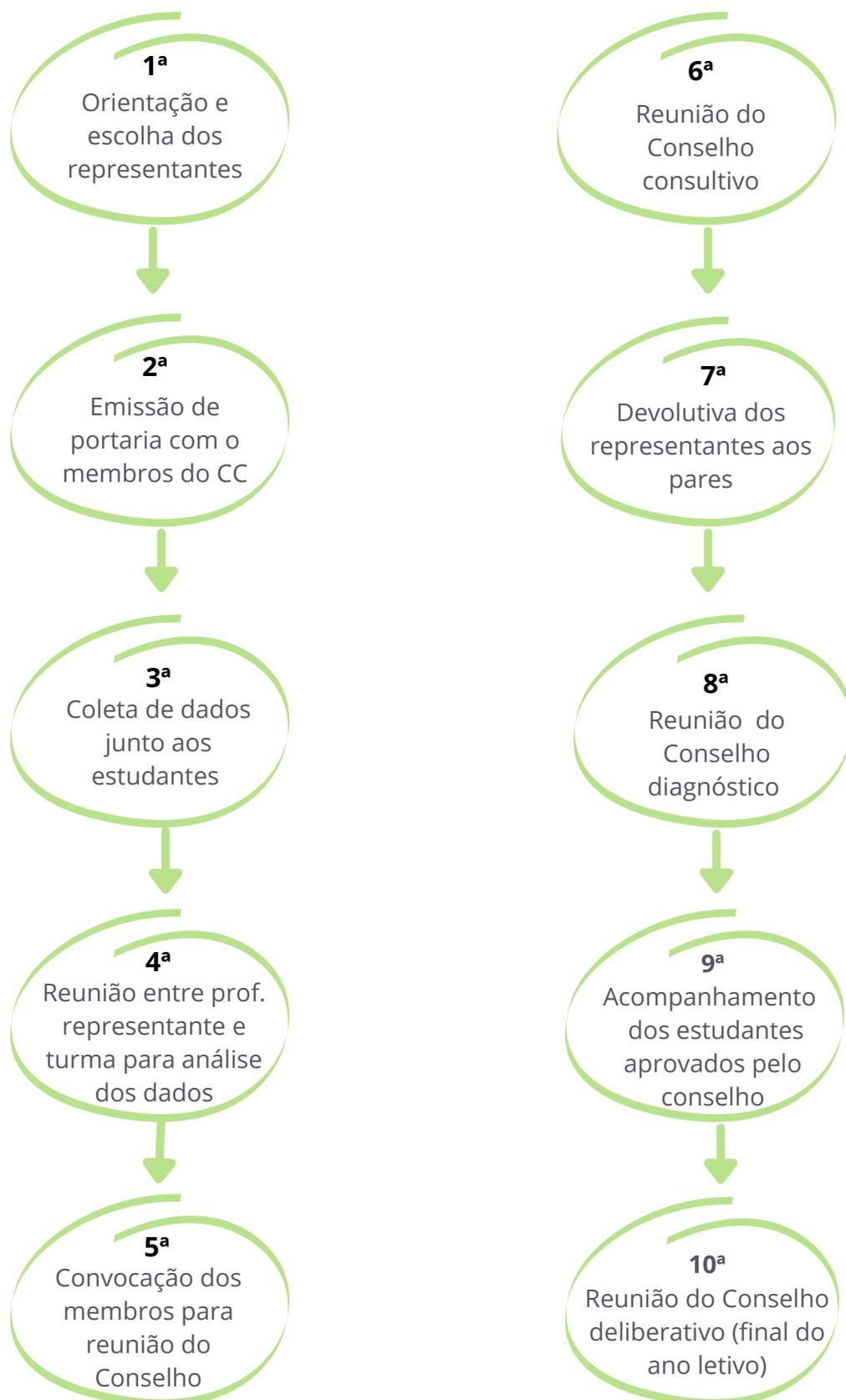
02 Exposição dos conteúdos

- Explicação sobre o CC, suas características e finalidade. Os estudantes devem compreender este colegiado como uma instância de avaliação coletiva do ensino e aprendizagem e o quanto a participação deles pode contribuir para esse processo e para a formação nos aspectos políticos e pedagógicos;
- Apresentação do funcionamento do CC no IFS, dando ênfase às etapas que envolvem autoavaliação, diagnóstico e tomada de decisão, elementos centrais do CC;
 - _ Abertura de espaço para dúvidas e questionamentos.

04 Avaliação

- Aplicação de um instrumental para que os estudantes possam avaliar a atividade ou abrir espaço para que o feedback possa acontecer de forma dialogada.

Etapas do Conselho de classe no IFS:



Elaboração própria a partir do Documento Referência do Conselho de classe/IFS/PROEN:

Elementos que integram as etapas do conselho e são primordiais por constituírem a base de uma instância de avaliação do processo de ensino e aprendizagem:

Autoavaliação



Diagnóstico



**Tomada
de
decisão**





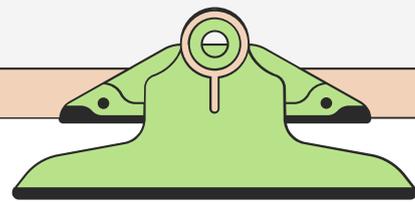
AUTOAVALIAÇÃO

É um processo cognitivo complexo pelo qual um indivíduo faz um julgamento voluntário e consciente por si mesmo e para si mesmo, com o objetivo de melhor conhecimento pessoal, da regulação de sua ação ou de suas condutas, do aperfeiçoamento da eficácia de suas ações, do desenvolvimento cognitivo (RÉGNIER, 2002).

Ancorada nas práticas pedagógicas que concebem os estudantes como sujeitos ativos do processo de aprendizagem, a autoavaliação ocupa um lugar de reflexão, de olhar crítico e consciente sobre o que se faz, auxiliando na autoregulação da aprendizagem.

Para auxiliar nessa etapa de autoavaliação, o Documento Referência do Conselho de Classe (PROEN/IFS/2019) apresenta em seus anexos um instrumento de coleta de dados direcionador do processo de autoavaliação e avaliação do trabalho pedagógico para estudantes e professores.

Convém ressaltar que, por se tratar de questões com viés de reflexão, a ficha não deve se tornar um meio de burocratização do conselho ou julgamento e exposição dos sujeitos. Por isso é importante ter clareza da função avaliativa do conselho como uma ação reflexiva capaz de provocar mudanças positivas. As críticas precisam ser vistas como parte do processo e elemento necessário para o crescimento pessoal e coletivo. Como diz Cruz (2005, p. 12), “é momento de imersão e crescimento da consciência pessoal e coletiva da equipe. É essa tomada de consciência individual e coletiva que nos faz SUJEITO do processo educativo e não meros tarefeiros que cumprem ordens superiores”.



A prática da autoavaliação, como etapa dos conselhos, contribui para:

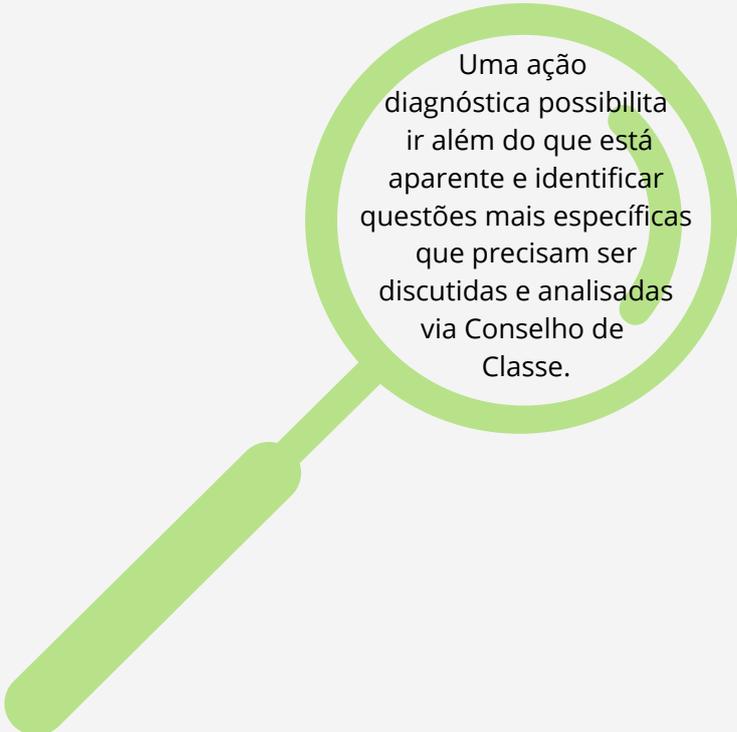
- Tomada de consciência de nossa própria ação e o sentido educativo que ela tem no contexto pedagógico;
- Quebrar um poder discricionário herdado culturalmente pelos professores;
- Criar a consciência da força da ação coletiva pela revelação da fragilidade da ação individual;
- Tornar o professor mais humilde, aberto às mudanças e possibilita uma interação mais sincera, franca e amorosa com os alunos;
- Relativizar o erro, vendo-o como etapa de crescimento e não como fracasso ou culpa, e isso é ferramenta num processo de construção conjunta do saber (CRUZ, 2005, p. 16).



DIAGNÓSTICO

Para um processo de análise e discussão aprofundado faz-se necessário uma imersão na realidade com o objetivo de identificar e avaliar não só os problemas e dificuldades que estão evidentes, mas também, investigar suas causas, a fim de buscar estratégias de intervenção. Esse procedimento é direcionado pelo diagnóstico realizado, que “é um juízo de valor ou qualidade que se faz sobre determinada realidade, processo ou situação, à luz de um referencial” (CRUZ, 2005, p. 23), e a partir de recursos, meios e procedimentos técnicos. Assim compreendido, o diagnóstico representa uma das etapas mais importantes da avaliação do processo educativo via Conselho de Classe, pois se preocupa constantemente com a análise da realidade.

Na análise diagnóstica é importante definir indicadores para nortear o processo, que perpassam por diferentes aspectos, evitando, assim, que as discussões sejam limitadas aos problemas superficiais. Para Cruz (2005, p. 22), quando se aborda apenas os sintomas dos problemas, o Conselho perde sua característica principal de ser diagnóstico, ficando mais difícil apontar as causas e as necessidades que as situações exigem.



Uma ação diagnóstica possibilita ir além do que está aparente e identificar questões mais específicas que precisam ser discutidas e analisadas via Conselho de Classe.

TOMADA DE DECISÃO

Após a análise diagnóstica é hora de pensar em propostas de intervenção que venham a resolver ou minimizar os problemas identificados. Ficar só no nível da discussão esvazia o Conselho de seu potencial de transformação da realidade pela ação participativa. Se o Conselho não for capaz de provocar nos sujeitos a mudança esperada, pouco irá contribuir para a melhoria dos processos educativos.

Talvez a etapa mais difícil de ser concretizada seja a de propor encaminhamentos, primeiro pela necessidade de se desvencilhar de algumas práticas instituídas usadas como respostas aos problemas corriqueiros, sem embasamento teóricos e/ou metodológicos, e baseadas somente na experiência do senso comum. A experiência tem sua importância, mas nem sempre ela vai responder às necessidades, exigindo conhecimento técnico e embasamento que sustente a prática e torne as decisões mais assertivas. Segundo, por requerer um trabalho coletivo, orgânico, em que todos se reconheçam como responsáveis pelo que se propõe em conselho. Nesse sentido, é preciso deixar claro de quem é a responsabilidade pela execução das propostas.

Para que o conselho não se torne um ato isolado, a reunião bimestral seguinte deve começar com a avaliação sobre a colocação em prática das ações concretas e/ou linhas de ação propostas no conselho anterior (CRUZ, 2005, p. 31).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de atividade aqui apresentada são sugestões que precisam ser adaptadas à realidade do público-alvo, por isso recomendamos uma atividade de sondagem inicial para levantamento dos conhecimentos prévios. A experiência de cada facilitador, também, deve ser levada em consideração para os ajustes e modificações que se fizerem necessário.

É importante ressaltar a potência do Conselho de Classe para a formação dos estudantes. Por meio de sua participação os estudantes são imersos numa prática política carregada de significado para a sua vivência na escola e na própria sociedade. Isso implica o exercício do diálogo, do respeito à diversidade de opiniões, estímulo a sua capacidade de pensar criticamente sobre a realidade, lançando mão de alternativas que venham a contribuir para resolução dos problemas identificados por eles. Além disso, participar do conselho coloca-o como sujeito da sua aprendizagem, como aquele que precisa construir conjuntamente com o docente, e, portanto, torna-se também responsável pelos resultados alcançados.

Deste modo, esperamos que os estudantes sejam sempre encorajados a participar de espaços democráticos como o Conselho de Classe!



REFERÊNCIAS

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe**: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. São Paulo: Edições Loyola, 2005

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho Escolar e Conselho de Classe**. Campinas: Papirus, 1992.

IFS. Instituto Federal de Sergipe. **Documento Referência do Conselho de Classe**. Ministério da Educação/IFS. Aracaju, 2019.

IFS. Instituto Federal de Sergipe. Resolução nº 35/2016/CS/IFS, de 28 de março de 2016. **Regulamento da Organização Didática**. Ministério da Educação/IFS. Aracaju, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6.ed. São Paulo: Herccus Editora.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RÉGNIER, Jean Claude. **A autoavaliação na prática pedagógica**. Revista Diálogo Educacional - v. 3 - n.6 - p.53-68 - maio/agosto, 2002. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/4816/4774>. Acesso em junho de 2021.

XAVIER, Carla Cristina Valois Lins. **Gestão democrática na educação profissional e tecnológica**: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico/Carla Cristina Valois Lins Xavier, José Franco de Azevedo. 1 ed. Aracaju: IFS, 2019.

APÊNDICE



QUIZ - NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR

Este Quiz foi desenvolvido para você refletir sobre sua participação na Gestão escolar.

A Gestão escolar democrática refere-se ao compartilhamento do poder de decisão com toda a comunidade escolar. Os estudantes podem participar da gestão por meio de alguns mecanismos de participação.

Você é um(a) estudante engajado(a) nas ações da escola?

Acha que tem consciência política?

Considera-se bem informado(a) sobre assuntos relacionados à Gestão escolar?

Que tal testar?

Situação 1: Você recebe o link de um formulário de consulta à comunidade interna (estudantes, professores, técnicos, pais...) coletando sugestões para a elaboração/revisão de um documento interno. Sua atitude é:

1. Você nem se dá o trabalho de procurar saber do que se trata, visto que não tem interesse em se envolver com questões que não sejam da sala de aula.
2. Acessa imediatamente o link e responde o formulário sem muito envolvimento com as questões
3. Procura saber mais do que se trata para depois responder ao formulário.

Situação 2: Irá ocorrer uma eleição para diretor e dentre os candidatos você escolhe aquele que:

1. Meus colegas irão votar porque acho que a maioria tem sempre razão
2. No candidato que tenho uma maior aproximação, pois facilitará o diálogo posterior.
3. Apresenta as melhores propostas para a escola e procuro me informar sobre a conduta dele enquanto servidor

Situação 3: Qual o assunto que você acha que NÃO tem relação direta com seu poder de ação na escola. Isto é, qual destes assuntos não envolve a sua participação?

1. Construção do Projeto Político Pedagógico e Regimento interno
2. Deliberações do Conselho Superior e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
3. Contratação de servidores e escolha dos livros didáticos.

Situação 4: Quando acontece algum problema na escola, a exemplo do baixo rendimento da turma em uma determinada disciplina. Sua atitude é?

1. Procuo não me envolver para evitar problemas com o professor.
2. Fico comentando com um colega e outro que o nível da prova estava muito difícil.
3. Tento reunir a turma para discutir a situação e levar o problema ao Conselho de classe.

Situação 5: Você teve a ideia de usar o horário do intervalo para que os estudantes possam realizar apresentações culturais. Diante dessa ideia sua atitude é?

1. Não comento com ninguém por receio de ser criticado
2. Converso com os colegas de turma
3. Apresento a sugestão ao Grêmio para ser analisada e discutida com a gestão

Situação 6: Numa comunidade escolar, o Grêmio é a entidade que representa os interesses dos estudantes, contribui para o reconhecimento de problemas, e para a discussão e implementação de ações tanto na escola como na comunidade. Sobre o Grêmio você:

1. Não se envolve porque você considera que diretoria só quer se promover e criar conflitos com a direção da escola;
2. Não participa ativamente, mas considera relevante a sua existência na escola;
3. Sempre busco participar das discussões e ações promovidas pelo Grêmio.

Situação 7: O Conselho de classe é um dos mecanismos de participação da comunidade escolar na gestão e no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na escola. Considerando a participação dos estudantes nesse espaço, sua atitude é:

1. Só participo do Conselho de classe na hora da escolha dos representantes de turma, porque o conselho não traz contribuição para a minha aprendizagem.
2. Participo do Conselho quando me perguntam se tenho alguma coisa para apresentar.
3. Sempre participo apresentando ao representante minhas considerações, críticas e sugestões, e depois pergunto sobre o que foi discutido e os encaminhamentos.



Situação 8: Como você avalia a forma da sua participação na gestão escolar?
Nunca participei de nenhum espaço/mecanismo e não acho importante minha participação.

Já participei de alguns espaços/mecanismos de participação apresentando minha opinião quando fui convidada.

Sempre procuro me envolver nos espaços/mecanismos de participação apresentando minha opinião e acompanhando as decisões.

VAMOS AO RESULTADO!

Se você marcou de 8 a 12 pontos, seu nível de participação é baixo, ainda precisa tomar consciência de seu poder de participação e o quanto ela tem a contribuir para a sua formação cidadã e para a melhoria do processo educacional.

Se fez entre 13 e 19 pontos. seu nível de participação é regular, está no caminho para uma participação ativa, mas ainda precisa de um engajamento consciente, acreditar que é pela participação que se consegue promover a mudança desejada.

Se você marcou entre 20 e 24. pontos seu nível de participação é excelente, continue se envolvendo ativamente nos espaços de participação, sempre busque apresentar sua opinião e sugestões. É pela participação que se constrói uma gestão democrática.

